

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

BRENO DE SOUSA ROCHA

**OS INTERESSES PARA ATUAÇÃO EM MISSÕES DE PAZ: PARTICIPAÇÃO
BRASILEIRA NA MINUSTAH COMO ANÁLISE DE CASO SOB A PERSPECTIVA
DA TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL**

Porto Alegre

2024

BRENO DE SOUSA ROCHA

**OS INTERESSES PARA ATUAÇÃO EM MISSÕES DE PAZ: PARTICIPAÇÃO
BRASILEIRA NA MINUSTAH COMO ANÁLISE DE CASO SOB A PERSPECTIVA
DA TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Rocha, Breno de Sousa

Os Interesses para Atuação em Missões de Paz:
participação brasileira na MINUSTAH como análise de
caso sob a perspectiva da teoria da escolha racional /
Breno de Sousa Rocha. -- 2024.
118 f.

Orientador: André Luiz Reis da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Política Externa Brasileira. 2. Operação de Paz.
3. MINUSTA. 4. Interesses. 5. Teoria da Escolha
Racional. I. Luiz Reis da Silva, André, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BRENO DE SOUSA ROCHA

**OS INTERESSES PARA ATUAÇÃO EM MISSÕES DE PAZ: PARTICIPAÇÃO
BRASILEIRA NA MINUSTAH COMO ANÁLISE DE CASO SOBRE A
PERSPECTIVA DA TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Porto alegre, 27 de setembro de 2024

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – Orientador
UFRGS

Eduardo Munhoz Svartman
UFRGS

Eduardo Ernesto Filippi
UFRGS

Vinícius Henrique Mallmann
UFRGS

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade abordar as motivações para a realização de missões de paz multilateral da ONU, seguindo o parâmetro da utilidade propostos pela teoria da escolha racional e em perspectiva da construção da sociedade internacional com base na escola racional. Com isso temos como problemática compreender quais são os benefícios tanto do governante quanto para o interesse nacional na intervenção em operações como estas. O objetivo geral diz respeito ao estudo da participação brasileira na MINUSTAH e de que forma essa missão pode favorecer os interesses nacionais, assim como, contribuir para formação de políticas domésticas. Deste modo, teremos com objetivos específicos compreender o contexto dos atores envolvidos na MINUSTAH em especial CSONU, Haiti e Brasil; analisar os principais motivos para a participação brasileira em uma missão de paz no Haiti e por fim analisar quais foram os principais efeitos da MINUSTAH para o Haiti e para o Brasil. Trabalharemos com a hipótese de que o principal objetivo do Brasil na participação em missões de paz, diz respeito ao com o aumento do seu prestígio internacional do Brasil com a conquista do assento permanente no CSONU.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Operação de Paz. MINUSTAH. Interesses. Teoria da Escolha Racional.

ABSTRACT

This paper aims to address the motivations for carrying out UN multilateral peacekeeping missions, following the parameter of utility proposed by the theory of rational choice and from the perspective of the construction of international society based on the rational school. With this, we have as a problem to understand what are the benefits for both the government and the national interest in intervening in operations such as these. The general objective concerns the study of Brazilian participation in MINUSTAH and how this mission can favor national interests, as well as contribute to the formation of domestic policies. Thus, our specific objectives will be to understand the context of the actors involved in MINUSTAH, especially UNSC, Haiti and Brazil; to analyze the main reasons for Brazilian participation in a peacekeeping mission in Haiti and finally to analyze what were the main effects of MINUSTAH for Haiti and Brazil. We will work with the hypothesis that Brazil's main objective in participating in peacekeeping missions concerns increasing its international prestige by winning a permanent seat in the UNSC.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Peacekeeping Operation. MINUSTAH. Interests. Rational Choice Theory.

LISTA DE TABELAS

TABELA I – Participação do Contingente Brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah).....	94
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Interesse ao Longo do Tempo.....	88
Gráfico II – Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) haitiano entre os anos de 2004 e 2014.....	91

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema I – Processo Decisório Brasileiro.....	32
--	----

LISTA DE SIGLAS

ACABQ	Advisory Committee on Administrative and Budgetary Questions
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BRABAT 1	1º Batalhão de Infantaria de Força de Paz
BRABAT 2	2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz
BRABATT	2º Contingente do Batalhão de Infantaria de Força de Paz
CONTBRAS	Contingente das forças armadas brasileiras no Haiti
CSONU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MICIVIH	Missão Civil Internacional no Haiti
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MOU	Memorando de Entendimento
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto interno bruto
UNMIH	Missão das Nações Unidas no Haiti

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ATORES.....	17
2.1. Contextualização do Haiti	17
2.2. O CSONU e as normas para promoção das missões de paz.....	22
2.3. Política doméstica brasileira em relação à atuação em missões de paz.....	27
2.3.1. Legislação brasileira para a intervenções internacionais em missão de paz.....	27
2.3.2. Atuação dos principais agentes de tomada de decisão brasileira.....	34
2.3.3. Política externa brasileira em sua atuação na MINUSTAH	43
3 TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL APLICADA NA PROMOÇÃO DA PAZ E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.	56
3.1. Argumentação teórica da escolha racional aplicada à paz e conflitos.....	56
3.2. Escolha racional na política internacional.....	57
3.3. Escolha racional na resolução de conflitos.....	60
3.4. A política externa como política doméstica.....	62
3.5. Ação solidária, não neutra	64
4 OS INTERESSES BRASILEIROS NA PARTICIPAÇÃO DA MINUSTAH	69
4.1. Interesses Políticos.....	71
4.2. Interesses Estratégicos	81
4.3. Interesses Econômicos.....	88
4.4. Interesse Militar, Defesa e Segurança Internacional	96
5 CONCLUSÃO.....	99
REFERÊNCIAS.....	110

1 INTRODUÇÃO

As relações entre Estados no cenário internacional nem sempre são harmoniosas. Ao longo da história, diversas nações têm enfrentado guerras, conflitos e impasses, muitas vezes motivados por ambições territoriais, rivalidades étnicas, interesses econômicos, vingança ou desejo de recursos. Estes conflitos têm sido amplamente registrados e documentados por autores, pesquisadores e historiados.

A Primeira Guerra Mundial, em particular, acentuou a necessidade de uma governança global mais robusta e levou ao surgimento de instituições como a Liga das Nações e posteriormente a Organização das Nações Unidas (ONU). Estas organizações, apesar das críticas e limitações, buscaram promover a paz e mediar conflitos em um cenário global cada vez mais interconectado. Neste contexto, o papel do Brasil emergiu como um ator global significativo, particularmente visível em sua participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

A política externa brasileira, especialmente durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), marcou uma fase de assertiva projeção internacional e de redefinição de papéis estratégicos. A MINUSTAH, liderada pelo Brasil, é um exemplo emblemático dessas mudanças, refletindo não apenas um compromisso com a paz, mas também uma estratégia para ampliar a influência global do país. A atuação do Brasil nessa missão, combinando objetivos diplomáticos, econômicos e de defesa, exemplifica a intersecção entre política interna e externa e como interesses nacionais podem moldar a presença internacional.

Pensando nisso essa dissertação tem como propósito relacionar a bibliografia que trata da motivação e interesses do Brasil em participar na MINUSTAH. Com isso, trazemos o depoimento do Chanceler Amorim, que em entrevista a Sá (2015) afirma que apesar do interesse do Brasil em participar da operação no Haiti, a iniciativa não foi brasileira, mas incentivada por EUA, França e Kofi Annan (Secretário-Geral da ONU). A presença do Brasil conferiu uma abordagem mais regional, diferentemente de uma intervenção das grandes potências. Além disso, o Brasil teve liberdade na condução da missão devido ao seu poder de barganha, sendo o país com maior número de tropas. Sá (2015), destaca que, além dos princípios de solidariedade e direitos humanos, a participação brasileira na MINUSTAH também foi estratégica, defendendo interesses nacionais. Ela aponta quatro fatores que justificam a decisão:

ganhar prestígio internacional, obter um assento permanente no CSONU, fortalecer o papel do Brasil na região, e promover valores como a democracia (SÁ, 2015).

Para Seitenfus (2014), o princípio da não-indiferença influenciou a aceitação do Brasil em liderar a MINUSTAH. A nova política externa, fortemente relacionado ao primeiro mandato do governo Lula, buscava aproximar o Brasil tanto de países desenvolvidos quanto de países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, com foco na solidariedade e responsabilidade diante de problemas como conflitos internos e falência do Estado. Assim, o Brasil passou a adotar uma postura mais ativa em relação aos problemas dos países vizinhos, especialmente na África e América Latina, reafirmando o discurso da não-indiferença (SEITENFUS, 2014).

Já Gonçalves (2011) afirma que, embora não houvesse benefícios econômicos diretos na operação, o Brasil visava alcançar interesses políticos e militares, como a obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e o envolvimento em operações de paz multilaterais. Ele aponta a "diplomacia solidária" como uma nova abordagem nas relações exteriores do Brasil. Essa diplomacia busca fortalecer o sistema multilateral de paz sem fins econômicos ou intervenção estatal, colocando o Brasil como um protagonista regional (GONÇALVES, 2011).

Dito isso, pensando sobre o pressuposto da teoria da escolha racional, este trabalho estuda qual é a real natureza dos interesses dos Estados na participação em missões de paz, tomando como base a análise de caso da operação MINUSTAH. Temos como justificativa compreender quais são os interesses e ganhos brasileiros na participação na MINUSATAH com base nos interesses econômicos, políticos, estratégicos, militares e de defesa. De modo a enriquecer o debate de política externa na área de motivações dos Estado.

Deste modo, seguindo também o que foi dito por Paulo Almeida (2001, p. 3), parafraseando Clausewitz (2010), pertinente à política externa, "ela poderia ser definida como a continuação da política interna por outros meios". Juntamente com a afirmação de Maquiavel (1996) de que o principal objetivo do Príncipe é manter-se no poder, temos a finalidade de discutir sobre o que um chefe de Estado ou atores responsáveis pela política externa têm a ganhar com esse tipo de operação.

O trabalho tomará como base o referencial teórico da escola realista clássica, relatando a desigualdade dos Estados atuando em um sistema internacional e a conservação da paz a partir do medo da insegurança da guerra, proposto pelo estado de natureza hobbesiano. O neorealismo de Waltz (1979), usando a perspectiva de

bipolarização mundial, sendo que a interferência em missões de paz pela ONU, é um dos meios para o ocidente proliferar as suas concepções políticas em ambientes de instabilidade (CASTRO, 2016). Da mesma forma, assim como proposto por Barbosa (2017), não explicaremos “uma teoria da paz ou da harmonia e cooperação”, mas tomaremos o pressuposto de que existe “algum tipo de equilíbrio numa estrutura anárquica.” (BARBOSA, 2017, p.52).

Este trabalho tem com problemática compreender, segundo os padrões da escolha racional, quais são as motivações e interesses para a realização de uma operação de paz multilateral de maneira que beneficiaria tanto o governante quanto os interesses da nação, tomando como estudo de caso a participação brasileira na MINUSTAH. Como argumento central desta pesquisa, trabalhamos com a hipótese de que o principal objetivo do Brasil na participação em missões de paz, diz respeito à conquista do assento permanente no CSONU, promovendo o aumento do seu prestígio internacional.

Sendo assim, temos como justificativa para este trabalho acrescentar aos conhecimentos das relações internacionais no que se refere as resoluções de conflitos e no estudo das motivações dos interesses dos Estados. De modo, a argumentar como a ação diplomacia e atos multilaterais podem ser eficientes para a manutenção da paz, ainda assim, podendo proporcionar benefício nacional aos agentes interventores, além de, ser utilizado como ferramenta de manutenção de poder para segmentos políticos.

Teremos como objetivo geral identificar qual é a utilidade, sobre a perspectiva da escolha racional, para a atuação brasileira na MINUSTAH. Desse modo, analisaremos de que forma a participação em operações de paz multilaterais podem favorecer os interesses nacionais, assim como, contribuir para formação de política doméstica.

Para compreendermos esta problemática, trabalharemos com os objetivos específicos: (1) analisar como a bibliografia de teoria da escolha racional pode explicar intervenções internacionais, como as missões de paz multilaterais; (2) Compreender qual o contexto dos atores envolvidos na MINUSTAH em especial CSONU, Haiti e Brasil; (3) Analisar quais os principais interesses para a participação brasileira em uma missão de paz no Haiti; (4) Por fim, analisar quais foram os principais efeitos da MINUSTAH para o Brasil.

Ao se tratar da metodologia, utilizaremos os métodos analíticos e descritivos da pesquisa qualitativa. Como fontes primárias faremos usos de arquivos documentais, entrevistas e discursos proferidos por autoridades brasileiras e estrangeiras pertinentes a atuação e interesses do Brasil na participação na MINUSTAH. Como fonte secundária faremos o estudo bibliográfico de autores na área das ciências sociais, ciência política e relação internacional. Para construção do arcabouço teórico da escolha racional teremos como pressuposto a escola realista clássica com o uso de referências do trabalho de Morgenthau (2003) descritos em *“Politics among Nations”* como base para o contexto internacional. Para compreendermos melhor os impactos que as políticas externas exercem sobre o cenário doméstico dos países teremos como referência Putnam (2010) em *“Diplomacy and domestic politics: the logic of the two-level games”*.

Com o intuito de entender o contexto dos atores envolvidos na MINUSTAH (CSONU, Haiti e Brasil) faremos análise de fontes primárias e bibliográficas de documentos, artigos e dissertações, para compreender como as estruturas sociais, políticas e legislativas de cada participantes contribuíram tanto para a implementação da missão de paz quanto os seus resultados. Para isso, usaremos a revisão bibliográfica de Verenhitch (2008) e Costa (2018) na contextualização histórica do Haiti e Brasil e MINUSTAH. Para entender a estrutura de tomada de decisão na aplicação de missão de paz, faremos uma análise nos Capítulos VI e VII da Carta da ONU (2022, p. 03) como da constituição brasileira, no que diz respeito à política externa (BRASIL, 2016).

Como objetivo de identificar o fundamento dos principais motivos para a participação brasileira na MINUSTAH, tendo como base o interesse nacional, destacaremos as perspectivas dos interesses políticos, econômicos, estratégicos e militares de defesa. Assim, este trabalho analisa as complexas interações entre as raízes históricas das dificuldades haitianas, a evolução da política internacional e a atuação do Brasil em missões de paz. Através da análise da MINUSTAH, examinaremos as motivações, os impactos e as implicações das decisões brasileiras, oferecendo uma visão abrangente sobre a busca por estabilidade e influência no cenário global.

Com isso, o primeiro capítulo explorará a contextualizações dos atores envolvidos na MINUSTAH. Para isso buscaremos as raízes históricas das dificuldades do Haiti, bem como refletir sobre as perspectivas de um futuro mais próspero para

essa nação, cujo passado é uma poderosa lembrança da luta pela liberdade, no qual, após dois séculos da sua independência, hoje enfrentam uma realidade muito diferente. O país é conhecido como uma das nações mais pobres e instáveis do mundo, com crises constantes em áreas como política, segurança e economia. A turbulenta história do Haiti, marcada por golpes de Estado, constituições efêmeras e governos autoritários, contribuiu para a fragilidade das bases democráticas do país (VERENHITACH, 2008).

Para contextualizar o CSONU, este capítulo explicará como a criação dessas organizações, apesar de suas falhas e críticas, transformou a convivência internacional em um cenário mais estável. Abordando também o papel das operações de paz da ONU e o envolvimento do Brasil nesses esforços, como parte de sua estratégia para obter maior influência no cenário global.

Por fim, este primeiro capítulo analisará as dinâmicas e as motivações por trás das decisões tomadas pelo Brasil, evidenciando as discussões e os debates que ocorreram tanto no governo quanto no Congresso Nacional sobre a participação brasileira nesta missão. O Brasil não apenas assumiu um papel de destaque na coordenação da missão, mas também reforçou seu compromisso com a paz e a estabilidade regional em um cenário internacional complexo. Este capítulo examinará a abordagem brasileira em relação à MINUSTAH, destacando os discursos e declarações de seus líderes e suas motivações para o envolvimento na missão. A análise inclui os discursos proferidos tanto em território nacional quanto internacional, onde foram articulados as estratégias e os objetivos do Brasil em promover a estabilidade no Haiti e fortalecer a cooperação regional e multilateral. Ao revisar essas declarações, compreenderemos como a política externa brasileira visou legitimar e impulsionar sua atuação na MINUSTAH, refletindo uma visão mais ampla sobre o papel do Brasil na comunidade internacional.

No segundo capítulo, descreveremos como a bibliografia de escolha racional na política internacional compreende a resolução de conflitos e a interação entre política interna e externa. A política internacional é um campo dinâmico e multifacetado, onde a escolha racional emerge como uma ferramenta fundamental para entender e explicar as decisões e comportamentos dos atores globais. Para explicar a esfera das relações internacionais será abordado a teoria realista de Hans Morgenthau (2003) onde ele explica como os Estados buscam poder e estabilidade em um sistema anárquico, buscando equilibrar o poder e garantir a sobrevivência.

Ainda no segundo capítulo, para explicar a intersecção entre política interna e externa, é utilizado Putnam (2010) para entender as pressões internas e as estratégias internacionais, destacando como os interesses dos governantes e os jogos políticos domésticos moldam as políticas externas. Por fim, é abordado o conceito de poder brando de Joseph Nye (2002) para compreender a questão da ação solidária, oferecendo uma perspectiva adicional sobre a política internacional.

No terceiro capítulo, o presente trabalho se propõe um exame, à luz da teoria da escolha racional, as motivações e utilidades que justificaram a participação brasileira na MINUSTAH. A análise buscará identificar as áreas de interesse — econômica, militar, política e estratégica — que poderiam conferir ao Brasil ganhos significativos, justificando assim o investimento em uma operação de tal envergadura. A política externa fundamentada no interesse nacional deve necessariamente ter como referência a integridade da nação. Em um cenário internacional marcado pela competição entre nações soberanas, a sobrevivência e a proteção da identidade nacional tornam-se requisitos mínimos. Nesse contexto, o Brasil, ao assumir a liderança da MINUSTAH, precisava alinhar sua atuação externa com a defesa de seus interesses internos, mesmo diante dos desafios domésticos que persistem, como violência, desigualdade social e desemprego. Por fim, faremos uma conclusão de todo o trabalho, no qual realizaremos uma recapitulação dos capítulos anteriores e finalizaremos correlacionado a teoria da escolha racional aos interesses apresentados.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ATORES

2.1. Contextualização do Haiti

No mesmo período da revolução francesa, uma pequena ilha no centro da América era responsável por um dos atos mais excepcionais da história. Enquanto, na Europa, a elite burguesa buscava maior autonomia política, no Haiti, os escravizados, ex-escravizados e descendentes de origem africana queriam para si os mesmos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade defendidas pela revolução. Esta, que era uma das mais ricas colônias da França na região, sendo um dos grandes exportadores de cana-de-açúcar, foi a pioneira em atos de independência nas Américas e com a singularidade de ser uma revolução composta por pessoas negras

e mulatas, fruto de um dos regimes mais cruéis de escravidão realizados por dominação de uma pequena elite branca. A coragem desse pequeno povo contra um dos mais poderosos impérios da época serviu de inspiração para vários outros movimentos de independência por toda a América (VERENHITACH, 2008).

Entretanto, atualmente, mais de duzentos anos depois de sua independência, o Haiti se encontra como um dos países mais pobres do mundo, com instabilidades em vários setores da vida social, como política, segurança e econômica. As razões de instabilidade provêm da sua conturbada história, como diz Gabriela Verenhitach (2008, p. 19): “A crise do Haiti provém de dois séculos de história independente, nos quais o país sofreu 34 golpes de estado e promulgou 23 constituições, em um longo círculo de governos ditatórios”. Isso fez com que o processo de democratização fosse estabelecido por bases frágeis (VERENHITACH, 2008).

Desde o início, para manter a condição de independência, o país necessitava do reconhecimento de potências estrangeiras, o qual veio por parte dos Estados Unidos, somente em 1862. Situação que estava por constante ameaça de reversão francesa que fez com que o então líder da recente nação, Jean Pierre Bayer, entrasse em acordo com sua antiga metrópole negociando um pagamento de uma indenização de 90 milhões de francos-ouro. Esta dívida agravou à economia haitiana já fragilizada pela falta de recursos para continuidade da produção de cana-de-açúcar e pelo investimento expendidos nas guerras realizadas para a libertação do país e da região (VERENHITACH, 2008).

Mesmo com o reconhecimento francês de sua independência, mediante ao pagamento da dívida, o país passou por uma série de crises políticas provida pelas lideranças negras, composta por sua maioria de ex-escravizados e lideranças mulatas, filhos de brancos com negros que tiveram oportunidade de estudar na França e retornando como elite econômica regional. Mesmos com o revezamento de governos negros e mulatos uma sequência de golpes e constantes conflitos sociais fez com que o Haiti mantivesse sua soberania até 1915. Quando não podendo mais manejar a crise por meios próprios, solicita apoio norte-americanos no mesmo ano (VERENHITACH, 2008).

A intervenção norte-americana no Haiti foi baseada pela Doutrina Monroe, que enviou sua primeira tropa em 28 de junho de 1915, que permaneceu ocupando por cerca de 20 anos, dando prioridade à estabilização das elites mulatas. Durante esse período, várias reformas no sistema político foram realizadas, assim como a

construção de escolas, hospitais, estradas e outras obras públicas. Com as finanças públicas organizadas, uma tímida modernização no setor econômico pode ser percebida com a introdução de empresas transnacionais. Entretanto, também foi estabelecida a Guarda Nacional, uma força repressiva alinhada com os interesses da elite minoritária que, por sua vez, estava alinhada com os interesses norte-americanos. A ocupação termina em 1934 com a implementação da política de boa vizinhança de Roosevelt (VERENHITACH, 2008).

Posteriormente, em 1946, devido às más condições de vida e falta de emprego, iniciou-se uma greve generalizada, em uma comoção que acarretou inúmeras mortes, culminando na dissolução da câmara legislativa e na ocupação do poder pelos militares. Nesse contexto, a era Duvalier iniciava-se, a ditadura mais marcante da história moderna do Haiti. Regime composto por François Duvalier (conhecido como Papa Doc) assumiu em 1957 como presidente vitalício e depois sucedido por seu filho Jean-Claude (conhecido como Baby Doc) em 1979, também autodeclarando-se com mandato vitalício. Diferente do seu pai, o mandato de Jean-Claude foi finalizado em fevereiro de 1986 por conta da sua inabilidade de agradar às elites, sofrendo golpe militar e exilando-se na França, deixando o país mergulhado em crise de segurança e vácuo político (VERENHITACH, 2008).

Os trinta anos seguintes foram marcados pelo confronto de militares, milícias e gangues pelo domínio do país que teve fim apenas em 1990, com o primeiro pleito presidencial considerado democrático tendo como vitorioso o padre Jean-Bertrand Aristide. Essas eleições foram realizadas com o apoio da comunidade internacional, o governo brasileiro participou do processo por meio do envio de especialistas do Tribunal Supremo Eleitoral juntamente com a presença do Embaixador João Augusto de Médici, que esteve à frente do Grupo de Observadores das Nações Unidas para a Verificação das Eleições no Haiti (ONUVEH) como representante pessoal do secretário-geral da ONU (PIMENTEL E REIS, 2017). O novo presidente era opositor às elites mulatas e tinha o apoio das classes mais humildes da sociedade. Entretanto, seu primeiro mandato foi interrompido após seis meses por um golpe de estado que levou Aristide a fugir para os Estados Unidos, retornando às crises na sociedade (VERENHITACH, 2008).

Com o golpe militar em 30 de setembro de 1991 contra o presidente eleito, o Itamaraty emitiu um comunicado à imprensa no mesmo dia declarando que o governo brasileiro rejeitava qualquer tentativa de romper com a ordem constitucional do Haiti

e expressou apoio ao governo do presidente Aristide. Por meio desse documento, o governo brasileiro declarou apoio à convocação de uma reunião do Conselho da OEA sobre o fundamento das obrigações da organização na defesa da Democracia e dos Direitos Humanos. Contudo, como aponta Hugo Costa (2018) a estratégia brasileira para assistência ao Haiti consentia em dois objetivos, o primeiro seria de impedir que a OEA adotasse ações que a diplomacia brasileira considerava ilegais ou legalmente exigíveis, como hospedar uma força interamericana de manutenção da paz ou impor um bloqueio naval ao Haiti. Sendo o segundo, manter a questão do Haiti sob a jurisdição da OEA e garantir que a questão fosse discutida no âmbito das Nações Unidas apenas no nível da Assembleia Geral, cuja participação deveria ser exclusivamente para apoiar os esforços regionais (COSTA, 2018).

Embora a relutância do Brasil em levar o caso para o CSONU, preferindo manter em instâncias domésticas, ele vota a favor da criação da Missão Civil Internacional no Haiti (MICIVIH), operação criada em fevereiro de 1993 por um modelo de cooperação OEA e a Assembleia Geral das Nações Unidas, juntamente com o Secretário-Geral da ONU. Deste modo o Brasil poderia influenciar mais nas tomadas de decisão sobre a crise no Haiti evitando intervenções mais duras ao país como o bloqueio naval, assim como os Estados Unidos e do Grupo de Amigos do Haiti pretendiam, com vistas a introduzir fórmulas que aproximassem a atuação do Conselho das decisões tomadas ao nível regional. Em 23 de setembro de 1993, o governo brasileiro votou a favor da Resolução n.º 867, de 23 de setembro de 1993, que instituiu a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH) com o mandato de auxiliar no treinamento policial e nos projetos de modernização do exército, resolução que estava conforme as lideranças constitucionais da ilha (COSTA, 2018).

Entretanto, com o agravamento da violência política no Haiti, que impossibilitou o embarque das tropas da UNMIH em Porto Príncipe, em 11 de outubro de 1993, o governo brasileiro passou a adotar medidas mais rigorosas votando juntamente com o Conselho na Resolução n.º 873, de 13 de outubro de 1993, e na Resolução n.º 875, de 16 de outubro de 1993, que finalmente impôs sanções comerciais e o bloqueio naval aos golpistas (COSTA, 2018).

Em 1994, o Brasil, votou na Resolução n.º 917, de 6 de maio de 1994, que prorrogava a UNMIH e em junho do mesmo ano o chefe da Divisão de Assuntos Políticos e Militares do Departamento de Estado dos EUA, Thomas McNamara, esteve em Brasília para apresentar um projeto de resolução do Conselho de Segurança que

pretendia aumentar o mandato e o número de membros da UNMIH, assim como mandar uma força multinacional, e solicitava a participação do Brasil (COSTA, 2018).

O MRE, em 8 de julho de 1994, emitiu uma nota sem fazer menção ao uso da força e afirmou que o governo brasileiro defendia o uso de todos os meios diplomáticos para restaurar o governo legítimo no Haiti e apoiar as medidas tomadas pela OEA e as Nações Unidas, ressaltou também que considerava o reforço e as sanções aos golpistas seriam a melhor forma de restaurar a democracia no país. Por fim, reafirma a participação na UNMIH desde que ela represente às ações do Conselho de Segurança e não a atuação unilateral. Na Resolução 940 em 31 de julho de 1994, o governo brasileiro, assim como o governo chinês, abstém-se, ressaltando a complexidade da crise haitiana e que não deveria ser comparada com outras situações que ameaçam a paz internacional e ressalta que a defesa da democracia não deve incluir o uso da força (COSTA, 2018).

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (1993–1995), declarou que o Brasil apoiava a restauração da democracia no Haiti desde que respeitassem os princípios de soberania, não-intervenção e da autodeterminação. Reafirma também que qualquer operação realizada no país deveria vir conforme as resoluções da Carta das Nações Unidas e convenções da OEA. E aponta também a preocupação do governo brasileiro ou deslocamento de tropas estrangeiras para um país da América-Latina. Preocupações reafirmadas pelo presidente Itamar Franco em carta para o presidente americano Bill Clinton. Onde relata a preocupação do povo brasileiro com a crise no Haiti. Em 20 de setembro, o presidente brasileiro em discurso ressalta o compromisso histórico do Brasil com a paz (COSTA, 2018).

Exilado, o primeiro presidente eleito democraticamente do Haiti solicita apoio da comunidade internacional. Como a intervenção da Organização dos Estados Americanos (OEA) a violência no país agravou a situação da violação de direitos humanos, pressionado a ONU a também intervir. As duas organizações apoiaram embargos econômicos para enfraquecer o regime golpista que fragilizaram ainda mais as condições humanitárias. Somente com o amparo militar multinacional de 20.000 militares liderados pelos EUA e autorizado pelo CSONU o então presidente eleito pode retomar ao poder em abril de 1994. Durante os 6 próximos anos o Haiti recebeu quatro missões de paz da ONU com intenção de controlar a crise haitiana, mas todas fracassadas (VERENHITACH, 2008).

Em 2000, Aristides foi eleito para seu segundo mandato, sobre críticas de eleições fraudulentas, em 2004, com o agravamento das crises, novas revoltas foram realizadas, tendo como palco as cidades Gonaïves e Cap-Haïtien. Em fevereiro, o presidente renunciou, sendo levado para exílio na África Central. Sua saída precipitou um quadro de caos, caracterizado por conflitos armados entre: ex-militares, partidários do partido político de Aristide, membros de partidos contrários, e a Polícia Nacional Haitiana (PNH), conhecida por atos de falta de senso de justiça e extrema violência no trato com os próprios haitianos (SÁ, 2015).

Por muito tempo, o Haiti foi um dos países que mais receberam ajuda financeira internacional, per capita. Apesar disso, há muito tempo as condições socioeconômicas do país não têm melhorado. Esta insistente crise são responsáveis por uma constante miséria e responsável por condições desumanas de vida no país como: falta de comida e água; precaríssima distribuição de energia elétrica; insalubridade, deficiência na coleta de lixo que ocupando as ruas das principais cidades; e um aumento no nível de desemprego que chegavam na época superior a 80% da mão-de-obra ativa. Tendo isso em perspectiva, é de se perguntar de que forma este país, com um passado de luta e crises, poderá ter um futuro próspero com a paz que esse povo tanto busca (SÁ, 2015).

2.2. O CSONU e as normas para promoção das missões de paz

Por diversas vezes, no contexto internacional, nos deparamos com guerras, conflitos, rixas e impasses motivados por fundamentos étnicos, ambições, econômicos, vingança ou movidos por sentimentos compensatórios. Tão numerosos os conflitos são os autores que puderam descrevê-los, entre eles devemos citar Shu-ti-Zu por “A Arte da Guerra” (TZU, 2006), “A Guerra do Peloponeso” de Tucídides (1987), Clausewitz (2010) em “Da Guerra” e “O homem, o estado e a Guerra” de Waltz (2004).

Foi na Primeira Guerra Mundial, que a escala do alcance e das consequências tomaram proporções jamais vistas até então. A partir deste evento, surgiu então, a necessidade da fundamentação das relações internacionais como a disciplina capaz de compreender sobre quais fundamentos a sociedade mundial encontrava-se para tal evento poder ter atingido as conjunturas que tomou e explicar o novo cenário

globalizado em que nos encontramos. E sobre estes contextos históricos-políticos, como afirma Pedro Mendes (2019), os primeiros centros em pesquisa em relações internacionais, nomeadamente com o ambiente grociano e liberal norte-americano e europeu, foram norteados a procurar compreensão e soluções para estes conflitos (MENDES, 2019).

No entanto, além dos avanços acadêmicos, houve a preocupação para a criação de instituições internacionais de âmbito multilateral como uma tentativa para melhorar o convívio entre os países, além de, prestar auxílio nas necessidades das populações que sofrem com guerras civis, desastres naturais ou disfuncionalidades estatais, remetendo como justificativa das intervenções ao direito humano internacional. Entre estas organizações podemos destacar a Liga das nações, com início em 1919 e término em 1946, diante ao seu insucesso de conter a Segunda Guerra Mundial e como sua sucessora a ONU, criada em 1945, possuindo a função de ser um instrumento internacional para a estabilização da paz e mediação de conflitos. Referenciando ainda mais o que foi dito por Hobbes (2012, p. 188) e reafirmado por Barbosa (2017, p. 54) das “paixões que inclinam os homens à paz”, a primeira é “temor à morte” que é facilmente relacionado com a Primeira Guerra na qual as perdas de vidas superaram qualquer outra até então (BARBOSA, 2017).

Apesar disto, como aponta Emily König Tietböhl (2019, p. 50), a ONU não está isenta de críticas, principalmente em relação aos interesses envolvidos nas tomadas de decisões e o silêncio perante atitudes controversas dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU), quando afirma, com respeito as manobras políticas das grandes potências: “em decorrência desse jogo de poderes e interesses, onde a ONU é mais um instrumento para efetivá-los” (TIETBÖHL, 2019, p. 50). Além disso, a organização contribui para um sistema burguês de fetichismo e exploração em que mesmo se propondo como civilizatória e universal, configuram-se dentro de sua estrutura uma relevante desigualdade de poder com parte dos membros participantes, como destaca Érica Carvalho (2019).

Com tudo, apesar das críticas, as missões de paz realizadas pela ONU são marcos importantes na atuação da instituição para a manutenção da paz, tendo 71 operações sido realizadas até 2019 (ONU, 2019). Estas operações são instrumentos determinados pelo CSONU para ocasiões de grave calamidade onde por vias institucionais o país alvo é incapaz de manter a segurança e a ordem de sua população, podendo ser utilizado força militar seja terrestre, aérea ou naval, conforme

relatado na carta das Nações Unidas (ONU, 2019). As operações são realizadas com a participação multilateral das nações que além de atuarem de forma voluntária as financiam. Seu principal intuito é a estabilização das estruturas sociais e abastecendo as necessidades básicas dos civis até que as instituições locais possam tornar autossuficientes novamente (CORBELLINI, 2009).

As missões de paz são dirigidas para nações em situação de risco, o que as separa de um completo colapso, assim como o ocorrido no Haiti nos anos que sucederam à renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristide em 2004 e à proliferação da violência generalizada em todo o país. A ONU teve um importante papel na estabilização haitiana através da MINUSTAH na qual o Brasil, pela primeira vez, pode protagonizar a posição de liderança em uma missão de paz (CORBELLINI, 2009). Este feito não é apenas histórico para o país, mas para todas as potências emergentes, como demonstra Neack (1995, p. 183), a respeito do interesse das nações médias na manutenção da paz:

A participação na manutenção da paz da ONU é supostamente um ato que transcende interesses nacionais estreitos, enquanto, em grande medida, a manutenção da paz se desenvolveu como uma forma para as potências médias demonstrarem o seu poder e importância na política mundial (NEACK, 1995, p. 183).

O início de uma operação de paz ocorre quando o Conselho de Segurança (CSONU) determina que as forças hostis num país ou região atingiram um certo estágio de agressão que põe em perigo a paz e a segurança internacional. Inevitavelmente, o Conselho será convidado a envolver-se, direta ou indiretamente, para encontrar soluções políticas e militares favoráveis para pôr fim ao conflito. Iniciar-se-á então uma série de negociações entre algumas agências da ONU e as partes em conflito, procurando as condições necessárias para a criação de uma missão de manutenção da paz (BRASIL, 2013).

Ao emitir a resolução, o Conselho de Segurança formaliza a criação da missão de paz. Simultaneamente com as negociações, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz estabelecerá contatos informais com Estados-Membros capazes e potenciais contribuintes, utilizando militares, observadores e outros meios para participar nas operações de paz (BRASIL, 2013).

O Departamento de Operações de Manutenção da Paz é uma das agências subordinadas ao Secretariado e é chefiado pelo Subsecretário-Geral ou equivalente.

O Secretário-Geral delega ao Subsecretário-Geral do Departamento, responsável por planejar, preparar, implementar e dirigir todas as operações de campanha das Nações Unidas, em particular as operações de manutenção da paz. O Departamento é responsável por fornecer medidas políticas e de aplicação às operações de manutenção da paz da ONU em todo o mundo, além de coordenar com a CSONU missões estabelecidas, doadores e partes em conflito na implementação das resoluções do Conselho de Paz (BRASIL, 2013).

O Departamento de Operações de Manutenção da Paz trabalha para integrar os esforços das agências das Nações Unidas e das organizações governamentais e não-governamentais no âmbito destas operações. O Departamento também é responsável por fornecer aconselhamento e assistência militar, policial, desminagem e outras áreas consideradas relevantes para a construção da paz pelas Nações Unidas. Ao lidar com questões relacionadas com operações de manutenção da paz, a maioria das interações entre o Ministério da Defesa (MD) e os militares ocorre com o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (BRASIL, 2013).

O envio das tropas é regulamentado pelo Memorando de Entendimento (MOU) é um documento contratual entre a ONU e os países que contribuem com tropas para uma missão em particular. Ele estabelece as responsabilidades administrativas e logísticas do Quartel-General da ONU, da própria Missão de Manutenção de Paz, e do país que está contribuindo com tropas ou recursos para a missão paz (BRASIL, 2013).

Portanto, em decorrência das negociações entre a Missão Permanente do Brasil junto à ONU e os setores da organização com responsabilidades sobre as Operações de Paz, é elaborado um MOU. Na assinatura do documento, do lado brasileiro, o representante da Missão Permanente do Brasil junto aos Órgãos Internacionais, do lado da ONU, o Subsecretário-Geral do Departamento de Apoio de Campo. Conforme o estabelecido nas regras da ONU, o contingente e o respectivo material somente devem desembarcar na área da missão após a assinatura do MOU. (BRASIL, 2013).

Conforme o manual de operações de paz do Ministério da Defesa, esses documentos são normalmente específicos:

- a) quanto ao pessoal: necessidades e pagamento;
- b) quanto ao material e equipamentos fornecidos pelo governo contribuinte: necessidades e taxas de reembolso, condições gerais para os equipamentos

de grande porte, procedimentos de verificação e controle, transporte, fatores de desgaste do material, perdas e danos e casos especiais;
c) as capacidades logísticas do contingente fornecido pelo governo contribuinte: necessidades e taxas de reembolso, condições gerais para os equipamentos de pequeno porte e individuais (*minor equipments*) e material de consumo, procedimentos de verificação e controle, transporte, fatores de desgaste do material na missão e perdas e danos;
d) padrões de desempenho dos equipamentos de grande porte;
e) padrões de desempenho das capacidades logísticas do contingente;
f) definições.
(BRASIL, 2013).

As operações de paz são realizadas fora do país, com tropas operando longe de suas bases. Para facilitar as contribuições dos Estados-Membros, as Nações Unidas partilham as responsabilidades logísticas com os Estados participantes mediante processos de reembolso e da prestação de classes específicas de cuidados. Esta divisão foi estabelecida em acordos anteriores, particularmente no Memorando de Entendimento assinado entre as Nações Unidas e os países participantes (BRASIL, 2013).

O Brasil tem uma longa história de contribuição para operações de manutenção da paz. A força está atualmente destacada para nove missões da ONU em todo o mundo, incluindo Darfur, Chipre, Líbano e República Centro-Africana. Os três primeiros soldados da paz brasileiros foram enviados em uma das primeiras missões da ONU em 1956, como parte da Força de Emergência da ONU para lidar com a Crise de Suez. Garantiram e supervisionaram a cessação das hostilidades, incluindo a retirada das tropas francesas, israelitas e britânicas do território egípcio, segundo dados coletados no site do Ministério da Defesa (BRASIL, 2024).

Atualmente, como aponta Faganello (2013), as tendências nos conflitos internos dão-se ao aumento deliberado da violência à grupos vulneráveis e étnicos, como vistos na Somália, Bósnia e Ruanda, nos quais o ataque aos civis era o objetivo dos conflitos. As intervenções multilaterais tornam-se uma resposta cada vez mais frequente perante a resolução de conflitos como estes (FAGANELLO, 2013).

Para o Brasil, uma nação que aspira um maior protagonismo no cenário internacional, a participação nessas ofensivas interventivas para a paz tornaria um recurso fundamental para a conquista do seu objetivo de obter uma vaga permanente no CSONU. Com esse objetivo em vista, a atuação do país em operações de manutenção da paz da ONU será um veículo importante para promover a sua visão de paz para o mundo (FAGANELLO, 2013).

Diante da complexidade crescente dos conflitos internacionais e das demandas por estabilização, as operações de paz da ONU se destacam como um esforço multilateral essencial. A participação do Brasil, historicamente significativa e abrangente, demonstra o comprometimento do país com a manutenção da ordem internacional e a resolução pacífica de conflitos. Ao almejar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil utiliza essas missões não apenas como uma oportunidade para contribuir com a paz mundial, mas também como um instrumento para ampliar sua influência política global.

Dessa forma, a participação contínua do Brasil em operações de paz não só reforça sua posição no cenário internacional, como também destaca o papel das forças armadas brasileiras em missões de caráter humanitário e de manutenção da paz. Esse envolvimento é, portanto, uma ferramenta de diplomacia e um passo significativo para o país consolidar-se como um ator relevante na política global e na estrutura das Nações Unidas.

2.3. Política doméstica brasileira em relação à atuação em missões de paz.

2.3.1. Legislação brasileira para a intervenções internacionais em missão de paz.

Constitucionalmente, a posição do Brasil é favorável à cooperação e à defesa da paz entre os povos. Isso faz do país um participante ativo nesse cenário, o que se reflete na contribuição de contingentes para as operações de paz. O Brasil adere ao princípio da “não-interferência”, consagrado no artigo 4º da Constituição Federal. Deste modo, o país participará de missões de paz desde que elas possuam caráter multinacional e de controle ou manutenção da paz internacional (BRASIL, 1988).

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I — Independência nacional;
- II — Prevalência dos direitos humanos;
- III — Autodeterminação dos povos;
- IV — Não-intervenção;
- V — Igualdade entre os Estados;
- VI — Defesa da paz;
- VII — Solução pacífica dos conflitos;
- VIII — Repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX — Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X — Concessão de asilo político. (BRASIL, 1988).

Desta forma, podemos compreender que a Constituição Federativa do Brasil luta pela integração econômica, política, social e cultural dos povos internacionais. Mas para que os deveres previstos na constituição possam ser realizados em forma de Missão de Paz, é necessário que haja aprovação das instâncias institucionais do país. O Memorando de Entendimento com as Nações Unidas estabelece as responsabilidades entre o Brasil e as Nações Unidas. Contudo, no âmbito interno, o ordenamento jurídico brasileiro não prevê a autorização do Congresso Nacional para o envio de tropas ao exterior, exceto em casos de repelir invasão ou agressão estrangeira, conforme previsto na Lei n.º 2.953/56. Com base nesta disposição, a permissão para enviar tropas ao exterior para missões da ONU é concedida por Decreto Legislativo (BRASIL, 2013).

Art. 1º A remessa de força armada, terrestre, naval ou aérea para fora do território nacional, sem declaração de guerra e em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil como membro de organizações internacionais ou em virtude de tratados, convenções, acordos, resoluções de consulta, planos de defesa, ou quaisquer outros entendimentos diplomáticos, ou militares, só será feita, nos termos da Constituição, com autorização do Congresso Nacional (BRASIL, 1956).

Historicamente, o Brasil tem participado de operações das Nações Unidas como país contribuinte de tropas e em missões como observadores, participantes de contingente militar, técnicas ou por envio de equipamentos. Apenas durante o período de regime militar que não houve um envolvimento do país nesses tipos de operações (BRASIL, 2013).

Existe também a possibilidade de tropas estarem à disposição da ONU, como o “Sistema de Pronto Emprego da ONU”. Nessa modalidade, os Estados-Membros, dispõem um contingente militar que se destina a ser disponibilizado para operações de manutenção da paz num determinado período e destina-se a permitir ao Secretariado compreender, em princípio, os recursos humanos e materiais disponíveis para a mobilização das forças de manutenção da paz. Os Estados-Membros mantêm direitos soberanos para decidir se participam em operações específicas. Os recursos acordados permanecerão no território do país e serão utilizados apenas para missões de manutenção da paz em nome do Conselho de Segurança. O Sistema de Pronto Emprego da ONU é atualizado a cada três meses (BRASIL, 2013).

A participação voluntária dos Estados-Membros no sistema ocorrerá em três fases. Na primeira é, a apresentação de uma lista geral de capacidade para participar; a segundo, trata-se do preenchimento de um formulário fornecido pelas ONU indicando a disponibilidade de pessoal e suprimentos e por último é assinado o Memorando de Entendimento com as Nações Unidas. Este documento permite às Nações Unidas conhecerem os tipos de tropas e os recursos disponíveis (BRASIL, 2013).

O MRE é responsável pela avaliação preliminar da relevância da participação do Brasil na Operação de Paz, considerando a situação prevalecente na área de conflito e o equilíbrio dos interesses da política externa brasileira. Conforme o Manual de Operação de Paz (BRASIL, 2013), do Ministério da Defesa, tendo como referência à participação anterior e aos princípios da Operação de Paz, as condições de participação brasileira em missões de paz podem ser identificadas quanto:

- a) a missão é baseada na resolução do Conselho de Segurança, no qual confere reconhecimento internacional e legitimidade à intervenção. Expresse claramente o propósito da Operação de Paz;
- b) a vontade política das partes legítimas no conflito que participam no processo de paz. Conforme disposto na Constituição Federal, o Brasil não participa de operações de paz sem o consentimento das partes envolvidas.
- c) a participação multilateral na operação é essencial, isso remete ao comprometimento internacional, à paz e à resolução de conflitos.
- d) os Estados designados para formar forças de manutenção da paz é discutida previamente com as partes em conflito, o não acordo inabilita a operação;
- e) a localização geopolítica e conveniência operacional e logística.

Caso se trate de um contingente militar armado, o MD encaminha a solicitação do MRE ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, onde é iniciado o processo de planejamento militar para definição do contingente brasileiro. No processo de planejamento, são identificadas escolhas (cada um indicando o contingente de tropas, meios de transporte e custos correspondentes) e serão apresentadas ao Chefe do Estado-Maior do Exército e ao Ministro da Defesa. A partir disso, o conselho se reúne para deliberar e decidir quais ações serão tomadas (BRASIL, 2013).

Quando feita esta avaliação e definido o interesse do Brasil na participação, o MRE, autorizado pelo Presidente da República, coordena com o MD os assuntos relacionados ao setor militar, consultando-o sobre a viabilidade, disponibilidade e adequação do envio de tropas brasileiras. O Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento são consultados, no que diz respeito à disponibilidade, orçamentarias e coordenação do Brasil. Outros ministérios que podem contribuir com a operação também podem ser consultados. Após a avaliação preliminar do MRE, que concluiu que o Brasil tem interesse em participar de operações de paz, inicia-se uma série de atividades de planejamento militar no âmbito do MD e das Forças Armadas (BRASIL, 2013). As definições dos recursos que serão utilizados na operação são definidas com a participação do Presidente da República juntamente com os Chefes do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dos representantes dos estados-maiores da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para determinar a proposta de um contingente armado assim como os equipamentos utilizados. Entra também no cálculo de gastos o que poderá ser ofertado de contingente de emprego imediato da ONU. Com o auxílio do MRE, o MD também terá como recurso disponível o que for planejado com militares e outros países que participaram da operação e de militares brasileiros em organismos internacionais (BRASIL, 2013).

Caso necessário, o MD pode, em coordenação com a ONU, solicitar o envio de um grupo de vanguarda para a área da missão. Esta operação de reconhecimento servirá para as Forças Armadas terem melhores informações para a elaboração de uma linha de ação mais eficiente. Esses estudos serviram de insumo para a elaboração de justificativas interministeriais, informando ao Presidente da República o valor dos destacamentos militares e o montante de recursos orçamentários necessários (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013).

Ocorre então uma intensa troca de informações entre o MD, o MRE e os Ministérios da Fazenda (Economia) para apoiar as decisões do Presidente relativas à aquisição desses recursos. É da responsabilidade das forças armadas em causa estimar o montante dos recursos orçamentários necessários e comunicá-los detalhada e detalhadamente ao Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, dividindo-os em fases (preparação, destacamento, desmobilização) (BRASIL, 2013).

Tendo chegado a uma conclusão sobre o valor do contingente e o montante de recursos orçamentários necessários à preparação (transporte, operações, apoio, logística, vigilância, repatriamento/resgate e desmobilização deste contingente) além

dos motivos políticos que justificam a participação brasileira. O MD, comunica essas informações ao Presidente da República e ao Ministério da Casa Civil em formato de “Exposição de Motivos Interministerial” que também é enviada como minuta de Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional. Um parecer jurídico do consultor jurídico da MD está anexado a este documento (BRASIL, 2013).

Assim que o Congresso Nacional receber a aprovação do poder executivo para enviar forças armadas para o exterior e a aprovação do presidente for obtida via um decreto, o MD concluirá a formulação da política de emprego do Ministério da Defesa. Nos termos da Portaria Ministerial, os Chefes do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas desenvolverão Diretriz de Planejamento Estratégico Militar, aplicável, conforme os procedimentos recomendados na Doutrina de Operações Conjuntas — MD30-M-01, de 8 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2013).

A Diretriz de Planejamento Estratégico Militar contém todas as informações disponíveis sobre as operações, bem como orientações para os militares sobre a preparação e o destacamento de forças. Os documentos operacionais fornecidos pelas organizações internacionais são enviados como apêndices às Diretrizes de Planejamento, quando disponíveis. No caso das Nações Unidas, estes documentos são essencialmente procedimentos operacionais padrão, regras de combate, acordos de guarnição militar e diretrizes¹ (BRASIL, 2013).

Deve-se também considerar que o Brasil incorre em custos para mobilizar, equipar e manter suas forças ultramarinas. Dado que os países não são obrigados a enviar tropas, estes custos não são impostos pelas ONU, mas provêm de decisões governamentais. Dado que o envio de tropas não requer autorização prévia e impõe um encargo significativo à União, o Congresso deverá determinar os créditos adicionais necessários para cobrir tais destacamentos (FONTORA, 2005).

O envio de observadores policiais e civis não requer aprovação legal porque não são militares e não envolvem nenhum encargo financeiro adicional. Contudo, a participação dos militares brasileiros é regulamentada pela Lei n.º 2.953, de 17 de novembro de 1956, segundo a qual o envio de tropas deve ser aprovado pelo Congresso Nacional. A Lei Complementar n.º 97, de 9 de setembro de 1999, teve a vantagem de introduzir as operações de paz no ordenamento jurídico nacional, mas

¹ A medida que a situação evolui e a informação se torna disponível, serão desenvolvidas novas diretrizes do chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas que detalham situações específicas.

não continha disposições específicas sobre o assunto cabe ao Legislativo aprovar o desembolso de empréstimos adicionais para cobrir os custos dos contingentes armados (FONTORA, 2005).

O requerimento pode ser elaborado pelo MRE em colaboração com o MD, enquanto no segundo caso o requerimento deve ser elaborado pelo Ministério do Orçamento e Gestão. Esse procedimento resultaria na consulta dupla do Congresso e limitaria a capacidade do Brasil de participar de operações de manutenção da paz dentro e fora das ONU. Para o Brasil responder melhor às consultas estabelecidas pelas ONU sobre a transferência de pessoal e equipamentos, é preferencialmente estabelecido um sistema de responsabilidade compartilhada entre os poderes Executivo e Legislativo, considerando a sensibilidade e as circunstâncias da questão seja feita² (FONTORA, 2005).

Para estabelecer canais de comunicação harmoniosos com o Congresso, o MRE adotou, especialmente no período 1993–1996, a prática de enviar mensagens do Presidente da República para ambas as câmaras legislativas, informando sobre a evolução da participação parlamentar. Contingentes armados e desarmados de brasileiros que participam de operações de paz, independentemente da regulamentação oficial. Esta transparência das ações tomadas pelo governo sublinha a vontade do poder executivo de manter o Congresso informado sobre os seus esforços nesta área e permite à imprensa destacar certas situações sensíveis que afetam o contingente da nossa nação (FONTORA, 2005).

Parte dos recursos utilizados pelo governo brasileiro serão devolvidos ao Brasil por reembolso pelas Nações Unidas, conforme as disposições do MOU/LOA. Os valores reembolsados pelas Nações Unidas são devolvidos aos países por depósitos numa única conta das Nações Unidas. Portanto, os custos incorridos nas Operações de Paz não devem ser considerados custos exclusivamente atribuíveis ao Brasil, sendo parcialmente reembolsados pelas Nações Unidas (BRASIL, 2013).

Estes encargos limitam-se, portanto, normalmente aos salários do pessoal no estrangeiro, aos custos de deslocação para inspeção, apoio e ajustamento, e ao investimento necessário para aquisição de equipamento caso necessário. Os custos restantes serão reduzidos ou cobertos pela compensação e reembolsos previstos na legislação das ONU para eventos deste tipo. A avaliação cuidadosa das necessidades

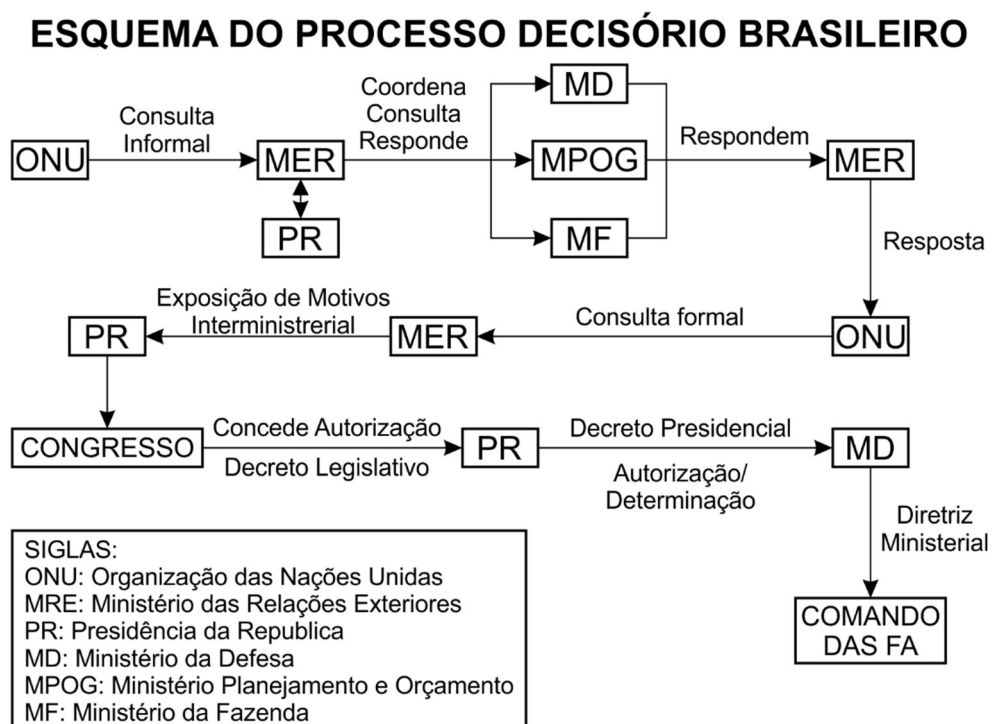
² Poderá ser necessária a aprovação de financiamento adicional para permitir a participação do Brasil nesses projetos (FONTORA, 2005).

e o cálculo cuidadoso das despesas facilitarão as negociações, apoiarão os interesses nacionais e acelerarão o reembolso (BRASIL, 2013).

Após determinar o contingente disponível para as Forças Armadas para operações e garantir o apoio financeiro necessário dos ministérios responsáveis pelos orçamentos para a preparação e destacamento deste contingente, o MRE iniciará em consultas preliminares com a ONU para alinhamentos finais antes do pedido formal ao Presidente da República (BRASIL, 2013).

Posteriormente, será então preparada uma justificativa interministerial dos motivos para submissão às consultas formais do Governo Brasileiro para apreciação do Presidente da República que enviará uma mensagem ao Congresso Nacional, como proposta de decreto legislativo, solicitando autorização para enviar tropas para o exterior. Com a Aprovação a participação das Forças Armadas brasileiras pelo Congresso, serão criadas políticas específicas do Ministério da Defesa que estabelecem diretrizes gerais para o uso de forças militares como parte das forças de manutenção da paz, caso novas informações sejam desenvolvidas conforme necessário (BRASIL, 2013). O esquema abaixo descreve como são os procedimentos e hierarquias na tomada de decisão para a aprovação de operações de paz no Brasil.

Esquema I:



Fonte: Esquema adaptado a partir do apresentado no Manual de Operações de Paz (BRASIL, 2013).

2.3.2. Atuação dos principais agentes de tomada de decisão brasileira

No âmbito internacional, a aprovação da MINUSTAH deu-se com o exame do Conselho de Segurança da ONU em resposta ao pedido do presidente interino do Haiti que apelou pela intervenção da comunidade internacional. Uma Força Multinacional Provisória foi criada até que o processo de negociação para a adoção de uma Operação de Paz fosse instaurado. Por fim, através da Resolução 1.529 (2004), foi aprovado o estabelecimento da MINUSTAH como operação de estabelecimento da paz no Haiti, sendo o Brasil como o membro que lideraria as atividades militares da missão (SÁ, 2015).

Entretanto, a aceitação no exercício deste mandato não foi isenta de preocupações por parte dos agentes do governo e do poder legislativo no Brasil. O Embaixador Ronaldo Sardenberg, enquanto representante brasileiro na ONU, defendeu o mandato de força internacional no âmbito do capítulo VI da Carta ou ainda um enfoque criterioso que limitasse o escopo de aplicação do capítulo VII. Visto que o Brasil tem tradição de repudiar o uso da força para o estabelecimento da paz, demonstrou preocupação com o projeto apresentado pelos EUA e pela França que baseava a operação na imposição da paz (SÁ, 2015).

A participação do então ministro das relações exteriores Celso Amorim foi essencial para as tomadas de decisões e desenvolvimento da missão de paz. Contudo, em 17 de dezembro de 2014, em entrevistas oferecidas para Pesquisadora Jessica Espinosa de Sá (2015), os ex-ministros complementam ainda mais o processo de tomadas de decisões dos players e *sobre* questões muito debatidas na academia e no cenário internacional, sobre a participação brasileira na operação.

O chanceler já havia tido interações com os ministros franceses das Relações Exteriores, Dominique De Villepin, sobre a discursão do Iraque e com o Secretário de Estado Americano, Colin Powell, no caso dos amigos da Venezuela³. Os dois representantes entraram em contato com Ministro brasileiro para expressar que a situação no Haiti estava crítica, que a participação do Brasil era essencial para solucionar a questão. Em diálogo com as autoridades, Amorim ressalta o compromisso brasileiro com os princípios das Nações Unidas e que não participaria de nem uma intervenção, como classifica a Força Multinacional Interina que

³ Amigos da Venezuela era um grupo liderado pelo Brasil em 2002, que oferecia mais instrumentos ao Secretario-Geral da OEA na solução da crise política venezuelana (GEHRE, 2016).

antecedeu a MINUSTAH, embora houvesse a possibilidade de participar de uma missão de paz. Para a pesquisadora, Amorim diz: “claro que eles queriam a presença brasileira para legitimar e não parecer uma intervenção só das grandes potências, de uma maneira ou de outra” (SÁ, 2015, p.110).

Deste modo, o Chanceler Amorim afirma que, embora houvesse interesse no MD e MRE em participar em uma operação desse nível, a iniciativa não foi brasileira. Destacando os interesses vindo dos EUA e da França, assim como a pedido do Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, visto que a presença desses países no Haiti traria maior desconfiança, tendo em vista o histórico de intervenção na ilha. Algo que não ocorreria com o Brasil, dando uma feição mais regional à operação, não mais uma intervenção dos grandes potenciais. Por fim, o ministro afirma que o Brasil possuía muita liberdade na condução da operação por conta do seu poder de barganha ser elevado, tendo o maior número de tropas e o interesse das grandes potências na participação brasileira fez do país o protagonista da missão (SÁ, 2015).

Dito isso, em 4 de março de 2004, o governo brasileiro, anuncia publicamente a intenção do país de dar uma contribuição significativa à força de estabilização a ser estabelecida para o Haiti pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em 30 de abril foi aprovada a Resolução.1.542 (2004). Entretanto, quanto ao processo interno para tomada de decisão, somente em 5 de maio de 2004, dois meses após o anúncio público do desejo de contribuição brasileira, o Congresso Nacional recebeu o pedido do Presidente da República para avaliar a Declaração Explicativa Interministerial. No documento em conjunto com MRE denuncia o estado de conflito do Haiti, a decisão multilateral do Conselho de Segurança e a disposição constitucional para defesa dos direitos humanos e da paz com a cooperação entre as nações para o progresso humano (SÁ, 2015).

Despacho: Às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Constituição e Justiça. Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário. MENSAGEM n.º205 Senhores Membros do Congresso Nacional. Nos termos da Lei n.º 2.953. de 17 de novembro de 1956. submeto à elevada consideração de Vossas Excelências a Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, relativa ao envio de contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah) (BRASIL. 2004a).

Na carta para a Câmara dos Deputados e Senado, o poder executivo informa sobre o conhecimento da eclosão da violência e a persistência da grave situação no Haiti, que prejudicou a já difícil situação econômica e social, colocando em risco uma

parte significativa da população. Em 29 de fevereiro de 2004, reconhecida pela Resolução n.º 1.542 do CSONU, por unanimidade, a deterioração da situação política do país (BRASIL, 2004a, p. 21809).

À medida que a situação humanitária e de segurança no Haiti se tornou mais clara, foi decidido aprovar a criação de uma força multinacional de transição que opera no país desde 1 de março de 2004, a Força Multinacional de Emergência. A mesma resolução afirma que o Conselho de Segurança aprovou, com um prazo máximo de 90 dias, a criação de uma nova Operação de Paz que substitua a Força Emergencial, com base nas informações fornecidas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas (BRASIL, 2004a).

O redator da Carta afirma acreditar que a decisão do Conselho de Segurança é consistente com a tradição do Brasil de priorizar a resolução multilateral de disputas, com as disposições da Constituição sobre direitos humanos, cooperação interétnica em defesa da paz e do progresso da humanidade, representando uma contribuição legítima para a resolução da crise política e humanitária no Haiti (BRASIL, 2004a).

A carta lembra da tradição brasileira de contribuir para a paz internacional e que, dada a situação, o autor considera inevitável um envio de tropas militares para a MINUSTAH. Sendo que Brasil conseguiria participar com uma força de 1.200 militares. Isto tornaria o país o maior contribuinte para a operação e garantiria o comando da MINUSTAH. Além disso, reafirma o compromisso com o multilateralismo e a resolução pacífica de conflitos. E para finalizar, a carta afirma que vários outros países latino-americanos já estão mobilizando-se para trabalharem em conjunto, para encontrar soluções sustentáveis, pacíficas, democráticas e duradouras à situação do Haiti (BRASIL, 2004a).

Ao receber essa solicitação, a câmara de deputados pôde, em 13 de maio de 2004, realizar uma comissão para avaliar a viabilidade da participação do Brasil na MINUSTAH. Entre os Deputados que votaram a favor do envio das tropas para o Haiti, apresentaram em seus discursos como justificativas o engajamento como líder regional, treinamentos das tropas e relataram a importância do Brasil em participar da segurança internacional (BRASIL, 2004a).

O deputado Renildo Calheiros (PCdoB — PE), relembra a relevância que o Brasil possui na América latina e que em muitos momentos o posicionamento das autoridades brasileiras responsáveis pela política externa, em especial o ministro vigente, Celso Amorim, viria de contrário as atitudes internacionais dos Estados

Unidos citando o caso da invasão no Iraque em que não apenas resistiu às pressões norte-americanas como repudiou o ato. Ainda em palavra, fala que essa é uma excelente oportunidade de promover a segurança internacional e a democracia. Por fim, o deputado reitera a posição de liderança ao pontuar que vários outros países da América Latina esperam do Brasil esse posicionamento ao entregar as forças de paz junto ao contingente brasileiro (BRASIL,2004a).

Vários países do mundo, principalmente na América Latina, condicionaram sua ajuda ou mesmo o fato de integrar as forças de paz a uma participação de desta que do Brasil. Essa é uma responsabilidade a que o Brasil, como um grande país, está sendo chamado e não se pode omitir, sob pena de negar a sua política internacional, de negar os esforços que vem fazendo junto à Organização das Nações Unidas (BRASIL. 2004a, p.21811)

Como importantes motivações para a participação brasileira na MINUSTAH o Deputado cita o interesse do Exército em participar da missão de paz para aperfeiçoar o treinamento das suas tropas, aprimorar as capacidades internas e evoluir sua técnica. Por último, ele também cita que esse evento é de grande importância para que um dia o Brasil possa ter um assento permanente no CSONU (BRASIL, 2004a).

O Deputado Renato Casagrande (PSB — ES), afirmou que a participação na MINUSTAH é de grande importância para a progressão do Brasil no cenário internacional sendo a primeira vez que o país poderá coordenar uma operação desse nível vindo de um convite da ONU e demais países americanos, avanços esse provido por meio do Governo Lula. E reitera que, se o Brasil almeja ter um assento permanente na CSONU ele precisa se dispor a esse compromisso (BRASIL, 2004a).

Os que votaram contrário ao projeto de lei alegaram que a situação de calamidade no Haiti não era de responsabilidade do Brasil, que o investimento feito deveria ser usado na solução dos problemas de segurança pública do próprio país e que não havia uma previsão clara de término na missão.

O deputado Fernando Gabeira (Sem partido — RJ) diz que “estamos jogando dinheiro fora, dinheiro fundamental para o povo brasileiro.” Em depoimento, o deputado relata que o presidente Lula está equivocado na decisão de participar da MINUSTAH. Que o golpe contra o presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide foi influenciado pelos EUA, que cortaram a ajuda econômica ao país e passaram a financiar grupos que têm ligação bastante estreita com a Frente Revolucionária para o Avanço e Progresso do Haiti, responsável pela morte de 6 mil pessoas. Para o deputado, o Brasil iria ao Haiti garantir a paz para os americanos, franceses e

canadenses, principais destinos da imigração haitiana. Em suas palavras, “o Brasil nunca teve relação mais estreita com esse país” (BRASIL. 2004a).

O Deputado afirma que a missão de paz faz parte da ambição do presidente da república (Lula) em fazer com que o Brasil adquira um assento permanente no CSONU e acusa tanto o presidente quanto o ministro das relações exteriores em não conhecer a questão interna do Haiti. Por fim, ele afirma que o dinheiro investido para realização de uma missão de paz no Haiti deveria ser usado nos problemas da própria nação, destacando as questões e segurança nacional (BRASIL. 2004a).

O Deputado Antônio Carlos Pannunzio (PSDB — SP) acusa o governo federal de já estar preparando as tropas para o envio ao Haiti, citando a reportagem da Folha de São Paulo. O deputado afirma que esse gesto caracteriza um desrespeito aos constituintes, visto que o envio de tropas só poderia ser permitido perante a aprovação da câmara dos deputados e sendo, em suas palavras:

“Afinal das contas, para que vale o Congresso Nacional, para que vale o art. 49, inciso I, que dá a nós, congressistas, a competência para resolver definitivamente acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional?” (BRASIL. Congresso. *Câmara dos Deputados*. 2004a, p.21813).

Por fim, atribui esse gesto a uma estratégia equivocada do governo Lula de interferir em uma competência que não cabe ao Brasil, visto que o caos presente no Haiti foi provocado por intervenção de outras nações, sendo elas as responsáveis pela paz no país. O Deputado também argumenta que o Brasil possui seus próprios problemas de segurança pública em que deve priorizar (BRASIL. 2004a).

O Deputado José Thomaz Nonô (PFL — AL), representante da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, mostra-se solidário a importância que as missões de paz têm em promover a estabilidade e a paz citando internacionalmente a operação em Timor-Leste, em que o Brasil ofertou 75 soldados, posteriormente, mais 50. Entretanto, na situação do Haiti, não há motivos significativos para o Brasil enviar 1200 homens, além de equipamentos para um país que, a seu ver, não está sobre a influência geopolítica brasileira e sim norte-americana (BRASIL. 2004a).

O Deputado lembra também dos problemas de segurança pública nas favelas do Rio de Janeiro, a crise política e a situação precárias das tropas brasileiras além de acusar o governo de passar por cima dos parlamentares ao citar as reportagens jornalista do preparo do contingente com o equipamento da ONU antes da aprovação

do congresso. Por fim, fala que o único argumento para possível para a operação seria a possibilidade de obtenção de um assento permanente no CSONU, mas que isso estava ainda em oculto e não explícito. Deste modo, o Brasil estava apenas fazendo o papel de “bom moço” em atender uma demanda francesa (BRASIL. 2004a).

Em contrapartida, o Deputado Beto Albuquerque (PSB — RS), representante da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, afirma que a movimentação militar das tropas em preparo para a missão de paz é um processo padrão das forças armadas e que nem uma tropa sairia do país sem a permissão dos parlamentares. Para justificar o seu voto à favor do projeto de lei, o deputado invoca o art. 4º da Carta Magna, na qual atenta para as responsabilidades internacionais do Brasil com a defesa dos direitos humanos, da paz e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (BRASIL. 2004a).

Os deputados que discutiram a Matéria foram: Dep. Fernando Gabeira (S.PART.-RJ), Dep. Eduardo Valverde (PT-RO), Dep. Paulo Afonso (PMDB-SC), Dep. Jair Bolsonaro (PTB-RJ), Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Dep. Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), Dep. Babá (S.PART.-PA), Dep. Beto Albuquerque (PSB-RS), Dep. Paulo Delgado (PT-MG), Dep. Luciana Genro (S.PART.-RS), Dep. Renildo Calheiros (PCdoB-PE), Dep. Roberto Freire (PPS-PE), Dep. Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Dep. José Carlos Aleluia (PFL-BA). A votação finalizou em 266 votos “Sim”, 118 votos “Não” e 1 voto de abstenção, totalizando 385 votos. A proposta de lei foi aprovada na câmara dos deputados em 13 de maio de 2004 e encaminhada para o senado nacional (BRASIL. 2004a).

Em tramitação no Senado do projeto de decreto-lei n.º 568, de 2004 (PDC n.º 1.280, de 2004, na origem), para encaminhar o contingente de 1200 soldados para a MINUSTAH. O redator Senador Hélio Costa (PMDB) destaca os motivos para a participação brasileira na missão de paz. Entre estas razões, ele cita o histórico de contribuição do Brasil em forças de paz, destacando as missões realizadas em Angola, Moçambique, República Dominicana e no Timor-Leste. Entretanto, ele também destaca que, pelo contrário, o Brasil não possui interesses em participar de operações de caráter interventor como a ocorrida no Iraque em 2003 (BRASIL. 2004a).

O redator destaca como objetivos para a operação as questões de segurança, na tentativa de restaurar a política nacional haitiana, como os padrões democráticos de segurança pública, desarmar grupos paramilitares e proteger a população civil.

Sobre a questão política, as metas seriam a de auxiliar o governo transitório, auxiliar e promover eleições livres e limpas, em todo o território, em todos os níveis, e levar a autoridade estatal a todos os pontos do território do Haiti (BRASIL. 2004a).

O Deputado também afirma a importância que a missão terá na defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos no qual o Brasil terá a grande oportunidade estratégica de liderar os contingentes de seis mil soldados de vários países da América latina, como Argentina, Chile, Peru e Colômbia já confirmadas a participação. Desta forma, o Brasil poderia se destacar como líder regional e elevar o seu prestígio internacional (BRASIL. 2004a).

Brasil precisa, sim, participar, mostrar a sua importância não só continental, mas política e econômica no instante em que alguma nação do hemisfério necessite. Portanto, receberá o trabalho da Organização das Nações Unidas na restauração da paz. Tivemos, então, essa garantia (BRASIL, 2004a, p. 15247).

Desta forma, os senadores começam os discursos pertinentes à aprovação que autorizaria a liberação do contingente de 1200 soldados a MINUSTAH. Particionado da votação estavam: Aelton Freitas (PL — MG), Almeida Lima (PDT — SE), Aloísio Mercadantes (PT — SP), Ana Julia Carepa (PT — PA), António Carlos Magalhães (PFL — BA), Arthur Virgilio (PSDB — AM), Augusto Botelho (PDT — RR), Cesar Borges (PFL — BA), Cristovam Buarque (PT — DF), Decidio Amaral (PT — MS), Eduardo Suplicy (PT — SP), Fernando Bezerra (PTB — RN), Flavio Arns (PT — PR), Garibaldi Alves Filho (PMDB — RN), Geraldo Mesquita Junior (PSB — AC), Heloisa Helena (sem partido — AL), Hélio Costa (PMDB — MG), Heráclito Fortes (PFL — PI), Ideli Salvatti (PT — SC), João Capiberibe (PSB — AP), João Ribeiro (PFL — TO), José Agripino (PFL — RN), Leomar Quintanilha (PMDB — TO), Magno Malta (PL — ES), Maguito Vilela (PMDB — GO), Mão Santa (PMDB — PI), Marcelo Crivella (PL — RJ), Ney Suassuna (PMDB — PE), Osmar Dias (PDT — PR), Paoaléo Paes (PMDB — AP), Patrícia Saboya Gomes (PPS - CE), Paulo Elifas (PMDB - RO), Paulo Octavio (PFL - DF), Paulo Paim (PT - RN), Pedro Simon (PMDB — RS), Ramez Tebet PMDB - MS, Reginaldo Duarte (PSDB - CE), Renan Calheiros (PMDB - AL), Roberto Saturnino (PT - RJ), Rodolpho Tourinho (PFL - BA), Romero Jucá (PMDB - RR), Sérgio Cabral (PMDB - RJ), Sérgio Guerra (PSDB - PE), Sérgio Zambiasi (PTB - RS), Serys Shessarenko (PT - MT), Sibá Machado (PT - AC), Tião Viana (PT - AC) e Valdir Raupp (PMDB - RO). (BRASIL. 2004a).

Aos que concordaram com o projeto legislativo que autorizaria a participação do Brasil na MINUSTAH destacam-se os senadores Eduardo Suplicy (PT - SP), Senadora Heloisa Helena (sem partido - AL) e Senador Jefferson Péres (PDT - AM) no qual em suas falas levantaram as seguintes questões: Assegurar o Estado de Direito democrático ao Haiti, treinamento das tropas, promoção dos direitos humanos (BRASIL. 2004a).

O Senador Eduardo Suplicy diz que quando em mensagem ao senado o presidente Lula juntamente com os ministros das relações exteriores, Celso Amorim; da defesa, José Viegas e Casa Civil, José Dirceu tinha a convicção que esta missão era para cooperação do Brasil com Haiti e que não atendia aos interesses americanos ou franceses. Deste modo, apontando semelhança nas operações do Timor-Leste e no Haiti, ele votaria a favor do decreto-lei. Suplicy propõe que, em visita dos senadores ao Haiti, eles deveriam ter como objetivo alinhar com as lideranças políticas do Haiti para a retomada da redemocratização, visto que o parlamento haitiano encerrara seus trabalhos em 2000 e que novas eleições deveriam ser realizadas. Por fim, o senador diz que o Brasil poderia trocar ideias com o Haiti no que diz respeito ao combate à fome e ao analfabetismo (BRASIL. 2004a).

A senadora Heloisa Helena acusa o imperialismo americano como provocadora do golpe de estado no Haiti e critica a ONU de não ter autoridade moral de conduzir operações de paz, visto que, segundo a senadora, esta instituição defende os interesses das grandes potências, entretanto ela reconhece o estado de calamidade onde o Haiti se encontra e por esses motivos vota a favor do projeto de lei mesmo com a ressalva de que as tropas brasileiras estariam indiretamente legitimando o golpe provocado pelo imperialismo (BRASIL. 2004a).

O Senador Jefferson Péres, em fala, destaca que o Haiti, sendo o país mais pobre das Américas, possui problemas semelhantes aos do Brasil no que se refere à segurança pública. Mesmo assim, o Brasil, não conseguindo solucionar o problema no próprio território, está com ambições de solucionar o de outro. O senador descarta a possibilidade de que o Brasil possa conseguir ser um membro permanente do CSONU por meio desta operação e relembra que esse já foi o objetivo do país em 1923, quando o presidente era Arthur Bernardes e Sr. Afrânio de Melo Franco, chanceler (BRASIL. 2004a).

Na ocasião, o Brasil, segundo o senador: “fez tudo para ser membro permanente do Conselho da Liga das Nações”, mesmo assim não conseguindo. Tanto

naquele momento quanto na ocasião da votação do projeto de lei que autorizaria a participação na MINUSTAH o Brasil luta para se destacar e pertencer a uma organização como a CSONU, mas que para o senador essa ambição só seria cumprida quando o país se tornar de “Primeiro Mundo”. Contudo, ele não é contra a operação de paz, não negando solidariedade ao Haiti (BRASIL. 2004a).

Em destaque, os que votaram contrários ao projeto de lei estavam senadores Arthur Virgílio (PSDB - AM) e o Senador Almeida Lima (PDT - SE), que levantaram pontos contrários. O Senador Arthur Virgílio, disse que o objetivo de ser membro permanente do CSONU era um equívoco, acusando que o modelo de veto da instituição é antidemocrático e deve ser combatido. Deste modo, o Brasil não deveria despende tantos recursos para esse propósito, visto que na operação os gastos não seriam completamente ressarcidos pela ONU. O senador também fala que o Brasil não ganharia nem um prestígio internacional com a operação, em fala:

Tenho mais algumas considerações a fazer. Como eu era alertado pelo Senador Sérgio Guerra, é esta a prioridade para as Forças Armadas Brasileiras? A ideia de que se vai ganhar prestígio internacional com isso é caipira e não é verdadeira. Não se ganha prestígio internacional com isso (BRASIL, 2004a, p. 15250).

O senador afirma que na missão de paz realizada em Timor-Leste existia maior comoção nacional com a estabilidade do país, mas que não via o mesmo no Haiti. Em contrapartida, Virgílio diz que a pretensão brasileira de chefiar uma missão de paz soa “caipira” e que o Brasil deveria se concentrar em consolidar-se como uma nação intermediária pacífica, visto que desistiu de ter a bomba atômica (BRASIL. 2004a).

O senador Almeida Lima diz que o Presidente Lula confunde a sua pessoa com a pessoa do Estado, que a operação atende os interesses do presidente de ganhar destaque internacional. O senador acusa o executivo de atropelar o processo de decisão do país quando já manda tropas se prepararem para ir à missão antes das devidas aprovações do legislativo. Lima diz que os verdadeiros responsáveis pela paz no Haiti são a França, que colonizou no passado, e os EUA, por colonizar atualmente (BRASIL. 2004a).

Ao término da audiência do projeto de decreto-lei n.º 568 de 2004, conclui-se com o total de 48 votos, sendo 38 votos “sim” e 10 “não”, sem abstenção. Com isso, o projeto foi aprovado. Apesar disso, constata-se que parte dos senadores que aprovaram o projeto de lei não concordava completamente com a operação, ao

contrário da que foi realizada em Timor-Leste. No decorrer dos anos em que a missão se estendia, novas atualizações ocorriam e muitas críticas sucederam tanto de parlamentares, autoridades quanto de acadêmicos (BRASIL, 2004a).

2.3.3. Política externa brasileira em sua atuação na MINUSTAH

Tanto o presidente Lula quanto o ministro das relações exteriores Celso Amorim buscaram em seus discursos para a comunidade internacional legitimar o caráter humanitário e multilateral da MINUSTAH. Alguns desses discursos podem ser encontrados nas Resenhas da Política Externa do Brasil, disponível no site do Ministério das Relações Exteriores. Em destaque, descreveremos os discursos proferidos tanto em território nacional quanto internacional, em que as autoridades explicam as motivações e os efeitos que a Missão de Paz poderia proporcionar.

Na Cerimônia de Formatura da turma Vinícius de Moraes, realizada no Palácio Itamaraty, em 20 de abril de 2004. Em discurso, Presidente da República falou aos presentes sobre as aspirações do Brasil pertinentes à política externa, em especial a juntar-se à missão das Nações Unidas para restaurar a paz no Haiti. No momento, a proposta ainda não foi oficialmente mandada para a Câmara dos Deputados. O presidente fala sobre o trabalho do Ministro Celso Amorim em defender a cooperação estreita entre o Conselho de Segurança e as agências da ONU envolvidas na reconstrução física e na reparação das instituições políticas e sociais dos países. E afirma que a disposição do Brasil em liderar esta missão está condicionada ao envolvimento efetivo da comunidade internacional e ao estreitamento dos laços com os países da região na reconstrução do Haiti (BRASIL, 2004b).

Em conferência intitulada “Política Externa Brasileira no Século XXI e o Papel da Parceria Estratégica China-Brasil”, o Presidente Lula, em visita realizada na Universidade de Pequim em 25 de maio de 2004, juntamente com governadores, fala sobre aproximação e fortalecimento dos laços. Sobre a crise no continente americano, ele diz que a abordagem do Brasil à região exige que o governo se baseie no princípio da não intervenção e numa atitude de “indiferença”, fazendo valer a pena acompanhar de perto a situação instável em que os países do continente se encontram. O presidente relata que foi com essa intenção que foi criado os Amigos da Venezuela, para promover o diálogo na Bolívia e para promover soluções pacíficas aos problemas de segurança da Colômbia (BRASIL, 2004b).

Dito isso, o presidente afirma que é com o intuito de pacificação que o Brasil integra e lidera a Força de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), conforme ordenado pelo Conselho de Segurança. Desta forma, acredita que o envolvimento da comunidade internacional com o Haiti será de longo prazo e deve concentrar-se nos esforços para reconstruir o quadro econômico, social e institucional do país. O presidente também diz que a ênfase da política externa do Brasil será na integração de toda América Latina, não excluindo as regiões caribenhas. Para isso, o governo brasileiro propôs acordos de livre comércio com a América Central e a CARICOM. Segundo o presidente, isto contribuirá para tornar as relações no continente mais justas e equilibradas. Estimulando o censo diplomático brasileiro e fortalecendo as relações com todas as regiões do mundo (BRASIL, 2004b).

Em 2004, o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, visitou o Brasil e se reuniu como o presidente brasileiro, Lula, em São Paulo nos dias 21 e 22 de junho, consagrando a primeira rodada de Negócios Brasil-Colômbia. Concordaram que tais esforços criam laços profundos e promovem uma maior comunhão com a justiça. Os presidentes também falaram da relevância do compromisso de longo prazo da comunidade internacional com o Haiti, permitindo ao país criarem alternativas sustentáveis para a normalização da vida política e a retomada do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, sublinharam a importância da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), com a participação de militares brasileiros e comandada por generais brasileiros (BRASIL, 2004b).

Na 34ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) — “Desenvolvimento Social e Democracia Frente à Incidência da Corrupção”, em Quito, em 7 de junho de 2004. O Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, em seu discurso dedica algumas palavras a respeito da política externa que o Brasil está realizando no Haiti. Ele reconhece que a participação brasileira na região, particularmente da América Latina e do Caribe, é essencial para resolver os problemas subjacentes à crise haitiana. Afirma que a resolução da crise do Haiti exigirá um compromisso de longo prazo por parte da comunidade internacional, que inclui múltiplas dimensões para além da mera estabilidade política. É necessário reconstruir as instituições e promover o desenvolvimento socioeconômico. O ministro diz que se reuniu com o secretário-geral da CARICOM, Edwin Carrington e outros líderes da região para ouvir os países geograficamente mais próximos. Por fim, o ministro conclui que, o Brasil, sendo no momento membro do Conselho de Segurança

das Nações Unidas, atenderá aos apelos e propostas para desempenhar um papel importante na Força de Estabilização das Nações Unidas (BRASIL, 2004b).

Em declaração conjunta dos presidentes da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos do México, realizada em 7 de julho de 2004. Os presidentes do Brasil e do México dialogaram sobre questões da América Latina, comentando a situação em vários países do Hemisfério, com especial atenção ao Haiti. O presidente Lula da Silva comentou as perspectivas do papel da MINUSTAH e saudou os esforços do México para fornecer assistência humanitária ao país. Em declaração ambas as partes entendem que só o compromisso da comunidade internacional com a implementação de políticas de longo prazo, em estreita cooperação com os países da CARICOM, permitirá alcançar uma solução duradoura para a crise do Haiti, incluindo o fortalecimento das instituições e das instituições. Os presidentes reconheceram a importância dos acordos alcançados na Cúpula Extraordinária das Américas, em Monterrey, em janeiro de 2004, e na Cúpula da América Latina, Caribe e Europa, em Guadalajara, em maio de 2004, para a pacificação da regional e o bom convívio internacional (BRASIL, 2004c).

Na reunião de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe, em 17 de agosto de 2004, líderes de dez Estados da América Latina e do Caribe, incluindo o Brasil, se reuniram em Santo Domingo. Na ocasião, os líderes expressam preocupação com a vulnerabilidade dos países do Caribe e destacam os riscos potenciais para a segurança ambiental representados pelo transporte de resíduos nucleares e radioativos não tratados através do Caribe. Ressaltaram também os desafios enfrentados pelas pequenas economias das Caribenhas enquanto pequenos Estados insulares em desenvolvimento e a necessidade de abordagens adequadas para resolver as suas necessidades e problemas específicos. Reafirmando o compromisso de apoiar o processo de reconstrução política, econômica na superação da crise no Haiti. Concordaram em ter como prioridade o retorno democrático do Haiti. E ressaltaram o papel que a MINUSTAH e o Conselho de Segurança das Nações Unidas terão nos esforços de cooperação da comunidade hemisférica no Haiti (BRASIL, 2004c).

Em 18 de agosto de 2004, o Presidente Lula visitou o Haiti no contexto de ressaltar o desejo do governo brasileiro de contribuir com os esforços para criar um ambiente democrático, seguro e estável no Haiti. O Presidente Bonifácio Alexandre recebeu o Presidente brasileiro no Aeroporto Internacional de Porto Príncipe, o

Presidente Lula visitou o quartel-general da Brigada Brasileira, unidade básica no estado da MINUSTAH, e reuniu-se com oficiais e militares (BRASIL, 2004c).

Finalmente, na reunião, os dois líderes concluíram que neste período de solidariedade contínua com o Haiti, os dois países deveriam manter uma política de boa vizinhança e reciprocidade hemisférica, inspirada no princípio do respeito mútuo. O Presidente Lula reiterou sua determinação em lutar pelo ambiente ordenado e seguro necessário ao desenvolvimento do Haiti. Os dois presidentes agradeceram ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao Secretário-Geral Kofi Annan pela sua solidariedade para com o povo haitiano e esperaram que todos os esforços sejam feitos para garantir que esta cooperação traga prosperidade e bem-estar ao Haiti (BRASIL, 2004c).

O Presidente do Haiti declarou que haveria eleições livres, democráticas, transparentes e credíveis no Haiti em 2005 e reafirmou a sua determinação em criar um ambiente propício ao desenvolvimento social do povo haitiano. Dadas as capacidades do Brasil nesta área, o Presidente Lula reiterou a proposta do Brasil de fornecer meios eletrônicos para conduzir eleições e que todas as forças políticas no Haiti participariam plenamente no processo eleitoral (BRASIL, 2004c). Os Presidentes anunciaram a Missão de Cooperação Técnica ao Brasil, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação, conforme proposta na conferência internacional. Inclui mais de 20 especialistas nas áreas de combate à fome e à pobreza, saúde, segurança alimentar, agricultura, agronegócio, justiça, defesa civil, transportes, infraestruturas e gestão aeroportuária, administração pública e ambiente. Os dois Presidentes reiteraram o desejo comum de implementar imediatamente projetos de cooperação resultantes das atividades da Missão de Cooperação Técnica (BRASIL, 2004c).

Em visita de Estado ao Chile, durante 22 a 24 de agosto de 2004, o presidente Lula deu continuidade ao estreitamento dos laços entre os dois países ao retribuir a visita que o presidente Ricardo Lagos Escobar fez ao Brasil em agosto de 2003. Durante a ocasião, foi discutida a cooperação entre as duas nações no setor de políticas sociais, países para promover o crescimento econômico acompanhado de justiça social e reduzir a desigualdade. No ano anterior, o Presidente Lula e Lagos juntaram-se ao Presidente da França e ao Secretário-Geral das Nações Unidas para lançar a “Ação Global Contra a Pobreza”, uma iniciativa que continuará com a realização de reuniões com líderes mundiais internacionais em setembro, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas (BRASIL, 2004c).

Os dois líderes discutirão também questões relacionadas com a situação regional e internacional, especialmente relacionadas com a ação no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ressaltando o apoio fundamental que o Brasil e o Chile deram ao processo de estabilização do Haiti sob os auspícios das Nações Unidas, especialmente ao fornecer tropas à MINUSTAH. Destacaram a cooperação entre o Chile e o Brasil como membros não permanentes do Conselho de Segurança em 2004, bem como a ação conjunta que realizaram no âmbito da MINUSTAH. Por fim, reafirmaram a importância de construir uma comunidade mais pacífica e humanitária através dos objetivos definidos na Cúpula do Milênio e o seu compromisso com uma “Ação Contra a Fome e a Pobreza”, lançada pelos presidentes do Brasil, do Chile, da França e do secretário-geral das Nações Unidas no dia 31 de janeiro em Genebra (BRASIL, 2004c).

Em visita Oficial ao Equador, 24 e 25 de agosto de 2004, a convite do Presidente do Lucio Gutierrez Borbua, o presidente brasileiro foi recebido pela Assembleia Nacional em sessão solene, bem como o Presidente da Assembleia Nacional, Guillermo Landazurri, agraciado com a “Grande Cor” da Ordem do Mérito Nacional. Na visita o Presidente expressou sua satisfação com a participação do Equador na MINUSTAH, liderada pelo Brasil, e incentivaram a comunidade internacional a garantir que o país mantenha um ambiente seguro e estável no qual suas condições políticas e constitucionais sejam respeitadas. Reiterou a necessidade de apoiar os esforços de segurança podem fortalecer as instituições democráticas e desenvolver processos para garantir e proteger os direitos humanos (BRASIL, 2004c).

Na Reunião entre a Troica do Grupo do Rio e a Federação Russa por ocasião da 59ª Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, em 24 de setembro de 2004. Foi realizado por Brasil, Peru, Argentina e Federação Russa um comunicado conjunto, os participantes tiveram que reafirmar os seus compromissos para desenvolvimento, esforços para combater a fome, a pobreza, com multilateralismo e a cooperação internacional (BRASIL, 2004c). Com respeito a cooperação entre MINUSTAH e Haiti, o representante da Rússia, agradeceu os esforços do Grupo do Rio à luz da situação no Haiti e compartilhou a opinião do representante do Brasil de que o processo de estabilização no Haiti depende da mobilização rápida e completa dos militares da operação de paz juntamente com o compromisso de longo prazo da comunidade internacional e a participação e cooperação de todas as agências da ONU, incluindo o ECOSOC (BRASIL, 2004c).

Na visita do Primeiro-Ministro canadense, Paul Martin, ao Brasil a convite do Presidente Lula em 23 de novembro 2004, o Primeiro-Ministro reconheceu o importante papel do Brasil na liderança da MINUSTAH. Em resposta, o Presidente parabenizou o Primeiro-Ministro pela liderança do Canadá na Força de Estabilização do Haiti antes da chegada da MINUSTAH e expressou o apreço do Brasil pela participação da polícia civil canadense nesta missão (BRASIL, 2004c).

Os líderes de ambos os países enviam com urgência ao Haiti uma missão conjunta de cooperação técnica no campo da saúde pública e parceria conjunta em outras áreas, continuando ações cooperativas ao Haiti. Em suma, os dois lados enfatizaram a importância de fortalecer e aprofundar as relações entre Brasil e Canadá. Os dois líderes também destacaram a parceria entre os dois países ao nível global e hemisférico e a promoção de um mundo democrático, justo, seguro e próspero. Reconhecendo que os desafios da segurança internacional, do crescimento econômico equitativo e do ambiente global exigem uma cooperação multilateral eficaz e mecanismos de tomada de decisão mais eficazes e representativos, o Presidente e o Primeiro-Ministro concordaram em trabalhar juntos para melhorar as estruturas institucionais e fortalecer as instituições multilaterais. Em particular, mecanismos relacionados com a reforma da ONU (BRASIL, 2004c).

Na reunião do Conselho do Mercado Comum e no 10º aniversário da assinatura do Protocolo Ouro-Preto, no dia 17 de dezembro de 2004. Os líderes reafirmaram a sua solidariedade com o povo haitiano e expressaram o seu compromisso com a estabilidade política, a reconciliação nacional, a construção da democracia do Haiti, instituições e o desenvolvimento social. Os líderes também manifestam o seu apoio aos esforços conjuntos das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos para prestar apoio eleitoral, conforme o Memorando de Entendimento assinado em 3 de novembro de 2004 e a Resolução 1542 do Conselho de Segurança (BRASIL, 2004c).

Durante os anos que a MINUSTAH estava em execução, vários outros acontecimentos induziram ao prolongamento da missão de paz. Estes acontecimentos refletiram em novas atualizações a operação que exigiu do governo que usa-se ainda mais do seu capital político e recursos para estabilizar a paz no Haiti, rendendo elogios e críticas de parlamentares e autoridades.

Sobre audiência em 31 de agosto de 2005, o general Augusto Heleno Ribeiro, rebateu denúncias feitas pertinentes a violações dos direitos humanos realizadas

pelas tropas de paz em seu comando. Segundo o general a operação que ocorreu no bairro Cité Soleil, resultou na morte do líder da Dread Wilme, uma das maiores gangues da capital, mas teve “poucos efeitos colaterais”. Heleno relatou que as execuções só vieram à tona um dia após o incidente e certamente foram realizadas em retaliação à colaboração dos moradores com os remanescentes da quadrilha no local. Disse também que as acusações foram realizadas por grupos de direitos humanos que são política ou ideologicamente alinhados com setores que se opõem à intervenção da ONU no país. Por fim, o general diz que é possível que inocentes possam morrer em operação como está (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2005).

Apesar dos avanços políticos que contribuíram para o maior investimento para a MINUSTAH, internamente, houve também oposição e críticas pertinentes ao trabalho executado no Haiti quanto à duração da operação. Em 2005, os deputados Babá (PSOL-PA) e João Hermann Neto (PDT-SP) defenderam a retirada das tropas brasileiras. O Deputado João Hermann atestou que, embora as tropas brasileiras tenham realizado um ótimo trabalho, a seu ver, essa atuação chegou ao seu limite e afirma que, se não houver apoio para a retomada da economia, o Haiti, não será possível a consolidação do processo de paz. Já o deputado Babá apresentou o projeto legislativo PDC 1997/2005, cujo objetivo era revogar o Decreto Legislativo n.º 207 de 2004. Para o deputado, a missão visa um equívoco do governo brasileiro em atender os interesses hegemônicos norte-americanos (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2006). Em palavra, o deputado diz:

Sabemos que esta decisão foi parte da política do Governo dos Estados Unidos de comprometer o Governo brasileiro em defender na América Latina os interesses estadunidenses, uma vez deposto o presidente Aristides (sic) através de um golpe de estado impulsionado desde Washington. (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2006.)

No dia 16 de agosto de 2007, em um parecer referente à Medida Provisória n.º 383, que autoriza o repasse de verbas extraordinárias para diversos órgãos do governo, os parlamentares se mostraram a favor da aprovação parcial da medida, conforme estabelecido no Projeto de Lei de Conversão. Todas as 12 emendas propostas ao projeto foram consideradas inadmissíveis (BRASIL, 2007).

Segundo informações na medida, o apoio financeiro e material previsto destina-se a garantir a presença contínua no Haiti de 1.200 militares brasileiros que participam da Missão de estabilização das Nações Unidas MINUSTAH desde 2004, conforme o

acordo estabelecido entre o governo do Brasil e a Organização das Nações Unidas - ONU. Em virtude da prorrogação do mandato da MINUSTAH até novembro de 2007 pelo Conselho de Segurança da ONU em 2006, o Ministério da Defesa alertou para a urgência de recursos no início de 2007, sob o risco de paralisação de atividades vitais para a permanência da tropa. Para solucionar a questão, foi publicada a medida provisória n.º 343 em 5 de janeiro de 2007, no montante de R\$ 70 milhões. Essa ação em questão destina mais R\$ 60 milhões para esse propósito. Adicionalmente, estava prevista a transferência de recursos para a Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, uma empresa pública sob a tutela do Comando do Exército, visando a participação da União no capital de empresas, para seguir com o processo de revitalização e melhoria da situação financeira da empresa (BRASIL, 2007).

Em abril de 2008, sobre o projeto de decreto de legislativo N° 515, submetido à apreciação do Congresso Nacional, a Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Defesa, Nelson Jobim, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, para o aumento do efetivo de tropas mandadas ao Haiti em mais 100 soldados sobre a regência da MINUSTAH, enviada como carta ao congresso nacional assinada pelo Presidente Lula (BRASIL, 2008, p. 17816).

Em carta, são citados o tradicional engajamento do Brasil em soluções multilaterais para os conflitos internacionais e relembra o importante papel do Brasil na estabilização da paz no Haiti. Além de lembrar os deveres constitucionais com a comunidade internacional de prevalência dos direitos humanos, a soberania das nações e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. No momento, o MINUSTAH contava com 1.200 militares brasileiros (sendo 1.050 no Batalhão Haiti e 150 na Companhia de Engenharia). Sabendo que uma abordagem puramente militar não é o suficiente para a estabilização da paz no país, o executivo vai à câmara para a aprovação do aumento do contingente (BRASIL, 2008, p. 17816).

Como motivos para o aumento do contingente, a carta cita os grandes problemas estruturais no qual o Haiti se encontra, com escassez de saneamento básico e tratamento de água e outros trabalhos de reconstrução. Para isso, se fez necessário o aumento do contingente de engenharia para desempenhar o papel fundamental de fornecer apoio de engenharia para as tropas da MINUSTAH e para a sociedade haitiana. O trabalho consistiu na reforma de prédios e residências (em especial escolas e centros de saúde), na perfuração de poços artesianos, no asfaltamento e no melhoramento de vias urbanas e rurais, na drenagem de águas

pluviais e esgotos, na limpeza de canais e na construção de heliportos, contribuindo efetivamente para a melhoria da infraestrutura do País. Para isso, solicitaram mais 100 militares da Companhia de Engenharia Brasileira, que alterou o nosso efetivo de 1.200 para 1.300 militares (BRASIL. 2008, p. 17816).

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião ordinária, opinou unanimemente pela aprovação do projeto de lei, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo. Acatando o Parecer do Relator, Deputado Francisco Rodrigues. (BRASIL. 2008, p. 17816).

Em janeiro de 2010, durante a tragédia do terremoto no Haiti, o Congresso Nacional, por meio da Comissão Representativa, aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 1/10, que permite o aumento do contingente militar brasileiro na MINUSTAH, com o intuito de auxiliar na reconstrução do país afetado pelos terremotos no início do ano. O deputado Mauro Benevides, o redator, aceitou integralmente a proposta do governo, que inclui o envio imediato de mais 900 militares, além da criação de uma reserva de 400 soldados, prontos para serem enviados conforme necessário. Com essa medida, o grupo militar brasileiro, atualmente composto por cerca de 1.300 integrantes, dobraria atingindo um total de 2.600 soldados (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2010a).

O decreto apresentado determinava que todas as novas alterações no contingente e qualquer ajuste que resultava em despesas adicionais devem ser aprovadas pelo Congresso. A aprovação ocorreu mediante votação simbólica, contando com o apoio unânime de parlamentares de diferentes partidos, com exceção do senador Epitácio Cafeteira, que votou contra o projeto. Ele justificou sua posição argumentando que, em vez de apoiar o Haiti, o governo deveria priorizar o auxílio aos brasileiros afetados pelas enchentes (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2010a).

Em nome da bancada do DEM, o deputado Marcos Montes (MG) disse que o Brasil não poderia tomar outra posição se não continuar o trabalho de estabilização neste no Haiti. Pelo PT, Pedro Wilson (GO) defendeu o aprofundamento da solidariedade com o Haiti, ressaltando que a extrema pobreza do país não foi resultado apenas de desastres naturais, mas também de saques e abandono. Em nome do PMDB, Edio López (RR) disse que durante sua visita ao Haiti percebeu que a população local via os militares brasileiros como uma força de paz, enquanto os militares dos EUA eram vistos como uma força de ocupação (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2010a).

O presidente do Congresso, José Sarney, destacou que esta decisão mostra que o Congresso se solidariza com o povo brasileiro e com as vítimas da tragédia haitiana. O senador Valdir Laupp (PMDB-RO) disse que o Brasil não pode abandonar o sofrimento do povo haitiano num momento em que ele está em ruínas. Em nome do PSDB, o senador Eduardo Azeredo (MG) manifestou forte apoio a esta iniciativa, para o Deputado, a tragédia do Haiti mostra que a estabilidade do país depende da MINUSTAH (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2010a).

A Câmara analisa também a medida provisória 480/10. A medida destinou R\$ 1,37 bilhão do orçamento de 2010 para atendimento emergencial às vítimas do terremoto que devastou o Haiti no dia 12 de janeiro e às cidades brasileiras atingidas por enchentes, deslizamentos e secas. Desse valor, R\$ 35,3 milhões foram enviados diretamente ao Haiti, contribuindo para os esforços internacionais para garantir o funcionamento de serviços essenciais, como saúde e distribuição de alimentos (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2010b).

Em 2010, o Senador Eptácio Cafeteira (PTB-MA), foi contrário ao envio de mais 900 soldados brasileiro para auxílio à MINUSTAH, em sua fala ele alega que os esforços e recursos deveriam se concentrar nas inundações que afetavam os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina que estavam na ocasião sofrendo por calamidades climáticas. Como já mencionado, na ocasião, o contingente brasileiro no Haiti foi dobrado para auxiliar as vítimas do terremoto que ocorreu na mesma época (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2010c).

Em dezembro de 2012, já durante o governo, Dilma, sobre relato do Deputado Gonzaga Patriota à câmara, representantes da câmara, dos deputados e das forças armadas em visita ao Haiti, relataram o trabalho da MINUSTAH. Nessa visita estavam presentes as Deputadas Perpétua Almeida e Jô Moraes, respectivamente Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da Frente Parlamentar das Forças Armadas, bem como o General Celso José Tiago, os Coronéis Carlos Eduardo Bornhausen Cardoso e José Frederico Júnior e a Major Maria das Graças Andrade de Jesus, dentre outros militares, constataram que MINUSTAH, é uma importante missão para a manutenção da paz, da ordem e infraestrutura do Haiti. Durante os anos que estenderam a missão, vários objetivos podem ser alcançados, como segurança pública, infraestrutura, educação e segurança, além da estabilização da democracia, frutos do trabalho da diplomacia e forças armadas brasileiras em conjunto com os países parceiros e a ONU (BRASIL, 2012).

No momento, a missão estava sendo comandada pelo General de Brigada Fernando Rodrigues Goulart e os Coronéis Rogerio Franco Rozas e Sinval dos Reis Leite na liderança do primeiro e do segundo Contingente do Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABATT). Os visitantes foram recebidos pelo embaixador do Brasil no Haiti, José Luiz Machado e Costa, juntamente com o representante da ONU, Nigel Fisher, que fez uma exposição sobre o Haiti e como estava o andamento da missão. Relatando que, durante os anos de operação no país, os índices de violência diminuíram e que a reconstrução da capital, Porto Príncipe, parcialmente destruída no terremoto de 2010, estava sendo finalizada. Nigel Fisher também concluiu que cerca de 60% das crianças haitianas estavam frequentando as escolas e que cerca de 680 refeições estavam sendo distribuídas diariamente (BRASIL, 2012).

A visita também contou com o encontro com os parlamentares haitianos, no qual foi relatada boa hospitalidade do Presidente do Senado e dos deputados, que agradeceram o apoio brasileiro em seus momentos de crise e pediram que a ajuda ainda possa ser ministrada até que a situação melhore. O Primeiro-Ministro do Haiti, Sr. Laurent Lamothe, também recebeu a comitiva. Ele agradeceu aos brasileiros, em particular ao Governo da Presidente Dilma Rousseff, todas as ações de solidariedade já realizadas. O deputado em depoimento afirma que a participação brasileira na missão de paz é um instrumento muito útil à política internacional, ao ser uma ferramenta para o cumprimento dos deveres internacionais do Brasil, além de estreitar os laços com os países de interesse (BRASIL, 2012).

Fisher reconhece o papel do governo brasileiro na reconstrução e estabilização do Haiti, em especial das forças armadas, em sua solidariedade, visto que metade dos gastos da missão são bancados pelo Brasil e a outra pela ONU. O contingente das forças armadas brasileiras no Haiti (CONTBRAS) eram a maior no país com cerca de 1850 militares 1º Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT 1) conta com 810 militares do Exército Brasileiro, 168 da Marinha e 29 da Força Aérea Brasileira, além de 31 das Forças Militares do Paraguai e 1 do Exército peruano os militares estrangeiros fazem parte do CONTBRAS (BRASIL. 2012).

Já o 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT 2) tem 769 militares, todos do Exército Brasileiro. Também faziam parte dele a Companhia de Engenharia de Força de Paz, com 250 militares especializados em construção e engenharia, todos pertencentes ao exército brasileiro. Outros países participantes da missão estão tropas do Japão, Chile, Nepal, Jordânia, Uruguai, Paraguai, Coreia do Sul, Sri Lanka,

Argentina, Bolívia, Guatemala, Peru, Filipinas, Indonésia, Coreia do Sul e Equador. A MINUSTAH contava com militares do Canadá, Estados Unidos da América e França no *staff* com 18 oficiais brasileiros (BRASIL, 2012).

Em 2014, o senador haitiano Jean Charles Moises manifestou-se contra a permanência das tropas brasileiras no território do Haiti. Visto que a permanência na missão já se estendia por mais de 10 anos. O senador afirma que militares estavam reprimindo manifestações de descontentamento popular contra o governo haitiano, na qual as forças estrangeiras no país ameaçam a nossa autodeterminação. Exigimos a retirada das forças estrangeiras do nosso território. Moises acusou que a força de paz não evitava ataques aos direitos humanos e perseguições políticas. O senador pediu uma mudança de atitude do governo brasileiro e o deputado Renato Simões (PT/SP), que solicitou a audiência pública, também manifestou apoio à retirada gradual das tropas brasileiras (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2014).

Em 30 de agosto de 2017, terminaram as patrulhas militares da MINUSTAH, deste modo, nesse dia tem o início a retirada do contingente militar brasileiro do Haiti em serviço a operação de paz, conforme a Resolução 2.350 (2017) do Conselho de Segurança da ONU, visando a cessação completa desta missão até 15 de outubro. Com o término da operação, o contingente brasileiro da MINUSTAH foi homenageado com uma cerimônia em Porto Príncipe presidida pelo ministro da Defesa, Raul Jungmann (BRASIL, 2017a).

A MINUSTAH é substituída pela Missão das Nações Unidas para Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), sem componente militar. O novo mandato dará prioridade ao diálogo político, ao fortalecimento da Polícia Nacional Haitiana, ao Estado de direito e aos direitos humanos no Haiti. O Brasil continuará a apoiar a estabilidade e o desenvolvimento do Haiti por meio do diálogo político bilateral e de uma agenda abrangente de cooperação técnica (BRASIL, 2017a).

O Brasil, por meio de seu comando militar e do maior contingente militar na MINUSTAH, deu uma importante contribuição para a estabilização do Haiti e a criação de condições políticas e de segurança que possibilitaram a reconfiguração da presença das Nações Unidas no terreno. Além das operações para pacificar o Haiti, os militares brasileiros realizam projetos de socorro emergencial em benefício do povo haitiano, prestando serviços relacionados à assistência humanitária e apoio à recuperação do país, especialmente após o terremoto e os furacões de 2010. Durante os 13 anos de missão, cerca de 37 mil soldados brasileiros foram mobilizados. Por

fim, o governo brasileiro incentiva a comunidade internacional a manter o apoio ao Haiti para que o trabalho realizado desde 2004 seja mantido e que o povo e o governo haitiano possam se desenvolver a longo prazo (BRASIL, 2017b).

No término da MINUSTAH, em 2017, a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara. Afirma que o Brasil se torna referência mundial de pacificação em missões de paz e fala: “não só cumprimos o mandato de manter o ambiente seguro e estável, mas também fornecemos assistência humanitária”. A deputada também afirma que graças ao apoio dos militares brasileiros em 13 anos no país, o governo haitiano poderá se reorganizar, fortalecer suas instituições e continuar lutando pelo desenvolvimento econômico e social do país (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2017).

O General Ajax Porto Pinheiro, comandante do Batalhão Brasileiro e posteriormente líder das Forças da ONU no Haiti, enfatizou no debate a importância da atuação das forças de manutenção da paz. O Conselho de Segurança da ONU concordou que esta era uma missão diferenciada e que as Nações Unidas contavam com os militares brasileiros para novas missão de paz. (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2017). Chefe das operações de manutenção da paz da força da ONU, Jean-Pierre Lacroix, falou a convidados selecionados no Ministério da Defesa, enfatizando a importância dos militares brasileiros nas operações de manutenção da paz e falou que conta com essa força em futuras operações (BRASIL, 2017a).

Após longos 13 anos de operação, tendo o Brasil enviado um contingente de cerca de 37 mil soldados, tanto de infantaria quanto de engenharia (BRASIL, 2017b). Tendo passado por terremotos e furacões no Haiti, enquanto o próprio Brasil sofria por eventos climáticos (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2010c). A MINUSTAH pode proporcionar ao Brasil a experiência inédita de liderar uma missão de paz promovida pelo CSONU. Já cerca de 7 anos após a operação, podemos analisar qual foram as principais motivações brasileiras para se realizar uma missão de paz no Haiti, comparar os discursos das autoridades e compreender se os objetivos foram atingidos e como isso desencadeou no cenário intencional e na política externa do Brasil.

3 TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL APLICADA NA PROMOÇÃO DA PAZ E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.

3.1. Argumentação teórica da escolha racional aplicada à paz e conflitos

A política internacional está permeada por complexas interações entre Estados que buscam maximizar seus interesses em um cenário de recursos limitados. Essa busca por interesses é moldada por teorias que ajudam a entender como as decisões são tomadas em contextos de conflito e cooperação. Entre essas teorias, a Escolha Racional destaca-se por seu enfoque em decisões calculadas para maximizar a utilidade e minimizar custos. Neste capítulo faremos uma revisão de como o pensamento da Escolha Racional se desenvolveu academicamente e como os Estados se comportam no campo da política internacional por meio de Hans Morgenthau (2003).

Robert Putnam (1988) descreve a racionalidade na política externa como não se limitando a explicar interações entre Estados, mas também abrange a intersecção com políticas domésticas. Por meio do fenômeno no qual o autor denominou como um “jogo de dois níveis”. Neste contexto, a teoria da Escolha Racional fornece percepções onde os líderes devem equilibrar as pressões internas com as demandas do cenário internacional. Proporcionando novas lentes para analisar o processo de tomada de decisões que direcionam os Estados e como elas atendem os interesses nacionais e pessoais dos tomadores de decisão.

A capacidade de um Estado de influenciar através de sua cultura, ideologia e diplomacia ressalta a complexidade das relações internacionais no mundo contemporâneo, onde a guerra não é mais o único meio de garantir interesses nacionais. Deste modo, finalizaremos o capítulo fazendo uma conexão entre a teoria da escolha racional e as estratégias de *soft power*, descritas por Joseph Nye (2002). Sendo elas, um meio dos Estados e outros atores influenciarem o cenário global sem recorrer à força bruta.

Dessa forma, o estudo da Escolha Racional na política internacional não apenas esclarece a lógica por trás das decisões de Estado, mas também destaca a necessidade de estratégias adaptativas que considerem tanto as forças internas quanto externas, garantindo a estabilidade e promovendo a paz em um mundo cada vez mais interdependente.

3.2. Escolha racional na política internacional

O conflito entre partes é comum nas sociedades, fazendo parte de todas as esferas do convívio humano. Essas disputas podem ser motivadas por interesses variados, principalmente em um mundo de recursos limitados. Desta forma, os atores envolvidos buscam solucionar os seus conflitos de maneira que beneficiem os seus interesses o máximo possível, gastando o mínimo de recursos. Com base nessa premissa, autores, como Jack Knight (1992) e Morgenthau (2003), buscaram explicar como as tomadas de decisões, em disputas entre indivíduos ou instituições, poderão ser deliberadas de maneira a proporcionar soluções aos impasses, segundo o fundamento da escolha racional.

O pensamento da ideia de uma ação instrumental é proveniente da Filosofia Política, a partir do desenvolvimento do pensamento liberal da Europa do século XVII posteriormente, também, do utilitarismo. Esta concepção era definida pela necessidade do homem perante a escassez de recursos e de seus desejos, e contemporaneamente sendo lembrada pelos pensadores da conhecida teoria da escolha racional (ANDRADE, 2014).

Esta teoria tem como origem as ciências econômicas. Na sua abordagem, buscava compreender o comportamento do consumidor, por sua vez, mostrou-se um modelo eficiente para descrever a conduta humana de modo geral. Dessa forma, sendo posteriormente utilizadas em outras disciplinas nas ciências sociais como mais uma ferramenta para explicar os fenômenos sociais por meio da análise da ação dos atores sociais (ANDRADE, 2014).

Para Oyma Andrade (2014), na tomada de decisão racional, as ações dos envolvidos são baseadas na expectativa sobre os resultados de modo a serem descritas a partir da função de utilidade ou função de recompensa. Os indivíduos atribuíram valores as suas funções que são baseadas segundo um parâmetro característico e variado de preferências, crenças, necessidades e tempo. A relação entre estes fatores gerará a função de utilidade e a partir disso será possível identificar as variáveis que maximizarão as preferências, isso é, a opção que pode oferecer a maior utilidade para os agentes de tomada de decisão (ANDRADE, 2014).

A teoria da escolha racional costuma ser definida como positiva, em oposição as teorias normativas. Entretanto, para Ferejohn e Pasquale (2001) a teoria da escolha racional é melhor classificada como teoria normativa do que positiva. Visto

que, a ação humana nem sempre é movida por escolhas racionais, mesmo tendo como consideração ocasionais erros. O que se pode constatar, conforme as evidências experimentais, é que existem ocasiões em que os agentes de tomadas de decisões desviando-se sistematicamente das previsões propostas pela teoria. Todavia, mesmo os indivíduos não agindo racionalmente em muitas ocasiões, os autores continuam a afirmar, que a força normativa da racionalidade influencia as suas ações e o conhecimento desse pressuposto podem influenciar a tomadas de decisões de outros indivíduos (FEREJOHN e PASQUINO, 2001).

Dito isso, autores como Jack Knight (1992, p.1063) afirmam que a teoria da escolha racional “fez progredir, significativamente, a nossa compreensão do papel das instituições na vida social”. Também para Kristen Monroe (1991, p.2), descreve a escolha racional como “um dos paradigmas dominantes da ciência política e social, capaz de oferecer explicações profundas, rigorosas e parcimoniosas”. Deste modo, podemos compreender que a teoria da escolha racional teve um impacto enorme na forma como a Ciência Sociais foi produzida, em especial nos estudos de tomada de decisões. Isso pode ser facilmente observado nas áreas de estudos da política, política comparada e relações internacionais (MONROE, 1991).

Nos estudos na área das relações internacionais, autores como Hobbes e Carr propuseram estabelecer uma teoria em que pudessem estabelecer parâmetros para explicar os eventos na esfera internacional, mas foi com Morgenthau que a teoria da escolha racional pode ser introduzida nas dinâmicas de interação entre os Estados. Como afirmado por José Chiappin (2014), sobre o autor, pode identificar com mais nitidez e distinção uma estrutura metodológica que formam os meios e os instrumentos por meio dos quais se implementam os fins e os valores que sua axiologia atribui ao realismo político moderno (CHIAPPIN, 2014).

Deste modo, Morgenthau (2003) proporia que com base em um sistema anárquico entre os Estados o poder seria tido com a utilidade final das disputas. Deste modo, aquele que conseguisse maior capacidade de determinar as dinâmicas do sistema internacional teria mais poder e aquele que não tem o suficiente teria que se aliar com quem pode oferecer mais segurança, podendo assim agregar mais poder aos aliados (MORGENTHAU, 2003).

Assim que o Estado obtivesse poder necessário para ter domínio das dinâmicas dos sistemas internacionais, ele buscaria o equilíbrio de poder. Este equilíbrio seria a tentativa de conservar um determinado modo de sobrevivência e estabilidade no

emaranhado de atores, que, por sua vez, querem mais poder. Sendo assim, o equilíbrio sempre estará ameaçado pela ambição de potências concorrentes pela busca do poder. Isso torna a estabilidade do Estado dominante superficial e imprevisível, porque os atores não se contentaram com o nível de poder que possui (MORGENTHAU, 2003).

O equilíbrio de poder não é nada que pode ser chamado de paz, mas para Morgenthau (2003) a paz só será obtida nestas condições. Esta paz é um equilíbrio que pode ser perturbado ou por uma força externa, ou até mesmo por uma dinâmica interna dos atores que estão envolvidos. E quando esse equilíbrio estiver em instabilidades maiores, deverá ser procurado outro equilíbrio e este novo equilíbrio será resultado de conflito (MORGENTHAU, 2003).

Podemos compreender que a teoria do poder político do realismo de Morgenthau (2003) consiste em uma estrutura teórica que propõe a compreender os fundamentos das relações interestatais de modo a produzir um conjunto de regras gerais que explicam o comportamento dos Estados sobre o fomento da natureza realista dos eventos políticos internacionais. Ao passo que fornece conhecimento para intervenção no sistema internacional para a construção e escolha de mecanismos institucionais capazes de proporcionar solução para o problema da paz perpétua que para ele trata-se da busca da paz pela acomodação (MORGENTHAU, 2003).

Visto que os Estados buscam o poder e a estabilidade, sendo esta última baseado sobre o equilíbrio do domínio do sistema internacional. Morgenthau (2003) propõe seis princípios que explicariam a racionalidade de tomada de decisão dos atores internacionais (MORGENTHAU, 2003).

O primeiro princípio diz respeito que a política, assim como a sociedade, irá obedecer a leis objetivas que são frutos da natureza humana. Desta forma, compreende-se que existe um conjunto de normas que são frutos da essência da humanidade que permanecerão imutáveis mesmo perante as alterações da modernidade ou da composição histórica e cultural. Sendo, portanto, a busca constante pela sobrevivência um dos princípios fundamentas dessas leis, a sociedade, por ser formada de humanos, é não somente influenciada por esse desejo, como se converte em um meio propagador dele. Para isso, seja o humano, a sociedade ou o Estado, a busca por meios e recursos para a sua sobrevivência será um fato espontâneo (MORGENTHAU, 2003).

O segundo princípio corresponde ou interesse que governam os Estados que sempre estarão definidos com a busca racional pelo poder. Para isso as decisões tomadas serão constantemente intencionadas para forma mais econômica, rápida e eficaz segundo uma lógica de utilidade. O terceiro conceito de interesse traduzida em poder é uma categoria objetiva de caráter universal sendo ela constante na história (MORGENTHAU, 2003).

O quanto os princípios morais universais não podem ser aplicados aos atos do Estado, sendo filtrados e analisados segundo as circunstâncias de tempo e lugar. Deste modo, lembrando os conceitos de Maquiavel (2003) em que a moralidade dos indivíduos não pode ser aplicada às ações do Estado, desvinculado assim destes julgamentos, os governantes deverão de qualquer forma atingir os seus objetivos sem que nem uma barreira ética seja imposta. O quinto, por consequência da quarta, as aspirações morais das nações não podem ser identificadas com os preceitos morais que regem o mundo. Deste modo, o Estado que não proteger a todo custo a si, não poderá proteger os seres humanos que o compõem (MORGENTHAU, 2003).

O sexto, mesmo o homem sendo pluralista, a esfera política é autônoma, não se submetendo a outras esferas como religiosa, jurídica ou econômica. Deste modo, é necessário que se compreenda que as leis que regem as normas internacionais são completamente desvinculadas com as outras esferas (MORGENTHAU, 2003).

A partir do que foi dito sobre os seis princípios de comportamentos dos Estados, propostos por Morgenthau (2003), podemos concluir que os fundamentos da escolha racional, embora tenha limitações, torna-se eficiente na elaboração de hipóteses para os comportamentos dos Estados no cenário internacional. Visto que os agentes de tomada de decisão também considerarão que os outros agentes agirão racionalmente, fazendo com que a crença no sistema mantenha a coesão do raciocínio racional (MORGENTHAU, 2003).

3.3. Escolha racional na resolução de conflitos

A escolha racional pode ser muito útil nas tomadas de decisões em conflitos, sendo ela facilmente adaptável para diversas situações. Os agentes de tomada de decisão estão sempre cientes de que, em eventos com grandes tensões, como guerras internacionais ou civis, atentados terroristas, entre outros. Os atores envolvidos estão igualmente providos de capacidades de tomar decisões

racionalmente e que o conhecimento das utilidades de cada atores pode influenciar o direcionamento das medidas de intervenção. Deste modo, as escolhas de líderes do Estado, grupos rebeldes, organizações terroristas, forças de terceiros intervencionistas, forças de paz e muitos outros atores envolvidos em contextos de conflito podem ser analisados na equação de utilidade (ANDERTON, BRAUER, 2019).

Para Charles H. Anderton e Jurgen Brauer (2019) a tomada de decisão em conflito supõe que os modelos teóricos de escolha incluam preferências para guerra ou paz, ação para intervir em um conflito violento, o esforço para promover a paz, até mesmo a opção perturbadora de atacar civis para eliminação. Deste modo, os autores elencam 4 condições que podem ser relevantes nas tomadas de decisões em conflitos (ANDERTON, BRAUER, 2019).

A primeira indica que as condições econômicas podem influenciar o risco, a gravidade e a recorrência de conflitos violentos. Um baixo desenvolvimento econômico ou o baixo crescimento econômico é um fator correlativo para o aumento nos riscos de guerras ou calamidades em massa. A desigualdade de renda, em especial a desigualdade horizontal, provocam a um risco maior de guerra civil. Por fim, como retratado por Anderton e Brauer (2019), os Estados que possuem uma integração comercial elevada com as demais nações do mundo tendem a ter menor envolvimento com guerras (ANDERTON, BRAUER, 2019).

A segunda condição destaca que situações de conflito afetam os resultados econômicos. Pelo caráter emergencial que estes eventos possuem sobre as demandas dos Estados, os atores de tomada de decisão, a fim de solucionar os impasses, tendem a relocalar os recursos da nação. Desta forma, setores civis importantes como educação, saúde, comércio e abastecimento de recursos civis são gravemente afetados em função das ações militares de ataque e defesa. Por conta da escassez, assim como pelo medo da violência, grandes massas de pessoas tendem a deslocarem como refugiados em busca de segurança. Por consequência, há fuga de capital intelectual, mão de obra e por último a perda de vidas e destruição de patrimônios públicos, privados e acervos culturais que demandaram mais recursos para recuperação pós-conflito, além dos custos de manutenção da paz (ANDERTON, BRAUER, 2019).

Terceira condição enfatiza que a manutenção da paz, na prática, demanda recursos diversos de vários setores da sociedade. Sendo eles, organização industrial, ciência gerencial, diplomacia entre outros. Por conseguinte, a situação de

vulnerabilidade que os Estados nessa situação de conflito estão, faz com que o auxílio externo se torne essencial para a estabilização da paz e garantia de segurança civil (ANDERTON, BRAUER, 2019).

Por último, Anderton e Brauer (2019) destacam os fundamentos sociais selecionados de uma economia, que pode ser prejudicada pela guerra e apoiada pelos esforços de paz. Sendo eles: saúde, educação, segurança, legislação, confiança. Os atores que buscam pelo conflito tendem a minar essas facetas da economia com finalidades de causar a desestabilização, seja da nação rival ou a sua própria, caso a rivalidade seja interna. Por outro lado, os que ganham com a estabilidade buscam meios para blindar esses fatores (ANDERTON, BRAUER, 2019).

3.4. A política externa como política doméstica

Cada país possui objetivos nacionais próprios. Estes objetivos, embora sejam iguais a muitas das nações, são adaptados segundo as necessidades e características de cada Estado. Essas demandas são baseadas em sua história, geografia, economia, cultura, relações internacionais, ameaças que rodeiam entre outras. Dentre as principais, Gomes (1990) destaca, a sobrevivência da Nação e do Estado, a manutenção da independência e da integridade territorial, a defesa da identidade cultural, a preservação do espaço nacional, a integração estruturas comunitárias ou de cooperações regionais. Para ele, alguns desses objetivos possuem caráter interventivo para afirmação nacional no cenário internacional, como reforço da projeção internacional do país para o mundo através da língua, cultura, arte e meios de comunicação de modo a promover condições adequadas para manter a segurança e bem-estar da nação (GOMES, 1990).

Nesse sentido, é importante compreender que por dentro das interações entre os Estados muitos atores são fundamentais para a estabilização das relações de poder, que não são necessariamente compostos apenas por instituições, mas também por indivíduos que ocupam, em muitos casos, uma posição de liderança estatal ou de grande influência político-cultural. Por sua vez, estes atores de posição privilegiada são, também, munidos de racionalidade e consecutivamente por interesses utilitários separados das demandas nacionais do Estado que representam (GONÇALO, 1990).

Para Gonçalo (1990), a cobertura que os meios de comunicação realizam, sobre as ações dos líderes estatais manifestam perante a comunidade internacional, faz com que as atividades destes representantes se tornem ferramentas para políticas externas, já que muitas vezes as reuniões entre os líderes são públicas. Esta publicidade permite que os governantes direcionem os seus discursos diretamente às instituições e aos cidadãos de outros países, conversando com esses atores e explicando as suas motivações e pontos de vista, de modo a pressionar os seus líderes a apoiarem as negociações (GONÇALO, 1990).

Putnam (2010) mostrou a importância dos fatores domésticos para a política econômica externa. Sendo que o principal objetivo de todas as estratégias de política econômica externa é tornar a política interna compatível com a economia política internacional. Putnam explica que os agentes tomadores de decisões dos Estados devem simultaneamente se preocupar com as pressões domésticas e internacionais (PUTNAM, 2010). Desta maneira, não apenas como interlocutores de uma política de Estado, os governantes também buscam meios que os favoreçam no âmbito doméstico. Para Krasner (1999):

Os governantes querem permanecer no cargo, independentemente do cargo, bem como promover a segurança, a prosperidade e os valores daqueles que os apoiam, sejam eles o eleitorado nacional ou a guarda presidencial (Krasner, 1999).

Podemos facilmente compreender que os interesses do governante nem sempre estarão alinhados com o interesse nacional do Estado que o governa, pois ele estará constantemente preocupado com a manutenção de seu próprio poder em âmbito doméstico. Para isso, ele deverá pensar as políticas externas para favorecer os seus interesses e aos interesses da porção da população que garantirá a renovação de seu governo (KRASNER, 1999).

Por vez, em um Estado existem vários agentes tomadores de decisões que competem por poder dentro do seu contexto nacional. Segundo Putnam (2010), é comum estes agentes discordarem nas questões mais importantes do que são relevantes nas demandas nacionais no cenário internacional. Desta forma, tornaria incorreto a afirmação de que o poder Executivo é coeso em suas opiniões. Com a situação sendo agravada ainda mais quando no sistema nacional existem várias outras esferas nas quais as decisões precisam ser aprovadas, como a legislativa ou jurídica. Todavia, será sobre a imagem do chefe do poder executivo que estarão

centradas todas as tensões e responsabilidades de serem construídas as pontes que ligam as demandas internacionais e interesses domésticos. Uma complexa dinâmica a qual Putnam chama de jogo de dois níveis (PUTNAM, 2010).

O primeiro nível desse jogo consiste na esfera nacional, onde os grupos domésticos perseguiram os seus interesses e pressionaram o governo a promover políticas (seja elas de demanda nacional ou internacional) que os favoreçam, por sua vez os políticos buscaram nestes grupos meios de construir coalizões que favoreçam os seus interesses políticos. O segundo nível trata-se da esfera internacional, em que os governos buscaram, no âmbito desse nível, formas de maximizar os seus recursos de satisfação das pressões domésticas, ao passo que minimizam as consequências provenientes da evolução externa (PUTNAM, 2010).

Nem um dos dois níveis pode ser ignorado pelo governante, visto que ele está presente nos dois tabuleiros, equilibrando as demandas domésticas e internacionais em uma ariscada negociação que colocará em “xeque” a sua posição de poder. Para compensar esta tensão, Putnam (2010) elenca três motivos para esse negociador arriscar tanto, sendo elas: (1) fortalecer sua posição no jogo do nível internacional por intermédio do aumento de seus recursos políticos ou por meio da minimização das perdas potenciais; (2) mudar o equilíbrio de poder no nível internacional de modo que favoreça a políticas domésticas. Nas negociações internacionais, às vezes, os líderes políticos conseguem fazer aquilo que domesticamente eles não têm poder suficiente para fazer; (3) perseguir sua própria concepção de interesse nacional no contexto internacional (PUTNAM, 2010).

3.5. Ação solidária, não neutra

Como vistos, conflitos são algo comum na história, entretanto mesmo eles demandarem uma enorme quantidade de recursos, existem atores tantos internos quanto externos dos estados que desejaram a continuidade das instabilidades destes eventos, até que os seus objetivos utilitários sejam atingidos, não se importando com as perdas humanas provenientes de suas decisões. Sobre essas perspectivas, atores internacionais, que, de imediato, não possuem nem uma relação com os conflitos, movimentam-se para prestar auxílio à comunidade civil desprotegida em ação humanitária, pressupondo a incapacidade do Estado de prover a segurança necessária para os seus cidadãos. Contudo, perante os custos elevados já

mencionados para a manutenção da paz e sobre uma ótica realista e da teoria da escolha racional, seria possível questionar quais são os ganhos utilitários dos países interventores para uma ação solidária deste nível.

Para Marcelo Valença e Luiza Bizzo (2019) por cooperação humanitária entende-se como “a atuação em conjunto no que tange às questões humanitárias, isto é, ir além da doação unilateral de recursos, buscando uma atuação simultânea entre Estados que oferecem assistência e Estados que a recebem” (VALENÇA e BIZZO, 2019). Desta forma, para os autores, aplicam-se os princípios humanitários da ONU que pressupõem neutralidade e imparcialidade para a promoção dos direitos humanos fundamentais e universais. Quando tais direitos são feridos de forma em que o Estado e a sociedade civil são incapazes mais de supri-los, a comunidade internacional pode ser solicitada para prestar auxílio (IPEA 2016). Para Milani (2016) esses conceitos buscam uma relação com relativa igualdade entre os Estados, estabelecendo “parâmetros mais horizontais, menos hierárquicos, mais dialógicos no discurso e, na prática” (MILANI, 2016).

Entretanto, a proposta de cooperação humanitária, na prática, não significa neutralidade ou que se deva renunciar a ganhos para a esfera nacional do país interventor. Nesse sentido, Nasser (2012) afirma que o Brasil tinha como política externa a cooperação humanitária como ferramenta de proporcionar ganhos a nação em um estado de jogo de soma positiva sobre o cenário da comunidade internacional. Fazendo com que os discursos políticos e diplomáticos deixassem bem evidente a prática de interesse nacionais sobre a ação solidária (NASSER, 2012). Deste modo, é necessário entender que estratégias os países podem utilizar para que a política externa voltada para a pacificação internacional contribua para os interesses nacionais. Joseph Nye traís o conceito de “*Soft Power*” (Poder Brando) como uma estratégia de não-bélica de pacificação e de atração das entidades internacionais induzidos a atenderem as demandas do Estado interventor.

Na bibliografia clássica, a cultura é uma variável que afeta o Estado, o desenvolvimento, a economia, as políticas e a consolidação da democracia. A cultura desempenha um papel relevante na construção do capitalismo e possibilita novas relações na construção social. Entretanto, na teoria econômica clássica, os indivíduos são movidos pelo pensamento racional da busca da maximização dos lucros, pressupondo que os indivíduos são inerentemente racionais e se esforçam para maximizar a utilidade. Todavia, para Weber, o comportamento humano é dotado de

significado social em si. Por tanto, compreendem-se as atividades sociais na economia não apenas por variáveis quantitativas, mas também qualitativas, com fatores subjetivos e imensuráveis, tais como os costumes, tradições, emoções e a própria cultura. Mesmo que a definição de cultura seja subjetiva, incluindo os valores, atitudes, crenças, orientações e pressupostos básicos prevalentes entre os membros de uma sociedade é possível encontrar autores que também relacionam a cultura a administração pública, relações internacionais e desenvolvimento econômico (GUERALDI, 2006).

Gueraldi (2006) destaca que no mundo pós-Guerra Fria as diferenças mais importantes entre as pessoas são culturais e não ideológicas, políticas ou econômicas. O fim da Guerra Fria inaugurou ordem no sistema internacional (GUERALDI, 2006). Joseph Nye (2002) explica a atual distribuição de poder entre as nações, em que, ao contrário dos séculos anteriores, quando a guerra era o árbitro principal, hoje os tipos de poder mais eficientes não está concentrado no poderio bélico, mas sim na capacidade de influenciar o apelo cultural e ideologia na definição de agenda, escala e complexidade de outros países, o que Nye chama de “*Soft Power*” (NYE, 2002).

Nye cunhou o termo *soft power* em seu livro *Bound to Lead — The Changing Nature of American Power* publicado em 1990. Em conceito, significa a capacidade de persuadir os outros a fazerem o que você deseja por meio da atração, em vez da coerção. Como coerção, Nye classifica as medidas como demonstrações militares e sanções econômicas, chamando-as de “*hard power*” (poder bruto), ao passo que o poder brando concentraria nas identidades culturais, ideológicas e políticas (GUERALDI, 2006).

Nye explica que o poder internacional é dividido em três categorias: militar, econômico e opinião pública (NYE, 2004). Gueraldi (2006) discute a relevância da opinião pública ressaltando a relevância ativa que ela possui na estrutura de tomadas de decisão dos Estados sendo um dos principais fatores na sociedade que molda a agenda política juntamente com os grupos de interesse, a ciência e os meios de comunicação social. Desta forma, ao pensar nas estratégias de poder brando, o gestor terá que compreender como pode moldar a opinião pública a seu favor, tanto a sua própria nação quanto as estrangeiras. (GUERALDI, 2006).

O autor salienta que o poder brando possui limitações, sendo mais eficaz em democracias por possuir o poder descentralizado e uma liberdade maior para trocas

culturais internacionais, do que em regimes autoritários que possuem maior controle da opinião pública, dos recursos midiáticos e culturais que os seus cidadãos absorvem. Nye salienta também que a globalização tornou o poder brando mais fácil e democrático, no sentido que não apenas os Estados podem realizar. Ele cita que grupos terroristas usam desse recurso para promover os seus ideais ao adquirir apoio público para os seus objetivos (NYE, 2004).

O poder brando é bem executado quando as intervenções são realizadas de modo que o intervencionado vê a ação como legítima e deseja a intervenção. Desta maneira, não é preciso usar os recursos físicos ou financeiros para atingir os objetivos. Pautas como os direitos humanos, a democracia e as oportunidades individuais são valores profundamente sedutores, principalmente em nações com cultura democrática. Todavia, quando a mensagem é mal transmitida e há dúvidas na narrativa e elas demonstram arrogância, a atração rapidamente se transforma em repulsa, destruindo a própria mensagem que o discurso transmite. Como o ocorrido com os EUA em 2003, na invasão do Iraque. Na ocasião, a administração Bush, para convencer a comunidade internacional da ameaça e adquirir a legitimidade da invasão, optou por atacar o regime de Saddam Hussein acusando o país de ter posse de armas de destruição em massa. Apesar de as declarações do CSONU e dos protestos em todo o mundo serem contrários à invasão. Posteriormente, resultou na revelação da inexistência das armas, gerando a diminuição da credibilidade dos EUA (GUERALDI, 2006).

Nye elabora o conceito do poder brando sobre a perspectiva dos EUA, no qual coloca o país norte-americano como líder mundial como o importante papel de conservar a paz no mundo. Deste modo, o autor entende que a desigualdade de poder é uma fonte de paz e estabilidade, sobre o pressuposto de que não faria sentido uma nação menos poderosa declarar guerra a uma potência dominante. O autor coloca os EUA neste papel dominante que precisa usar o “soft power” para agir em benefício dos outros países, deste modo, dificultando que alianças rivais surjam. Para isso, Nye diz que os EUA devem aproveitar essa estratégia para mobilizar as Nações Unidas no enfrentamento das ameaças e desafios globais (NYE, 2002).

Mesmo assumindo que nos anos 2000 os EUA eram uma potência mundial, apenas o poder bélico e econômico não foi suficiente para impedir os atentados terroristas e a proliferação nuclear. Para Nye, seria necessária a colaboração de todos os países e isso só seria alcançado se os EUA usassem do poder brando como a

capacidade de influenciar as preferências dos outros para fazê-los querer o que se desejava. O autor lembra que o poder brando não é apenas o poder de influência, mas também o poder de atração (NYE, 2004).

O Plano Marshall na América, a Política de Boa Vizinhança na Europa, na América Latina, os intercâmbios culturais com estudantes de todo o mundo, iniciados pelo Senador Fulbright na década de 1950 ou até mesmo o uso de instituições internacionais como a ONU e o FMI pelos EUA são exemplos de poder brando comuns. Entretanto, para muitos países, a influência por meios militares ou econômicos é inviável por conta dos seus recursos limitados na área. Por esse motivo, esses países tendem a investir mais rigorosamente em políticas de poder brando, como a indústria cinematográfica Indiana (GUERALDI, 2006).

Países emergentes como a Índia, China e o Brasil são nações com potencial para disseminar o poder brando na era da globalização. Nos dois primeiros mandatos do presidente Lula, o Brasil utilizou do poder brando quando adotou uma política de participação em fóruns políticos mundiais de decisão, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas e o G8 e encontros com a Rússia e outros países mais desenvolvidos. Outro exemplo de política externa brasileira neste período foi a tentativa de criar uma identidade para o povo do Sul sob a liderança brasileira, a mobilização de uma coalizão de países do continente sul-americano, como uma prerrogativa do presidente Lula (GUERALDI, 2006). Deste modo, para Nye o poder brando vai além da exploração pelos Estados, os políticos e os indivíduos podem ser beneficiados do poder brando à medida que se tornam concorrentes em termos de atratividade, legitimidade e credibilidade (NYE, 2004).

Por fim, a discussão sobre o poder brando e sua relevância na atualidade destaca a importância da cultura, da ideologia e da opinião pública como ferramentas essenciais nas relações internacionais. Em um mundo cada vez mais interconectado, a capacidade de influenciar por meio da atração é muitas vezes mais eficaz do que a coerção. Deste modo, o pensamento da escolha racional precisa considerar os fatores culturais nas variáveis de sua equação, compreendendo como isso poderá afetar os resultados e até mesmo utilizar a cultura dos demais para benefício próprio.

Com base na discussão apresentada sobre a escolha racional e seu papel na política internacional, podemos concluir que esta teoria oferece um quadro analítico poderoso para entender o comportamento dos atores internacionais. Os líderes políticos, ao negociar no cenário global, estão sempre equilibrando as demandas

domésticas e internacionais. A análise da política externa como uma extensão da política doméstica ressalta a importância dos interesses internos na formulação das relações internacionais. A escolha racional, ao enfatizar a maximização dos interesses dos atores com o mínimo de recursos, ajuda a explicar as complexas dinâmicas de poder e tomada de decisão que ocorrem entre os Estados, especialmente em um contexto de recursos limitados e interesses conflitantes.

Além disso, a teoria da escolha racional mostra-se útil na resolução de conflitos, oferecendo um modelo que ajuda a entender as decisões dos atores em situações de tensão, como guerras e crises internacionais. O entendimento das preferências e utilidades dos diferentes atores pode direcionar estratégias eficazes para a promoção da paz. Portanto, a escolha racional, o jogo de dois níveis e o *soft power* são conceitos que, juntos, oferecem uma compreensão mais profunda das complexas interações entre os Estados e outros atores no sistema internacional. Eles permitem não apenas a previsão de comportamentos, mas também a formulação de estratégias que promovam a estabilidade, a paz e a cooperação global.

4 OS INTERESSES BRASILEIROS NA PARTICIPAÇÃO DA MINUSTAH

O então Governo Provisório de Boniface Alexandre, que assumiu o poder depois da renúncia de Aristide, solicitou auxílio à CSONU. Foi sobre esse cenário, que em 16 de abril de 2004, o relatório do Secretário Geral da ONU, S/2004/30047, Kofi Annan recomendou o estabelecimento da operação de estabilização multidimensional chamada de Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). (SÁ, 2015). A missão tinha como propósito ajudar o Haiti a encontrar, de forma sustentável, um meio para alcançar a paz e a estabilidade, construindo e fortalecendo as instituições democráticas de maneira funcional, promoção do desenvolvimento econômico e social e a boa governança (ONU, 2022).

No mesmo dia da renúncia do antigo Presidente, a ONU aprova a Resolução 1529 (2004) e estabelece uma Força Multinacional liderada pelos EUA. Essa medida de emergência tinha como propósito atender ao pedido de Alexandre e ajudar com a restauração da paz e da segurança do país nos primeiros momentos. A Força Multinacional Interina (MIF) foi a próxima medida tomada e seria o instrumento de auxílio imediato até que novas medidas pudessem ser organizadas em forma de missão de paz da ONU fosse posta em prática, sendo essa a MINUSTAH (SÁ, 2015).

A missão seria composta por dois componentes: o primeiro seria militar e segundo civil. Conforme a RES/1542/2004, o componente militar incluiria um contingente de 6.700 combatentes de todos os níveis (exército, marinha, aeronáutica). O componente civil seria constituído de, no máximo, 1.622 policiais civis. A liderança da missão seria exercida por um representante indicado pelo Secretário Geral das Nações Unidas (SGNU). Este representante seria o líder de todo contingente militar e civil (ONU, 2022).

A missão tinha três propósitos em seu mandato. O primeiro era estabelecer um ambiente seguro e estável. Para isso estava autorizado o uso da força segundo prevista na resolução do Capítulo VII da Carta da ONU. Mas embora a missão tivesse autoridade de atuar e de jogar segundo o seu próprio nome, a maioria das responsabilidades reais descritas na resolução apontava para o suporte e auxílio do governo vigente (ONU, 2022).

O segundo escopo de atuação da missão correspondia ao Processo político. Deste modo, as ações estavam previstas de modo a apoiar o processo de escolha política da constituição haitiana. A intenção seria o auxílio ao governo no seu próprio empenho de implementar o processo de diálogo nacional e reconciliação, assim como adotar princípios de governança democrática e desenvolvimento institucional. No trabalho de organizar eleições municipais, parlamentares e presidências justas prestando assistência técnica, logística e administrativa (ONU, 2022).

Por fim, o mandato inclui ações referentes implementação dos Direitos Humanos. Dando o suporte ao Governo e as instituições do Haiti nas garantias desses direitos a sua população, em especial as mulheres e crianças. Para isso, tinha como função o monitoramento e o relato de situações ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ONU, 2022).

Dessa forma, o papel do Brasil como representante e líder militar da MINUSTAH é bastante expressiva e relevante para a atuação do país no cenário internacional. Tratando-se de um dos maiores envios de tropas brasileiras em sua história de envolvimento em operações de paz, assim como o maior contribuidor dessa missão (SÁ, 2015). O Brasil participa desde 1956 em missões de paz, como aponta o site do Ministério da Defesa (BRASIL, 2024), mas para além de motivações humanitárias tornasse necessário questionar quais são os custos e benefícios em investimentos como estes, visto que todo recurso utilizado em ações internacionais deve atender os

interesses nacionais para a preservação da identidade física, política e cultural da nação, assim como demonstrado por Morgenthau (2003).

Qualquer política externa que opera sob o padrão do interesse nacional deve, obviamente, ter alguma referência à entidade física, política e cultural que chamamos de nação. Em um mundo onde um número de nações soberanas compete pela soberania do poder, as políticas externas de todas as nações devem necessariamente se referir à sua sobrevivência como seus requisitos mínimos. Assim, todas as nações fazem o que não podem deixar de fazer: proteger a sua identidade física, política e cultural contra invasões de outras nações (MORGENTHAU. 2003).

A partir destas informações, o presente trabalho tem como propósito estabelecer, segundo os padrões da escolha racional, as motivações e utilidades para a realização de tal operação. Visto que uma expedição desse nível demanda bastante recurso, sendo que o próprio Brasil, não só na época, como hoje, ainda sofre com problemas domésticos semelhantes, no que diz respeito às questões de violência, desigualdade social, desemprego, entre outros. Visto que os recursos gastos a outro país, sobre investimentos na missão de paz, poderiam ser investidos em assuntos internos.

Deste modo podemos citar algumas áreas de interesse que poderiam ser os motivos que levariam a uma utilidade favorável para a liderança brasileira da MINUSTAH, caso a operação tornasse bem-sucedida. Sendo elas: político, estratégica, econômica e militar. E sobre estes preceitos este trabalho pretenderá identificar quais são os ganhos do Brasil na participação na MINUSTAH.

4.1. Interesses Políticos

Durante os anos do governo Lula (2003–2010), novas políticas externas foram adotadas para o aumento da influência brasileira no cenário internacional. Esse novo perfil de atuação levou o país a buscar novas parcerias estratégicas com nações semelhantes, subdesenvolvidas e desenvolvidas. Assim como, a retomada das ofensivas diplomáticas por uma agenda social, como destaca Silva (2015). Deste modo, a diplomacia brasileira pode aumentar as suas relações em espaços que não eram explorados nos anos 1990, os países sul-americanos, da África Austral, países árabes, China, Índia e Rússia são exemplos dessa nova ofensiva. Essas novas parcerias possibilitaram a construção de novos blocos econômicos importantes para

a política externa do Brasil, os quais podemos citar o G-3, o G-20 e os BRICS, estas alianças potencializaram as relações bilaterais brasileiras elevando os status do país como “parceiros estratégicos” e ator relevante nas negociações internacionais (SILVA, 2015).

Sobre esse contexto, durante o governo Lula, constata-se o aumento nas atividades diplomáticas e econômicas bilaterais e um maior protagonismo em fóruns globais. Embora a América do Sul tenha sido colocada como prioridade nas pautas de política externa brasileira, a América Central e Caribe também teve sua parcela de atenção, como aponta Silva (2012) em, “no que tange a América Central e os países caribenhos, a meta do Brasil durante o governo Lula foi de intensificar não só as relações comerciais, mas também as relações diplomáticas” (SILVA, 2012, p.79).

Um dos maiores e mais significativos investimentos do Brasil, durante o governo Lula, na região, foi a MINUSTAH que tinha como prioridades na cooperação o estímulo a cidadania, fortalecimento da governabilidade, modernização do Estado com investimento na economia e melhoramento do acesso aos serviços básicos de saúde e infraestrutura. Entretanto, apesar das tradições de solidariedade, proteção dos direitos humanos e multilateralismo, presentes até mesmo na constituição brasileira. As decisões do Brasil, em âmbito internacional, devem ser movidas também por interesses nacionais. O que aponta Sá (2015) é “que a decisão brasileira de participar da MINUSTAH foi embasada em argumentos sólidos que refletem seus princípios de solidariedade e cooperação, como também assume um papel estratégico na defesa dos interesses nacionais” (SÁ, 2015, p. 125). Visto que, mesmo quando existe altruísmo, o papel da política externa é sempre proteger os interesses nacionais.

Para isso Sá (2015) elenca quatro fatores que poderiam ser de interesse nacional do Brasil em participar da MINUSTAH, sendo eles: o primeiro, ganhar prestígio internacional, pois uma imagem participativa nos assuntos internacionais pode ter um impacto significativo nas decisões de um país; o segundo, as reivindicações de longa data por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e pelo fortalecimento da participação do Brasil nos mais importantes fóruns de segurança internacionais; terceiro, ampliar o papel do Brasil como protagonista ao nível regional sendo o seu envolvimento com o Haiti um dos elementos que faz parte dessa estratégia; e por último, a expansão e fortalecimento de valores consonantes com os do Brasil, como a democracia (SÁ, 2015).

O perfil do envolvimento do Brasil na MINUSTAH é composto por uma variedade de elementos, que vão desde a conquista de prestígio e a defesa dos interesses nacionais até ações derivadas de um sentimento de obrigação internacional e de solidariedade hemisférica. As constantes mudanças no cenário internacional e das operações de paz da ONU, que se adaptam conforme a experiência acumulada e as realidades vivenciadas faz com que o Brasil mude as perspectivas de suas políticas externas precisando adaptar as suas tradições diplomáticas, a fim de continuar a abordar questões de paz e segurança internacionais. Para que, desse modo, possa ainda atuar como um player no âmbito internacional. A nova agenda de política externa do governo Lula (2003–2010) tinha como princípio fundamental o conceito da “não-indiferença” efetuando oposição ao conceito anterior adotado pela diplomacia brasileira de “não-intervenção” (ALLES, 2011).

Por intermédio de George Canning, chanceler britânico (1822–1827), que impediu as constantes ameaças de intervenções nas nações europeias, encorajou o então presidente norte-americano, James Monroe (1817–1825), a desenvolver, em 1823, a política conhecida como a Doutrina Monroe. Na qual rejeitava qualquer intervenção de uma potência europeia em solo americano, promulgando a famosa frase “América para os Americanos”. Esse discurso, além de favorecer os interesses britânicos e americanos, também fez com que o princípio da “não-intervenção” pudesse ser popularizado no mundo (ALLES, 2011).

Para Leonardo Alles (2011), o princípio da “não-intervenção” influenciou os conceitos constitucionais de política externa dos novos países descolonizados, de modo que legitimava os interesses das potências mais poderosas do mundo na época. Para o autor este trabalho de engenharia diplomática tinha dois objetivos: o primeiro, deixar claro aos outros membros da comunidade internacional que os países não deveriam organizar guerras de expansão e a segunda seria a expectativa de reciprocidade após a renúncia aos recursos militares intervencionistas das nações menos desenvolvidas, enfraquecendo esses países e os deixando mais vulneráveis a influências de seus antigos colonizadores (ALLES, 2011).

Num contexto bipolar, no qual as atividades internacionais emergiam, a soberania e a não-intervenção são flexibilizadas conforme os interesses das grandes potências. Com o fim da Guerra Fria, as pequenas potências, enfraquecidas pela competição e pelas interferências das grandes potências em seus sistemas políticos,

não conseguiram mais cumprir suas tarefas de promover a segurança dos seus cidadãos fazendo com que as estruturas desses Estados entrassem em colapso (ALLES, 2011).

Essa desestabilização provocou a situação reversa do que outrora era desejada na implementação dos princípios da não-intervenção, o estado de incerteza, guerras civis e instabilidade política. Como tentativa de solucionar este novo problema, em 1992, as Nações Unidas apresentaram um documento intitulado “Agenda para a Paz”, incentivando os países membros a envolverem-se mais nas questões de paz e segurança através da: diplomacia preventiva, imposição da paz, manutenção da paz, e construção da paz pós-conflito (ALLES, 2011).

Os novos conceitos não são imediatamente aceitos pela comunidade internacional, mas com os genocídios na ex-Iugoslávia e em Ruanda, que marcaram a década de 1990, o Secretariado Geral das Nações Unidas apelou à intervenção humanitária para evitar mais uma calamidade. Alles (2011) destaca que sobre a liderança do governo canadense e da Comissão Internacional de Intervenção e Soberania do Estado (ICISS), surgiu o conceito de “Responsabilidade de Proteger” que atuavam sobre três fundamentos:

- 1) O dever de prevenção, que ataca as raízes e as causas imediatas dos conflitos internos e de outras crises de origem humana, expõe as populações a riscos.
- 2) O dever de responder às situações em que é permitido o uso de medidas coercivas, tais como investigações, julgamentos internacionais e intervenções militares.
- 3) A Responsabilidade pela Reconstrução prestou assistência na recuperação, encerramento e reconciliação ao abordar os danos contra os quais a intervenção pretendia proteger (ALLES, 2011).

Desde então, como relatado por Leonardo Alles (2011), a abordagem sobre a intervenção nos Estados nos fóruns internacionais assumiu vários aspectos: direito internacional de intervenção, responsabilidade de proteger, intervenção humanitária. Sendo todas elas justificadas pelos fundamentos de promover a paz entre os povos e o cumprimento dos direitos humanos. Mas foi sobre o contexto da União Africana que emerge o conceito de não-indiferença (ALLES, 2011).

Sobre o contexto de descolonização africana, o princípio da não-intervenção demonstrou-se útil para a formação dos novos Estados, durante as décadas de 1960 e 1980. Mas, com as constantes indiferenças apresentadas pela comunidade africana e internacional perante os problemas da África, repetidas durante o massacre em

Ruanda em 1994, os Estados africanos perceberam que a não-intervenção não mais se aplicava às dificuldades que o continente sofria. Para Bianca Bittencourt (2013), o princípio revelou-se inadequado para efetuar justiça às novas perspectivas do século XXI (BITTENCOURT, 2013).

Neste cenário, a União Africana concebe uma nova cultura de segurança que serve para legitimar a nova forma de trabalhar dos Estados na área. Na Constitucional da organização, no Artigo 4 expressa o direito da União de intervir num Estado-Membro por decisão da Assembleia em relação a circunstâncias graves como crimes de guerra, genocídios e crimes contra a humanidade e o direito dos Estados-Membros de solicitar a intervenção da União para restaurar a paz e a segurança. Deste modo, seguindo a sabedoria popular na qual “não se pode desviar o olhar quando a casa do seu vizinho está pegando fogo”, desta forma, o novo princípio da “não-indiferença” estaria ligado à nova cultura de segurança do continente africano (SEITENFUS E MARQUES, 2007).

Bianca Bittencourt (2013) afirma que os autores da Lei Constitucional da União Africana consagraram, na verdade, a obrigação de proteger neste documento. Além disso, manifesta o compromisso com a implementação de uma política de não indiferença. Esta política está ligada ao panafricanismo, que tem demonstrado historicamente a maior solidariedade e cooperação para permitir ao continente enfrentar os desafios nacionais e globais que enfrentam. Este princípio foi posteriormente também institucionalizado na Carta das Nações Unidas (BITTENCOURT, 2013).

Durante o primeiro ano do governo Lula da Silva, o chanceler Celso Amorim introduz em suas declarações o conceito de “não-indiferença”, também conhecido como “solidariedade ativa”. Este novo paradigma permitiu ao governo brasileiro usar suas políticas para resolver crises políticas e sociais em outros países. Leonardo Alles (2011), identifica o conceito desta diplomacia solidária como fundamental para o norteamento da política externa do governo. Lula assumi a responsabilidade pelo combate à fome e à pobreza e lutar pela inclusão social dos grupos mais desfavorecidos. Segundo o Centro Canadense de Pesquisa sobre Desenvolvimento Internacional (CID) e o Instituto de Desenvolvimento do Reino Unido, durante seu mandato, Lula, dedicou 52 milhões de reais para ações de política externa desse tipo (ALLES, 2011).

Para essa nova abordagem de política externa, o Brasil teve que modificar o seu quadro institucional do Ministério das Relações Externa (MRE), sendo criada em 2006 o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, coordenado pelo MRE e composto por outros quatorze ministérios. Deste modo, a diplomacia brasileira adota o princípio de não-indiferença como o um dos seus principais aspecto de *soft power*. O que de acordo com Leonardo Alles (2011), fez com que o Brasil se torne-se o país mais atraente dos seus homólogos do BRIC (ALLES, 2011).

Com base nesses princípios, em 2004, o Brasil assumiu pela primeira vez a posição de liderança em uma Operação de Paz. Depois de um longo histórico de instabilidade no Haiti, o CSONU autoriza a criação de uma nova missão de imposição da paz no país, a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH). Que, diferentemente das outras missões nas quais o Brasil participou, esta foi baseada nas diretrizes do capítulo VII da Carta das Nações Unidas, onde o uso da força poderia ser empregado com maior ênfase (ALLES, 2011).

Em suma, o Brasil tinha o papel de liderar a consecução dos principais objetivos da Missão, conforme estabelecidos na Resolução 1542 (2004) do Conselho de Segurança: a) garantir a manutenção de um ambiente seguro e estável para o Haiti, apoiando o governo interino para avançar nos processos constitucionais e políticos necessários para consolidar a democracia no Haiti; b) apoiar os processos constitucionais e políticos em curso no Haiti em promover a aplicação dos princípios democráticos, a governação e o desenvolvimento institucional; c) assegurar a promoção e proteção dos direitos humanos (BITTENCOURT, 2013).

O princípio não-indiferença no Brasil está inteiramente ligado à política externa do primeiro mandato do governo Lula. Para Seitenfus (2014), esta perspectiva orienta as tomadas de decisões realizadas para a aceitação da liderança brasileira da MINUSTAH. A nova política externa tem como objetivos não só a aproximação com os países desenvolvidos, mas também com os em desenvolvimento e os subdesenvolvidos. Tendo como fundamento-base para os países pobres a solidariedade e a responsabilidade em relação aos seus problemas, em especial a conflitos internos, opressão, falência do Estado, incapacidade ou falta de vontade de lidar com o colapso social. Deste modo, assim como na África, o Brasil passa a agir de modo a não ignorar os problemas pelos quais os seus vizinhos possam estar

passando. Ações reafirmadas pela repetição das declarações do Chanceler e do Presidente sobre o discurso da não-indiferença (SÁ, 2015).

Deste modo, pela primeira vez, o país concordou em dirigir operações de paz nos termos do Capítulo VII da resolução, que autoriza sanções e o uso da força pelos militares. Para Seitenfus (2014), a política externa em missões de paz do Brasil, durante o governo Lula, mudou abruptamente. Pois não considera sua tradição de rejeitar o uso da força na resolução de conflitos. Para justificar a mudança de direção, a diplomacia brasileira baseou-se em elementos da perspectiva mais humanitária, conectando-se no conceito de diplomacia solidária e da não-indiferença (SEITENFUS, 2014).

Em entrevista feita por Sá (2015), Amorim fala sobre a mudança de atuação em respeito a operações de paz. Nos anos 1990, Amorim também era Chanceler durante a UNMIH e na ocasião sua abordagem era de aversão a operações de caráter interventores, entretanto, ao ser questionado pela pesquisadora, que a MINUSTAH tinha como propostas uma atuação com elementos interventores do capítulo VII da Carta da ONU, o que iria de encontro com a tradição brasileira em participar de operações desse tipo, ele respondeu: “não houve uma conceptualização absoluta, têm capítulos sétimos e capítulos sétimos, quer dizer, tem várias formas de ação”. O Chanceler também relata que no caso do Haiti o uso de força seria necessário, pois no país existiam grupos armados que ameaçavam a sobrevivência dos cidadãos. Reafirma também, que, nas relações internacionais, os cenários são flexíveis e para isso a atuação dos atores internacionais também precisam ser (SÁ, 2015, p.115).

Diante da crise de segurança internacional gerada pelos atentados de 11 de setembro e da incapacidade da ONU em evitar a Guerra do Iraque, outros grupos e fóruns internacionais, como o G-20, passaram a discutir questões relacionadas à segurança, como aponta Oliveira (2010). Nessas novas plataformas, a presença ativa da diplomacia brasileira neste campo é a base para fortalecer o objetivo de influenciar nas decisões internacionais importantes e inferindo ao país o status de potências mundiais (OLIVEIRA, 2010).

Para o Oliveira (2010), a acessão internacional do Brasil ocorreu como resultado do crescimento e internacionalização da economia durante os anos 2000, que conferiu ao país recursos para invertidas diplomáticas mais ousadas. Entretanto, distinguindo-se da diplomacia internacional tradicional, por apresentar os interesses e a hegemonia multilateral do Brasil como uma ação transformadora, de modo não

violento, mas inovadora na ordem política e econômica regional e global. Também proporcionando a imagem do então presidente Lula como referência de liderança internacional, que, em contrapartida, o reafirmou como líder internamente (OLIVEIRA, 2010).

Lula demonstrou muito interesse pela política externa, especialmente ao defender a candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a cooperação com os países africanos, uma integração mais forte na América Latina e a ação global necessária para combater a fome. Para isso teve que unir diversos seguimentos da sociedade civil, legislativas e apoiadores com o propósito mais ambicioso da política externa (SARAIVA, 2014).

Como apontado pela Norma dos Santos (2014), “Lula entendia que o Brasil deveria buscar novas formas de inserção internacional, assim como o estabelecimento de novos padrões de comportamento e relacionamento entre os Estados.” Durante seus dois primeiros mandatos como presidente, Lula, mesmo dando autonomia ao Itamaraty, foi um dos protagonistas na política externa que teve como foco a América do Sul. Mas com a implementação da chamada diplomacia “ativa e altiva” foi além do nível regional, e muitas ações foram tomadas globalmente. Caracterizando a política externa do Brasil como independente internacionalmente (DOS SANTOS, 2014).

Já no governo de Dilma Rousseff, a estratégia de política externa foi marcada por um revisionismo das relações no sistema internacional, assumindo um papel ativo nos fóruns multilaterais, estabelecendo-se como representante dos países do Sul Global, mantendo o foco na dimensão sul-americana. Dilma manteve a autonomia do Itamaraty vinda de seu antecessor, também concedeu os mesmos domínios aos outros ministérios, pelo menos no que tange à política externa. Entretanto, como relata Saraiva (2014), o Brasil perdeu seu papel de liderança na política mundial e seu movimento assumiu um caráter reativo. Essa mudança foi influenciada pelas condições econômicas internacionais e nacionais, bem como pelas novas dinâmicas dos processos de tomada de decisão, mesmo que as políticas e as visões do mundo continuem semelhantes (SARAIVA, 2014). O governo Dilma manteve a matriz de política externa do governo Lula, mas sob condições mais difíceis, numa conjuntura internacional e nacional que se modificou, com a crise do multilateralismo, a crise da integração regional, a crise política e econômica interna, que culminaria com o processo de impeachment (SILVA, 2023).

Apesar de não haver vantagens econômicas na operação, Gonçalves (2011) afirma que outros interesses poderiam ser almejados na participação brasileira, como o político e o militar. Para o autor, a missão enfatiza a intenção de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. E em questão militar, o Brasil assumia no novo paradigma de atuação nas operações de paz multilaterais. Gonçalves também fala que a participação de um expressivo número de eleitores haitianos nas eleições de 2006, ressalta o papel do Brasil no sucesso de redemocratização do país. Por fim, ele complementa que a MINUSTAH enfatizou uma nova atitude nas relações exteriores do Brasil, ou o que o autor chama de “diplomacia solidária”, um novo paradigma na resolução de conflitos por meio de missões de paz. Visto que a diplomacia solidária não tem a finalidade de benefícios econômicos ou intervenção estatal, mas de fortalecer moral e politicamente o sistema multilateral de operação de paz (GONÇALVES, 2011).

A MINUSTAH foi a primeira missão no qual o Brasil teve a oportunidade de liderar e somada com a tradição brasileira de diplomacia, a não participação de operações interventivas e o fato de ser uma missão liderado por uma nação emergente, tornou-se, comum em trabalhos acadêmicos a retórica de que a MINUSTAH foi uma missão diferenciada das demais é que seriam um marco para as operações de paz multilaterais pela sua abordagem diferenciada, como apresentados nos trabalhos de Pimentel e Reis (2017). Entretanto, em Tese defendida por Paulo Gustavo Pellegrino Correa na UFSCar (2009), o autor utiliza a metodologia de estudo comparado ao revisar a missão United Nations Mission in Haiti (UNMIH) liderada pelos Estados Unidos realizada em 1995–1996 com a MINUSTAH liderada pelo Brasil em 2004–2014 (CORREIA, 2009).

Para Correa (2009), as duas missões podem ser comparadas, ao possuírem aspectos semelhantes, além de serem realizadas no mesmo local com períodos próximos. Entre outras características, o autor cita que os objetivos das missões e o desdobramento das duas operações eram os mesmos. Deste modo, o autor analisou as forças de combate e policiais empregadas nas operações e constatou que nas duas operações foram reconhecidas por excesso de violência, o que a MINUSTAH até mesmo recebeu acusações de ataque aos direitos humanos. Por fim, Correa (2009) conclui que não identificou nenhum acontecimento que produzisse a afirmação de que o Brasil realizou mudanças significativas em suas práticas de resolução de conflitos no Haiti, diferente nas operações paz administrada pela ONU (CORREIA, 2009).

As críticas não se mantiveram apenas no âmbito acadêmico, a empresa teve um papel fundamental na formação da imagem da missão e do governo no Brasil. Em 6 de janeiro de 2011, Gonçalves aponta reportagem do jornal O Globo intitulada “Um ano após terremoto, agência humanitária critica trabalho de recuperação do Haiti”. Expressando a opinião da ONG Oxfam, assumindo um tom crítico em relação ao envio de donativos dos países aos haitianos por conta da catástrofe. Relata, ao citar os dados oferecidos pela ONU, que menos de 45% dos US\$ 2,1 bilhões arrecadados em conferência internacionais de doadores realizadas em março de 2010 em Nova Iorque chegaram aos destinatários (GONÇALVES, 2011).

Outra crítica que Gonçalves levanta de reportagens, agora dessa vez, realizada pelo Folha de São Paulo, tratasse do longo tempo de operação e a inexistência de perspectiva de acabar. No artigo do Jornal de 13 de janeiro de 2011 “Um ano depois do terremoto, a missão da ONU não tem data para deixar o Haiti”, o general Luís Guilherme Paul Cruz o então comandante das tropas no Haiti disse que o Haiti estava no caminho da recuperação e do progresso em 2009, mas o desastre de 12 de janeiro de 2010 complicou a situação devido à falta de infraestrutura ocasionando milhares de mortes e o prolongamento da missão com um aumento no contingente para auxílio as vítimas (GONÇALVES, 2011).

A matéria ouve Ricardo Seitenfus, e diz que a opinião em relação à permanência da MINUSTAH não é unânime. Muitos dos haitianos estão incomodados com as tropas da operação. Seitenfus complementa que deveria haver uma mudança na direção da estabilização do Haiti, saindo do Conselho de Segurança das Nações Unidas e assumindo o Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico. Pois, somente os próprios haitianos conseguiram promover o desenvolvimento do Haiti e sustentar a afirmativa de que a MINUSTAH consegue propulsionar isso seria um engano (GONÇALVES, 2011).

Deste modo, apesar da popularidade da MINUSTAH ter diminuído ao longo do tempo, principalmente por conta das catástrofes naturais que atingiram a ilha, ela foi um marco importante da política externa brasileira que levou a mudanças na atuação em missões de paz multilaterais do Brasil, estabelecendo os conceitos de não-indiferença em oposição com a da não-intervenção como fator decisório na liberação de tropa para operações da ONU. A missão no Haiti fez parte do conjunto de novas medidas na política externa dos dois primeiros mandatos de Lula e de Dilma, em especial ao primeiro, contribuiu para aumentar a imagem de um líder tanto nacional

como internacional. A popularidade do então presidente Lula internacionalmente contribuiu para o fortalecimento de sua imagem internamente, ajudando o movimento político representado por ele a se manter no poder e ainda ser um fator crucial para a política interna.

4.2. Interesses Estratégicos

Um dos objetivos das atividades diplomáticas do Brasil, que ocorrem em diferentes governos e em diferentes contextos políticos, são os esforços para fortalecer seu envolvimento no desenvolvimento na agenda política internacional vinculada a parcerias e alianças. Como destaca Silva (2015), durante as décadas de 1970 e 1980, a diplomacia brasileira tentou melhorar as relações com a Europa Ocidental, essas primeiras experiências de relações estratégicas com países europeus serviram para confirmar o conceito de “parceria estratégica” no pensamento diplomático brasileiro, garantindo o fortalecimento de sua integração no sistema internacional e a diversificação de suas relações econômicas. Visto que, naquele momento, manter uma relação apenas com os Estados Unidos não seria seguro para os interesses nacionais (SILVA, 2015). Contudo, o termo “parceria estratégica” tornou-se cada vez mais abrangente quando o comportamento dos principais atores nas relações internacionais mudou por conta dos eventos ocorridos no período pós-Guerra Fria e 11 de setembro de 2001. Visto que novas pautas entraram em vigor nas discussões na esfera internacional com terrorismo, meio ambiente, o aumento do multilateralismo tanto em termos econômicos como políticos, surgiram como novos temas na agenda. No caso do Brasil, estas novas tendências criaram padrões de interação na política externa por volta do ano 2000. Ações fortes ocorreram no espaço multilateral e deram um novo impulso na reconstrução das novas parcerias brasileiras que atendessem esse novo momento da geopolítica (SILVA, 2015).

Para Silva (2015) a partir de 2003, as relações bilaterais do Brasil durante a era Lula passaram a ser definidas por três objetivos principais: a) a procura de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU; b) a restauração dos laços econômicos tradicionais (Europa, Estados Unidos, Japão) com o fortalecimento dos laços econômicos com regiões até então desvalorizadas (África, mundo árabe, Índia, China); c) e na abertura de espaço para grandes empresas brasileiras. As mudanças necessárias na agenda de cooperação do país para prosseguir estes objetivos

levaram, posteriormente, à solidificação do conceito de “parceria estratégica” que se tornou decisivo na diplomacia brasileira. (SILVA, 2015).

Contudo, Silva (2015) destaca que, à medida que a expressão se tornou comum nos discursos políticos da década de 2000, eventualmente surgiram questões sobre que tipos de relações deveriam ser descritas como estratégicas. Durante os dois primeiros mandatos de Lula, o uso do termo tornou-se útil à medida que o país procurava um papel de liderança no cenário internacional. Desde então, o termo foi usado para relação bilateral definida pela cooperação política, econômica, fluxos comerciais, a densidade do diálogo político, a convergência de agendas, as possibilidades de cooperação científica e técnica, os canais de diálogo e a participação em projetos bilaterais de desenvolvimento conjuntos. (SILVA, 2015).

Deste modo, observou-se que o governo Lula foi marcado por uma intensa atividade diplomática, que culminaram em um aumento do número de visitas feitas pelo presidente, pela criação de novas embaixadas e pela busca do protagonismo nos fóruns globais. Esse aumento de atividades na política externa não foi apenas direcionado para as relações tradicionais norte-sul, mas operou também com relações bilaterais com países do Sul global, em especial os emergentes. A formação de blocos institucionalizados e grupos de coalizão com países em desenvolvimento é considerada um projeto inovador da política externa brasileira, mesmo que atividades como essas também fossem presentes no governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), quando o país se envolveu em uma disputa de patentes com a Índia e a África do Sul pertinentes a medicamentos contra HIV/AIDS. Deste modo, a busca pela diversificação de parcerias, a busca por aliados em diversos assuntos de interesse do Brasil, foi ampliada e aprofundada pela política externa (SILVA, 2015).

Para Silva (2015), a diversificação de parcerias e a formação de coalizões dão ao Brasil a oportunidade de se estabelecer como uma espécie de “ponte” entre os interesses dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Desde então, muitos dos interesses estratégicos do Brasil passaram a ser articulados com grupos de coalizão em fóruns multilaterais. Dito isso, o Brasil aumentou a sua atuação na política internacional na estratégia de expandir sua participação em fóruns como o G8, no qual tentou, juntamente com a África do Sul e a China, integrar o grupo a fim de proteger a integração dos países emergentes. Ao nível econômico, os países emergentes poderiam formar uma frente unida forte o suficiente para elevar o poder

de negociação, comércio, crédito, transferência de tecnologia e o investimento destes países.

Para ampliar o número permanente de membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2004, o Brasil integra o G-4, que juntamente com Alemanha, Japão e a Índia firmaram uma aliança formal para promover as suas candidaturas e a reforma do CSONU (SILVA, 2015).

Atualmente, 193 países compõem a ONU e o Conselho de Segurança ainda mantém a estrutura de 1965, composta por 15 membros, cinco dos quais são membros permanentes com poder de veto e os demais são membros não-permanentes que fazem rodízio de dois anos, sem poder de veto. Isto é efetuado via candidaturas regionais, com procedimentos que variam em cada nível regional, seguidas de uma votação na Assembleia Geral das Nações Unidas. (BAMBO, 2023).

O CSONU, inicialmente, era composto por 11 países: 5 membros permanentes e 6 membros não-permanentes dos 51 países que compõem as Nações Unidas na época. Em 1965, o número de membros não-permanentes precisava de ser aumentado à medida que o número de membros das Nações Unidas para satisfazer as necessidades do sistema internacional, no qual aumentou para 10, mantendo os 5 permanentes, sendo está a única reforma implementada dentro da CSONU (BAMBO, 2023).

Por mais de uma vez, a política externa do Brasil tentou reformar o CSONU, o país luta há décadas por um lugar nesta instituição, e o tema tem ganhado bastante visibilidade durante a MINUSTAH, sendo usado inclusive com pontos de justificativas para o envio de tropas para o Haiti. Sberni (2019) afirma que a primeira tentativa do Brasil de se tornar membro permanente de uma organização internacional de segurança ocorreu após a Primeira Guerra Mundial, durante a reforma do Conselho Executivo da Liga das Nações. O Brasil voltou a candidatar-se a um assento no Conselho de Segurança em 1945, na ocasião da formação da ONU. Na situação, a forte resistência da Grã-Bretanha e da União Soviética bloqueou as reivindicações do Brasil.

Em 1989, no governo do presidente José Sarney, o Brasil fez uma nova tentativa. Com a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética, uma nova era na ordem mundial iniciava-se. Sarney propôs a criação de uma nova categoria de membros permanentes sem poder de veto, mas nem sequer foi discutida nas Nações Unidas. Na 51ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, uma nova

oportunidade de participar do Conselho de Segurança surgiu no qual o diplomata malaio Ismail Razali que presidia a sessão apresentou um plano, no qual propunha a criação de cinco ou mais membros permanentes, a serem eleitos pela Assembleia Geral, compostos por dois países desenvolvidos e três países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina. Países como o Reino Unido, a Alemanha, o Japão e o Brasil manifestaram apoio ao projeto, mas foram apresentadas uma série de restrições e o projeto acabou por culminar na não votação na Assembleia Geral. Por fim, em 2004, com a formação do G-4, fórum que foi enfraquecendo com a saída estratégica do Japão (SBERNI, 2019).

Uma das razões para a criação das Nações Unidas foi que ela serviria como uma organização internacional para a segurança coletiva, sendo o Conselho de Segurança da ONU responsável por decisões importantes nesta área. Nas fases iniciais da criação da ONU, as decisões e ações do Conselho de Segurança foram influenciadas pela situação que prevalecia durante a Guerra Fria, período no qual os poderes de veto foram amplamente utilizados tanto pelos Estados Unidos como pela antiga URSS, que limitou significativamente as ações do CSONU. No final da década de 1980 e no início da década de 1990, com o fim da Guerra Fria, o Conselho de Segurança da ONU começou a agir conforme planejado originalmente. Desde então, o número de operações de paz realizadas aumentou significativamente (BARBOSA 2015).

Para Barbosa (2015), o Conselho demonstra uma tendência crescente para legislar e intervir em questões globais como o meio ambiente e os direitos humanos, entre outros. Para o Brasil, debates como a necessidade de “internacionalizar as florestas para o benefício da humanidade”, são de grande preocupação, visto que a floresta Amazônica é um recurso natural que ocupa boa parte do país e que está constantemente nos olhos dos debates de meio ambiente pela sua importância no tema. Deste modo, ameaçando a soberania nacional de seu território. Outros interesses no qual o Conselho costuma abordar que vão de encontro aos interesses do Brasil são os direitos humano, a desigualdade social, os assentamentos humanos, os povos indígenas, o desarmamento, a não proliferação nuclear, o crime transnacional e a criação de tribunais penais especiais, entre outros (BARBOSA 2015). Barbosa (2015) critica a imposição crescente do Conselho em obrigações aos estados-membros, incluindo congelamento de bens, restrições de viagens e restrições comerciais de determinados bens para países sancionados. O autor também traz a

crítica que o Estado brasileiro fez à criação de tribunais especiais para a ex-Iugoslávia e Ruanda. Alegando que tais atribuições estão fora da jurisdição do Conselho sob as disposições da Carta das Nações Unidas. A crescente atuação do Conselho de Segurança da ONU demonstra mais uma vez a necessidade do Brasil, especialmente como membro permanente, acompanhar de perto os temas em discussão (BARBOSA, 2015).

Um dos motivos mais cogitados, pela academia, autoridades nacionais e atores internacionais, como o principal motivo para a participação do Brasil na MINUSTAH é a possibilidade de participar permanentemente como membro do CSONU. Entretanto, Amorim descarta, em entrevista realizada pela pesquisadora SÁ (2015) sobre essa possibilidade, que não havia “nenhuma relação imediata de causa e efeito, até porque a participação em operações de paz não necessariamente credencia para o Conselho de Segurança”. O Chanceler reafirma que a participação do Brasil estava mais relacionada com alinhamento de diversas áreas, do Itamaraty, da Defesa, da própria Presidência, que convergiam participação em uma missão de paz e com o ato solidário de auxiliar o Haiti, que por anos vive em estado de crise, do que em obter um assento permanente no CSONU (SÁ, 2015, p111).

Sobre o assunto, Amorim diz que o Brasil chegou mais perto de obter o assento quando Presidente do Conselho de Segurança em 1999 ao dar ênfase na proposta apresentada pelo Canadá, ocasionado no desenvolvimento dos Três Painéis sobre o Iraque nas Nações Unidas. Naquele momento, o Brasil demonstrou grande competência em liderança e especialização nas atividades de conciliação e soluções de conflitos por meios diplomáticos. A ocasião fez com que os laços com a França fossem estreitados, sendo a primeira vez que o país apoiou explicitamente o Brasil no Conselho de Segurança (SÁ, 2015).

O Chanceler também fala que as consequências na política externa podem ser algumas vezes imprevisíveis, que tanto coisas boas ou ruins podem vir até de ações solidárias como uma missão de paz. Mas ressalta que uma aproximação dos países do Caribe, especialmente a CARICOM era algo de interesse do Brasil. Em sua fala, Amorim ressalta os interesses de projeção política, no qual questiona retoricamente a pesquisadora: “Como a gente pode manter uma posição de relevância, para não usar a palavra liderança, em si, e numa situação dessas, sendo não só autorizada pela ONU, mas uma força da ONU, se omitir?” (SÁ, 2015, p.111).

Sobre a projeção de poder ele afirma que o Brasil pode agir de forma solidária ao mesmo tempo que projeta a sua influência e que mesmo não tendo interesse militar o econômico na região a situação conferia ou Brasil a participação protagonista como líder Regional, por não ser interessante nem mesmo para o Haiti que a participação exclusiva dos EUA, Canadá e França. Por fim, o Chanceler finaliza a entrevista afirmando: “Então, é projeção de poder? É! É solidariedade? É! Até porque você não sabe o que ganhará mesmo, é um risco”. Demonstrando que o Brasil manteve a projeção de poder como consequência da ação solidária (SÁ, 2015, p.118).

Em artigo, Amorim afirma que o compromisso do governo Lula com os esforços das Nações Unidas no Haiti era com a paz e a justiça social, evitando que a primeira república negra do mundo fosse negligenciada e caísse num círculo vicioso de instabilidade e conflito. Para o ministro a missão tinha como propósito tentar uma nova abordagem na qual diferentemente das missões passadas baseadas numa visão essencialmente militar do problema haitiano, a MINUSTAH contribuiria para o progresso e a autonomia da sociedade haitiana tendo como base o tripé da promoção da estabilização, diálogo entre diferentes facções políticas e o desempenho institucional, social e econômico do país (BRASIL, 2005).

A liderança brasileira na MINUSTAH apresentou um novo paradigma para a política externa brasileira. Mudando o posicionamento do país sobre a citação do Haiti, com a participação em missões de paz, assim como posicionamento diferente das estratégias de integração na comunidade internacional. Como aponta Pimentel e Reis (2017) desde 2003 o Brasil vinha tomando consciência sobre o seu papel internacional, exigindo medidas políticas que permitia penetrar nos processos globais como ator ativo nos sistemas dos quais fazia parte, bem como pelo seu desejo de expandir sua influência principalmente na região Sul e latino-americana. Para os autores, a diplomacia brasileira encontrou apoio em três elementos: sendo o primeiro a existência de estabilidade política e econômica; o segundo organizar a articulação na sociedade que promove a função de coordenação global do Estado e do interesse nacional; e por fim elevar o nível de organização e competitividade dos intervenientes econômicos e sociais. Os esforços feitos pelo governo para alcançar estabilidade e coordenação interna e prestígio externo fizeram do Brasil um ator essencial nas discussões multilaterais, apoiando a sua integração nas 10 principais economias do mundo e a imagem de um país emergente e dinâmico (PIMENTAL E RAFAEL, 2017).

SÁ (2015) traz, em sua pesquisa, o depoimento do Embaixador Ronaldo Sardenberg, enquanto representante brasileiro na ONU, diz: “como principal país contribuinte de tropas da MINUSTAH, o Brasil assume parcela importante de responsabilidade”. Deste modo, compreende-se que a escolha dos generais brasileiros para liderar as tropas traria uma excelente impressão. A atuação brasileira na região caribenha criaria uma atenção midiática regional e internacional que favoreceria a imagem do país (SÁ, 2015).

O Brasil, desta forma, destacava-se como um ponto fora da curva sobre a disputa de influência global. Visto que os métodos de atuação tomados pelo país propuseram um novo modelo de políticas externas que pode configurar como um novo elemento no jogo internacional, segundo Kenkel (2011, p.28). Desta maneira, o Brasil se comporta de modo a romper como o *status-quo*, de modo a apresentar-se como um novo agente de influência internacional, utilizando uma metodologia alternativa fundamentada sobre a diplomacia. Por conseguinte, poderemos analisar como o Brasil exerce sua influência internacional pela América latina, em especial na região caribenha, com perspectiva de escalonar sua influência para o âmbito global.

A MINUSTAH, missão de paz organizada pela ONU para a estabilização do Haiti, tornou-se o cenário ideal para a experimentação brasileira do seu método de intervenção internacional. Estas invertidas têm como motivação, assim como relatado pelo diplomata brasileiro Uziel (2009, p. 91), a ascensão do Brasil em seu status internacional e a ambição na participação futura como membro permanente nas tomadas de decisões do CSONU. É imprescindível também relatar que o sucesso deste empreendimento não se conterà a prazo de poucas décadas, mas um trabalho longo e contínuo que por fim favorecerá não só aos interesses da nação, mas também o seguimento político hoje representado por Lula, sendo uma ferramenta de manutenção de poder estatal (UZIEL, 2009).

O Brasil contribui para uma mudança no paradigma no que diz respeito ao sistema de políticas relacionadas a intervenções. Assim como aponta Kenkel (2011, p.28) a participação brasileira na MINUSTAH “representa clara ruptura de uma série de princípios políticos prévios relacionados à intervenção”. Podendo assim, juntamente com a ONU e outras instituições multilaterais, proporcionar um novo parâmetro para custos-benefícios nas operações de paz. Deste modo, tornado o país não apenas uma potência de liderança regional, latina e periférica, mas como ator de

extrema influência global com recursos políticos preciosos para os interesses de pequenas e grandes nações no contexto internacional (KENKEL, 2011).

4.3. Interesses Econômicos

A estrutura institucional das relações internacionais do Brasil dá ao poder executivo a responsabilidade de conduzir a política externa do país. Todavia, é função dos demais poderes a fiscalização dos usos dos recursos empregados. Entretanto, em situações específicas, como envio de tropas para o exterior em ocasião de operação de paz, o poder legislativo deverá aprovar a solicitação do poder executivo, como visto anteriormente. Por vez, é de responsabilidade do governo apresentar justificativas plausíveis que comprovem interesses nacionais na participação do país em operações de paz multilaterais para os congressistas, como estabelecido na constituição (BRASIL, 1988).

Entre as principais justificativas que o Governo pode elaborar para o envio de tropas em operações de paz são os: interesses econômicos, a segurança internacional e estratégias diplomáticas. A motivação econômica, embora complexa em sua execução, é mais facilmente aceitável na apresentação a um colegiado de deputados e senadores. Consecutivamente, é mais fácil destes políticos apresentarem para os seus eleitores, pois o termo “economia” é comum ao público, como aponta em pesquisas realizadas no site Google Trends nos últimos 20 anos. Dos termos “economia”, “segurança internacional” e “diplomacia” a “economia” foi claramente o termo mais pesquisado, em especial em 2004, ano de início da MINUSTAH, período em que o Brasil passava por um momento de sucesso econômico. De acordo com o site Google Trends (2024), os valores representados no gráfico são relativos a comparação dos momentos de interação em pesquisas feitas no site Google. No qual a escala de 100 representa o ponto em que o termo teve mais pesquisas em relação aos outros e a si mesmo durante o tempo, o 50 a metade e 0 significa interação insignificante (GOOGLE TRENDS, 2024).

Gráfico I – Interesse ao Longo do Tempo:



Gráfico gerado pelo site Google Trends em 1 de agosto de 2024

Entretanto, para Mielniczuk (2012), a política externa não pode ser limitada apenas a fatores econômicos, outros interesses podem motivar os agentes de tomada de decisão. O autor diz que interesses individuais e coletivos também são considerados na política dos Estados, o que os levaria a tomar decisões em âmbito internacional. Com tudo, o uso do argumento de paz mundial pode ser usado como justificativa dos interesses econômicos ou de intervenção destes Estados, ou indivíduos (MIELNICZUK, 2012).

Para Morgenthau (2003), em sua análise, o imperialismo mostra que os motivos econômicos não têm valor intrínseco na ação estatal, definido apenas como um meio para atingir os objetivos determinados pela política de poder. As capacidades industriais, recursos naturais ou quaisquer outros utilizados como processo de produção de riqueza são mencionadas pelo autor como um dos elementos da força nacional. No entanto, estes dois fatores (recursos naturais e capacidade industrial) são importantes como componentes do poder nacional para a composição sociocultural do país, assim como para a preparação militar e diplomática. (MORGENTHAU, 2003)

Com tudo, em artigo do então ministro das relações exteriores Celso Amorin, diz que o Brasil defende um sistema de segurança coletiva verdadeiramente multilateral, no qual a força militar é utilizada como último recurso após esgotados

todos os esforços diplomáticos. Mesmo que a paz mundial seja ameaçada por atores com vastos armamentos e recursos econômicos, a maioria dos conflitos ocorre em países econômicos e socialmente fracos, nos quais as relações entre instabilidades econômicas correspondem a instabilidades sociais (BRASIL, 2005, p. 411).

Deste modo, o ex-ministro diz que as ações do Brasil, no ano de publicação do artigo, têm sido orientadas pela defesa de uma abordagem mais abrangente às questões de segurança, envolvendo, além do Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Dito isso, Amorin justifica a participação brasileira na MINUSTAH baseada na crença de que se tratava de um tipo diferente de operação de manutenção da paz. Na qual os pilares do diálogo, da capacitação institucional, social e econômica seriam os objetivos, reafirmando que sem esta perspectiva integrada, não haverá paz duradoura no Haiti (BRASIL, 2005, p. 411).

Frantz Pierre (2019) descreve como a situação econômica do Haiti contribuiu para as crises políticas e humanitárias no país. Ao longo do histórico de crescimento econômico haitiano, o país registrou números flutuantes devido a crises econômicas, financeiras e especialmente políticas. Segundo dados do Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique (IHSI) e do Banco da República do Haiti (BRH), a taxa de crescimento do país em 1990 foi de 1,03%. Em 1991, quando ocorreu um golpe de estado pelos militares, com participação internacional, a taxa de crescimento registrou um crescimento negativo de 5,31%, seguida por uma queda de 11,95%. Apesar das medidas de recuperação tomadas pelas autoridades estatais, a situação econômica do país continuou a deteriorar-se. Apesar do forte crescimento de 9,90% em 1995, a situação continua crítica. Esta instabilidade econômica deve-se principalmente ao fracasso de vários programas e medidas de adaptação em 1991, 1997, 2003 e 2008, bem como à persistência de crises sociopolíticas que impediram as economias de cooperar na arena internacional. O Haiti assinou vários acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para solucionar questões econômicas através da política monetária. Estes acordos foram assinados para prosseguir políticas destinadas ao combate à inflação e ao subsequente crescimento econômico sustentável (FRANTZ PIERRE, 2019).

Contudo, as razões para o aumento da inflação no Haiti são variadas. Em primeiro lugar, a política de empréstimos do governo através do Banco da República do Haiti é uma das principais razões, uma vez que o governo continua em déficit. Esta política leva a um aumento constante na oferta monetária. Em seguida vem a

desvalorização da *gourde*⁴. As grandes importações do Haiti têm um impacto negativo na sua balança de pagamentos internacional, sendo uma balança comercial negativa um exemplo notável. Além disso, os choques externos também desempenharam um papel importante na situação inflacionária, como aumentos nos preços do petróleo, matérias-primas, alimentos e alterações nas taxas de juros nos Estados Unidos (FRANTZ PIERRE, 2019).

Nas décadas de 1980 e 1990, o plano econômico do Haiti visava favorecer aos interesses das elites capitalistas locais e estrangeiras. Na década de 2000, uma nova estratégia nacional para o crescimento e a redução da pobreza substituíram os antigos programas de ajustamento estrutural. Contudo, esta tentativa de mudança nos programas não solucionaram os problemas no país, revelando que as causas da pobreza no Haiti são muito mais estruturais do que se pensava (FRANTZ PIERRE, 2019).

Além dos problemas políticos e econômicos, o Haiti sofreu com uma série de catástrofes naturais e algumas delas ocorreram durante o exercício da MINUSTAH. Em 2008, o país foi atingido por uma série de furacões que provocou centenas de desabrigados, feridos e mortes que trocaram complicações no sistema de produção haitiano, como perda nas colheitas e destruição nas cidades. Os setores primários da economia foram os mais duramente atingidos, com o valor adicionado a cair mais de 6%, levando a aumentos acentuados nos custos dos alimentos e dos combustíveis (PIMENTEL E REIS, 2017).

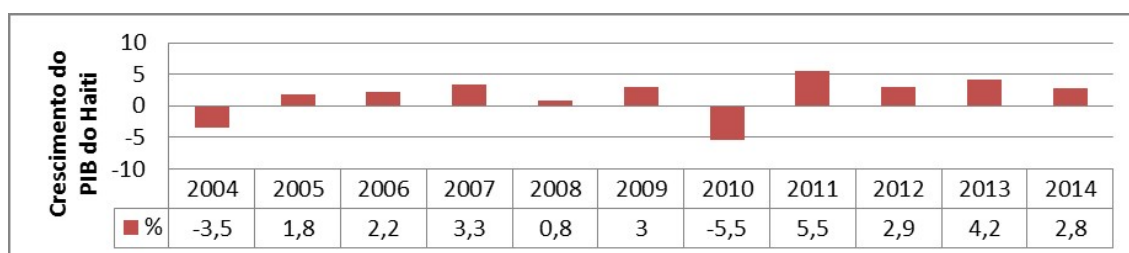
Já em 2010, no terremoto, estima-se que aproximadamente 300.000 pessoas falecerão e 60% dos edifícios públicos foram destruídos como resultado direto. O terremoto provocou perda de 7 mil milhões de dólares, equivalentes a mais de 120% do PIB do Haiti no ano anterior. Em 2012, os furacões Isaac e Sandy devastaram novamente o país. Por fim, em 2014, uma seca destruiu as plantações e matou milhares de outros animais. As perdas econômicas no setor agrícola ascenderam a aproximadamente 104 milhões de dólares, equivalente a aproximadamente 23% do Produto Interno Bruto (PIB) (PIMENTEL E REIS, 2017).

Apesar dos graves problemas econômicos, políticos e sociais e ainda os desastres naturais, o trabalho da MINUSTAH gerou resultados econômicos positivos ao país. O PIB haitiano atingiu uma taxa de crescimento de -3,5% em 2004. De 2005

⁴ Moeda nacional do Haiti

a 2007, o país testemunhou três anos consecutivos de crescimento positivo, impulsionado pela contribuição do capital estrangeiro e pela promoção das indústrias terciárias. como apontado em gráfico feito por Pimentel e Reis (2017), sobre o crescimento do PIB haitiano entre os anos de 2004 e 2014, que foi adaptado dos dados coletados pelo Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique:

Gráfico II: Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) haitiano entre os anos de 2004 e 2014.



FONTE: adaptada de Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique feito por Pimentel e Reis (2017).

Para amenizar as perdas dos eventos naturais, em 2011, o Projeto 16/6 foi lançado e contribuiu para a criação de emprego e revitalização da economia local (PROJET 16/6, 2012). Em 2013, foi mais uma vez um ano de recuperação. O setor da construção, impulsionado por obras de infraestrutura governamental, como rodovias, prédios públicos e aeroportos, impulsionou o PIB. Em 2014, os impactos econômicos da seca não foram piores por conta do setor da indústria, mesmo que os gastos do governo e o setor de serviços tenham aumentado cada um em 7,5%. Em linhas gerais, durante esses eventos sempre houve um forte apoio internacional na estabilização do país, que contou com investimento direto estrangeiro somado com empréstimos ao setor privado, aumentando em 0,7%. Contudo, mais da metade do orçamento anual do Haiti dependia da ajuda internacional (PIMENTEL E REIS, 2017).

Por outro lado, durante a MINUSTAH, o saldo externo da economia brasileira sob a administração Lula apresentou resultados ótimos, sendo que, de 2003 a 2010, o Brasil viveu seu maior ciclo de crescimento em 30 anos, como aponta Teixeira e Pinto (2012). Os principais princípios do regime de política macroeconômica do governo FHC foram mantidos, mesmo que no segundo mandato de Lula houvesse uma flexibilização na concepção das políticas econômicas mesmo que em linhas gerais os resultados macroeconômicos dos dois primeiros mandatos Lula em setor externo, nível de atividade, inflação, emprego e renda e finanças públicas foram melhores do que os dos seus antecessores com o crescimento do PIB em 4,1% ao ano, quase o dobro do período entre 1980 e 2002 que foi 2,4% ao ano. O excedente

da balança de pagamentos de 2003 a 2010 (totalizando 231,8 mil milhões de dólares). Isto permitiu ao governo pagar empréstimos junto ao FMI, reduzir a dívida externa e acumular reservas (TEIXEIRA E PINTO, 2012).

Em período de crise internacional em 2008, o Brasil teve uma rápida recuperação impulsionada pelos fluxos líquidos de capitais, motivada pelo “excesso de liquidez” da economia mundial. Parte desse capital monetário é transferida para o Brasil devido à alta rentabilidade dos investimentos em carteira (diferença entre a taxa Selic e a taxa internacional) e à rápida recuperação da atividade econômica devido à expansão do mercado interno, passando para novos rentáveis. um mercado. Existem investidores estrangeiros na situação internacional de estagnação econômica na Europa e nos Estados Unidos. As finanças públicas, durante a administração Lula, melhoraram à medida que a dívida líquida total do setor público diminuiu, sendo que em dezembro de 2003 era de 54,9% do PIB para 39,2% do PIB em dezembro de 2010. A principal razão para este declínio é a redução sistemática da dívida externa desde a posse do governo (TEIXEIRA E PINTO, 2012).

No setor de mercado de trabalho, em 2003 a 2006, a taxa de desemprego na área metropolitana diminuiu ligeiramente, o rendimento médio das pessoas empregadas nessas regiões caiu 5,0% em termos reais. Entre 2007 e 2010, a taxa média de desemprego nas regiões metropolitanas diminuiu significativamente e o rendimento real dos empregados melhorou significativamente. Somado ao aumento real do salário-mínimo durante o governo Lula (aumento médio de 5,9% ao ano) levou a um impacto positivo na demanda agregada e na distribuição de renda (TEIXEIRA E PINTO, 2012).

Para Teixeira e Pinto (2012) este resultado favorável deveu-se ao crescimento da economia mundial até à crise de 2008, à ampla liquidez dos mercados financeiros, e à situação internacional de aumento dos preços internacionais das matérias-primas e de queda do preço dos produtos industriais resultantes da influência direta e indireta da China. Com alterações de preços, as condições comerciais brasileiras aumentaram 39,9%, significando um bônus macroeconômico para o país, permitindo um crescimento sem desequilíbrios externos e internos graves (TEIXEIRA E PINTO, 2012).

Tendo em mente as situações econômicas nas quais os países tinham durante o exercício da MINUSTAH, podemos compreender melhor as relações econômicas brasileiras com o Haiti e quais seriam as pretensões de políticas econômicas que o

Brasil teria como o país caribenho. Desde a década de 1990, a postura internacional do Brasil caracterizava-se na aproximação de laços políticos com a América Latina, reconhecendo a necessidade de abrir os mercados à concorrência internacional.

Em 2003, a política externa do Brasil retoma essencialmente os mesmos pontos do período anterior, mas com um novo grau de assertividade, buscando pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina para formar uma comunidade étnica latino-americana. Indicando uma política ativa para iniciar um processo intensivo de aproximação dos países da região. Os primeiros avanços da política econômica internacional para a América Latina do Brasil ocorreram com negociações do Mercosul sobre a ALCA, visando combater o protecionismo e eliminar os subsídios e restrições agrícolas nos países desenvolvidos. Buscando, deste modo, construir uma América do Sul politicamente estável e unificada, baseada nos ideais de democracia e justiça social (PIERRE-LOUIS, 2023).

Mesmo assim, em relação ao Haiti, em 2011, o país era o 112º parceiro comercial do Brasil, respondendo por 0,04% do comércio externo do Brasil. No entanto, o comércio do Brasil com este país aumentou. Entre 2007 e 2011, aumentou 23%, de 77 milhões de dólares para 94 milhões de dólares. No entanto, as exportações do Brasil para o Haiti consistiam principalmente em produtos elementares (cereais, açúcar, carne), enquanto do lado das importações podem ser observados produtos processados (aço, vestuário) (ARTIAGA, 2022).

A balança comercial do Haiti em 2011 foi de aproximadamente 30 milhões de dólares e o seu PIB nominal do mesmo ano foi de aproximadamente 7,5 mil milhões de dólares. Isto coloca o país no 137º lugar na economia mundial, sendo o sector dos serviços o sector mais importante, responsável por 59% do PIB. Só em 2011 o comércio externo aumentou com uma variação de 74% face a 2007, ou seja, de 3,2 mil milhões de dólares para 5,5 mil milhões de dólares. A falta de produção e consumo de bens básicos torna a dependência externa ainda pior fazendo com que mesmo com os Avanços da MINUSTAH a economia haitiana continua muito frágil (ARTIAGA, 2022).

Conforme o Artigo 17 da Carta das Nações Unidas, a responsabilidade da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) é considerar e aprovar o orçamento da organização e todos os acordos financeiros relacionados com questões econômicas, sociais, culturais, educacionais e de saúde, etc. Os custos das operações internacionais serão partilhados entre os Estados Membros conforme as disposições

da Assembleia Geral das Nações Unidas. Portanto, os custos das operações de paz e o seu orçamento global são da responsabilidade de todos os Estados-membros das Nações Unidas. Além das contribuições obrigatórias, existem também as contribuições voluntárias. A AGNU regulamenta as ajudas que ultrapassam as quotas fixadas segundo os critérios das referidas resoluções. Essas doações podem ser relacionadas com transportes ou assistência humana.

Cada missão de manutenção da paz possui um orçamento específico que inclui custos operacionais. O Secretário-Geral apresentará uma proposta ao Advisory Committee on Administrative and Budgetary Questions (ACABQ) que deverá considerar a proposta e fazer recomendações para ser aprovado o orçamento. No Memorando de Entendimento (MOU), a ONU define juntamente com os países participantes da operação os custos que serão de cada parte, bem como o valor a ser reembolsado. Por meio da lei da transparência, a pesquisadora Julia Soares (2019) destaca na tabela abaixo o orçamento da MINUSTAH de 2004 a 2017 que detalha os valores em que o Brasil investiu em sua participação como líder da operação e os valores que a ONU reembolsou ao país segundo acordo pelo MOU:

TABELA I:

Participação do Contingente Brasileiro na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah)					
Ano	Recursos investidos pelo Governo para participação da tropa (R\$)	Reembolso Feito Pela ONU (US\$)	Média anual da taxa de câmbio	Reembolso feito pela ONU (R\$)	Porcentagem reembolsada anual (%)
2004	148,070,208.56	4.743.541,00	2,92	12,851,139.72	9%
2005	142,380,451.69	31.176.394,81	2,43	75,758,639.39	53%
2006	80,709,473.00	24.093.746,07	2,17	52,283,428.97	65%
2007	131,773,103.00	24.021.865,04	1,94	46,602,418.18	35%
2008	127,919,530.89	40.666.257,02	1,83	74,419,250.35	58%
2009	125,409,820.74	11.543.172,07	1,99	22,290,912.32	18%
2010	673,855,411.25	50.449.742,70	1,76	88,791,547.15	13%
2011	245,059,650.10	66.733.141,24	1,67	111,444,345.82	45%
2012	282,241,626.06	42.289.172,93	1,95	82,279,809.12	29%
2013	179,691,510.00	51.059.410,97	2,15	109,777,733.59	61%
2014	174,532,493.00	35.012.684,73	2,35	82,279,809.12	47%
2015	154,074,219.00	29.283.778,57	3,33	97,514,982.64	63%

2016	117,079,113.00	25.787.958,48	3,49	89,999,975.10	77%
2017	87,241,226.00	19.885.038,08	3,19	63,433,271.48	73%
TOTAL	2.670.037.836,70	456.745.903,71		Média	49,70%

Dados adquiridos mediante solicitação ao MD pelo Portal da Transparência para a pesquisadora Julia Soares (2019) sobre recursos investidos e reembolso realizado pela ONU (US\$) média anual da taxa de câmbio disponibilizada pelo IPEA.

Portanto, como podemos ver e como relatado por Amorim e Jessica de Espinosa de Sá (2015), os motivos de se participar da missão era em “participar efetivamente do processo de reconstrução do Haiti, primeiro país independente da América Latina, que tem um histórico de sofrimento e crises políticas e para os quais há pouco que algo seja feito”. Sobre a perspectiva da política externa, a participação brasileira aumentaria a autoridade moral para influência nas resoluções da ONU. Mas definitivamente não existiria um motivo de favorecimento econômico direto no qual o Brasil poderia ser beneficiado em participar da MINUSTAH (SÁ, 2015).

Deste modo, a participação do Brasil em operações de paz, como a MINUSTAH, reflete uma política externa orientada por uma abordagem abrangente às questões de segurança internacional. O envolvimento brasileiro é justificado por fatores humanitários e pela busca de uma paz duradoura através do diálogo e da capacitação institucional, social e econômica do Haiti. Embora não haja um benefício econômico imediato, a atuação do Brasil fortalece sua autoridade moral e sua posição nas decisões da ONU, demonstrando um compromisso com a reconstrução e estabilidade de países como o Haiti.

4.4. Interesse Militar, Defesa e Segurança Internacional

Os interesses em políticas externas podem ser bem dinâmicos, dependendo do contexto temporal e dos atores envolvidos. Mas no caso da participação do Brasil na MINUSTAH, assim como em outras Opções de Paz da qual o país já participou, o intuito da solidariedade é a razão bem mais considerada do que a busca de interesses econômicos e políticos. Outros benefícios indiretos e estratégicos podem vir da participação brasileira em missões de paz, como o aumento da importância da liderança política do Brasil na América do Sul e regiões. Ou ainda os argumentos sobre os potenciais interesses que o Brasil terá na participação na MINUSTAH destacaremos os interesses baseados no papel das Forças Armadas no âmbito da defesa e segurança brasileira e internacional. Nesta fase, o Haiti apareceu como uma

possibilidade de expressão e atuação nos interesses comuns dos elementos políticos e militares da nação.

O Haiti foi um meio para o Brasil alcançar os seus objetivos internacionais e legitimar a desejável liderança brasileira na América do Sul, uma vez que coordenaria uma resposta em todo o continente a uma crise na sua vizinhança. A MINUSTAH foi um elemento importante da integração internacional e deu possibilidade de ênfase do Brasil como uma potência militar regional, que durante o seu exercício competindo com a influência dos EUA, em questão de forças armadas na região. A grande participação de tropas brasileiras na MINUSTAH indica que o Brasil tinha pretensões de priorizar a segurança internacional com uma de suas políticas externas, de modo a aumentar a sua visibilidade internacional sem que negligenciassem os ideais de democracia e justiça social. Canalizando no Brasil os ideais de união continental através da integração regional, segurança e de defesa (SILVA, 2011).

Desde a redemocratização em 1985 o papel das Forças Armadas nas políticas brasileiras foi limitado, entretanto, essa situação mudou em 1996 durante o governo de FHC, no qual o ex-presidente criou a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional visando apoiar o desenvolvimento de políticas e monitorizar o alcance das políticas, especialmente nas áreas de cooperação internacional, incluindo defesa, integração fronteiriça, povos indígenas e direitos humanos. Já em 1997, ainda com FHC, foi criado o Ministério da Defesa como uma tentativa de reorganizar a atuação dos militares no governo. Para Raphael Lima, a criação desse ministério serviu para reduzir as autonomias institucionais dos militares (LIMA, 2015). No início do século XXI, com o Governo Lula, a proposta do Brasil como uma potência emergente reforçou a ideia de ampliação das capacidades militares do Brasil, que seria necessária para a defesa nacional e para atuação em Operações de Paz. O argumento da necessidade de aumento das capacidades de defesa e da articulação entre política externa e defesa podem ser encontrados nos documentos Política de Defesa Nacional, de 2005, como Estratégia Nacional de Defesa, de 2008 (SILVA, 2014).

Durante os regimes de Lula e Dilma, os militares continuaram a desempenhar um papel importante na vida política do país. Um dos eventos mais marcantes das tropas foi em 2010, na Operação do Complexo do Alemão e na Penha, na qual foram convocados 1.800 soldados para o controle da segurança em uma operação destinada a reprimir o crime organizado, além da presença de tropas brasileiras no

Haiti. Durante o governo Lula (2003 – 2010), o envolvimento militar foi uma forma de expressar a influência do Brasil no sistema internacional (CAMPOS, 2021).

Era esperado o mesmo no governo Dilma (2011–2015), embora tenha sido presa e torturada durante o regime militar de 1964. A princípio ela dá continuidade ao envolvimento do seu antecessor, mas esta situação não dura e atritos entre a Presidente e as forças armadas foram comprometidos com a presença de civis na gestão do Ministério da Defesa e a condução das investigações da Comissão Nacional da Verdade, sobre o passado dos militares durante a ditadura de 1964, que soaram como uma ameaça a imagem das forças Armadas. Com o fim do regime de Dilma e o início do governo Temer (2016–2018), os militares ganharam espaço para se manifestar e afirmar sua posição nos acordos entre o governo e a classe política (CAMPOS, 2021).

O Deputado Federal Nono (PFL-AL) elenca alguns benefícios na área militar na participação em operação de paz, no caso ele se refere à missão realizada no Timor-Leste. O deputado argumenta que, este objetivo, as suas conquistas inegáveis incluem o fortalecimento do sistema multilateral de resolução de conflitos e a prestação de assistência humanitária. Permite a aquisição de equipamentos com recursos extra orçamentais e proporciona experiência real na organização de operações complexas, melhorando assim a capacidade defensiva do país, proporcionando uma oportunidade para acelerar o processo de modernização e profissionalização das tropas brasileiras, além de facilita a participação em operações de manutenção da paz futuras, promove a reputação dos militares na sociedade e cria uma imagem positiva dos militares. A unidade cita como vantagens o treinamento militar em situações de conflito e o contato com militares de outros países, que segundo o deputado são fatores positivos na hora de considerar uma decisão. Em sua narrativa, o deputado se baseia nas conversas que teve com setores militares (BRASIL, 2014d).

Entretanto, para Campos (2021), não existe um consenso entre os militares sobre os benefícios da participação em operações de paz. Segundo o autor, embora as missões de manutenção da paz sejam atrativas para os militares do ponto de vista profissional e operacional, estas ações geopolíticas geralmente não afetam a popularidade dos militares nacionalmente, contrariando a fala do deputado Nono. Os militares costumam queixar-se de que são postos à prova em operações de manutenção da paz. São muitas vezes forçados a tomar ações fora da sua área de

especialização. A convocação ou o convite das Forças Armadas a participar dependerá do nível de empenho no cumprimento de uma missão desta envergadura. Ao decidirem realizar estas tarefas, os departamentos militares são responsáveis pelas suas ações e concordam plenamente com os resultados técnicos. Contudo, também podem ocorrer reações indesejáveis, que podem indicar desconforto ou rejeição à regulamentação governamental (CAMPOS, 2021).

Assim, o poder brando se apresenta como uma ferramenta crucial para a política externa brasileira, que equilibra a busca por liderança e a promoção de valores como democracia e paz. Com isso compreendemos que a participação do Brasil na MINUSTAH reflete um esforço estratégico e diplomático, pautado tanto por valores como a solidariedade quanto pelo fortalecimento de sua posição internacional. Embora o foco principal não tenha sido a busca de interesses econômicos ou políticos imediatos, a missão trouxe benefícios indiretos, como o fortalecimento da liderança do Brasil na América do Sul e a ampliação de sua influência militar regional. Além disso, a participação em missões de paz como essa proporcionou ao Brasil ganhos em termos de modernização e profissionalização das Forças Armadas, contribuindo para sua capacidade defensiva e reputação no cenário internacional. O conceito de "*soft power*", proposto por Joseph Nye, também se alinha com essa estratégia, uma vez que o Brasil buscou influenciar e atrair outros países por meio de sua cultura, ideologia e diplomacia, em vez de recorrer à coerção militar.

5 CONCLUSÃO

Durante o tumultuado período da Revolução Francesa, uma pequena ilha caribenha testemunhou uma luta monumental pela liberdade que reverberaria através dos séculos. O Haiti, uma das mais prósperas colônias francesas, viu escravizados e seus descendentes tomarem as rédeas da própria história, buscando para si os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade que se espalhavam pela Europa. Esse levante, liderado por pessoas negras e mulatas, não apenas desafiou um império colonial, mas também lançou as bases para futuros movimentos de independência. No entanto, mais de duzentos anos após a independência, o Haiti enfrenta uma realidade marcada por extrema pobreza e instabilidade. A turbulenta trajetória do país, marcada por golpes de Estado e crises incessantes, revela a complexidade das dificuldades atuais.

O Brasil, como nação comprometida com a paz e a cooperação internacional, possui uma postura constitucional favorável à participação em missões de paz, refletida na sua contribuição ativa para operações globais. A Constituição Federal, ao adotar princípios como a defesa da paz e a não-intervenção, orienta a atuação brasileira nesse campo, determinando que o país só participe de missões internacionais com caráter multinacional e de controle ou manutenção da paz. A legislação brasileira estabelece as disposições legais e institucionais para essas intervenções, exigindo a autorização do Congresso Nacional e a coordenação entre vários órgãos governamentais, como o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa, para garantir que as missões sejam designadas conforme os interesses nacionais e conforme normas internacionais. Desta forma, o Brasil se mantém como um importante colaborador nas iniciativas de manutenção da paz global, respeitando tanto os seus compromissos internacionais quanto as disposições.

Em suma, a participação do Brasil na MINUSTAH representou um marco significativo tanto na política externa brasileira quanto na estratégia defensiva do país. A atuação do Brasil no Haiti não foi apenas uma expressão de solidariedade internacional, mas também uma demonstração estratégica de liderança regional e global. Ao assumir a liderança da missão, o Brasil visou consolidar sua posição como um ator relevante no cenário internacional, equilibrando interesses humanitários com objetivos políticos, econômicos e de segurança.

A atuação do Brasil como líder e principal representante da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) destaca-se como uma das mais expressivas na história das operações de paz do país. Além de ser o maior envio de tropas brasileiras até então, essa missão consolidou o Brasil como o maior contribuinte da operação, reforçando sua relevância no cenário internacional. Entretanto, além das motivações humanitárias, é essencial questionar os custos e benefícios de tais investimentos, considerando que qualquer ação internacional deve, em última instância, servir aos interesses nacionais, preservando a identidade física, política e cultural da nação, conforme argumentado por Morgenthau (2003).

Dito isso, este trabalho visou acrescentar ao estudo das relações internacionais, com foco na resolução de conflitos e nas motivações dos interesses dos Estados, argumentando como a diplomacia e ações multilaterais podem promover a paz e beneficiar os países interventores. O objetivo geral foi identificar qual é a utilidade, sobre a perspectiva da escolha racional, para a atuação brasileira na

MINUSTAH, avaliando como operações de paz multilaterais podem favorecer interesses nacionais e influenciar a política interna.

Os objetivos específicos incluíram: (1) analisar como a bibliografia de teoria da escolha racional pode explicar intervenções internacionais, como as missões de paz multilaterais; (2) Compreender qual o contexto dos atores envolvidos na MINUSTAH em especial CSONU, Haiti e Brasil; (3) Analisar quais os principais interesses para a participação brasileira em uma missão de paz no Haiti; (4) analisar quais foram os principais efeitos da MINUSTAH para o Brasil.

A metodologia empregada foi a pesquisa qualitativa, com fontes primárias (documentos, entrevistas e discursos) e secundárias (bibliografia sobre ciências sociais, ciência política e relações internacionais). A análise abordou o contexto histórico e a estrutura de decisão da ONU e do Brasil, destacando os interesses políticos, econômicos, estratégicos e militares que motivaram a participação brasileira. O estudo examinou as interações entre as dificuldades do Haiti, a política internacional e o papel do Brasil em busca de estabilidade e influência global. Tínhamos como principais intuítos compreender quais são os benefícios tanto para o governante quanto para o interesse nacional na intervenção em operações como estas. Trabalhamos com a hipótese de que o principal objetivo do Brasil na participação em missões de paz, diz respeito à conquista do assento permanente no CSONU, com o aumentar do seu prestígio internacional.

Com essa perspectiva, utilizamos a teoria da escolha racional como fundamentação teórica do trabalho. Esta teoria desempenha um papel crucial na compreensão das dinâmicas políticas, tanto no âmbito doméstico quanto internacionalmente. Esta dissertação explorou como conflitos de interesse, comuns nas sociedades humanas, são geridos por meio de decisões racionais que visam maximizar os benefícios ao passo que buscam minimizar o gasto de recursos. Este paradigma oferece uma estrutura teórica poderosa para analisar o comportamento dos Estados nas relações internacionais, destacando a busca pelo poder e a estabilidade no sistema anárquico global.

A teoria da escolha racional oferece um arcabouço valioso para a análise de tomadas de decisão em contextos de conflito. Reconhecendo que os atores envolvidos em tais conflitos possuem a capacidade de tomar decisões racionalmente, a teoria permite que líderes de Estado, grupos rebeldes, organizações terroristas e outras forças intervencionistas sejam analisados com base em suas utilidades e

preferências. Ao entender essas dinâmicas, é possível desenvolver estratégias mais eficazes para a mitigação e resolução de conflitos, promovendo a paz e a estabilidade em cenários de alta tensão.

Com Putnam (2010) compreendemos como a política externa é, em grande medida, uma continuação das políticas domésticas, destacando o papel dos líderes estatais, que buscam equilibrar os interesses nacionais e internacionais para manter seu poder e promover a segurança e o bem-estar de seus apoiadores. Com o autor, examinamos a complexidade do conceito de “jogo de dois níveis”, onde as decisões no âmbito internacional são constantemente moldadas pelas necessidades e pressões domésticas e vice-versa. A análise revela como as ações dos líderes no cenário internacional são frequentemente motivadas por considerações de política interna, demonstrando a interdependência entre as duas esferas e a importância de entender essa dinâmica para uma compreensão mais ampla da política global. A política externa de um país é frequentemente vista como uma extensão de suas necessidades e objetivos domésticos, refletindo não apenas a busca pela segurança e prosperidade no cenário internacional, mas também as pressões internas que os governantes enfrentam. Cada Estado molda suas estratégias de política externa de acordo com suas particularidades históricas, culturais e econômicas, mas essas estratégias são sempre influenciadas pela necessidade de conciliar as demandas internas com as pressões do sistema internacional.

Os conflitos são uma constante na história das relações internacionais, com implicações profundas e duradouras para as nações envolvidas. A escolha racional, que maximizará benefícios e minimizará custos, é uma ferramenta analítica importante para entender as decisões tomadas durante crises e guerras. No entanto, as dimensões da política externa muitas vezes transcendem a mera racionalidade utilitária, incorporando também elementos culturais e ideológicos que moldam as interações entre Estados.

Neste contexto, a cooperação humanitária surge como uma arena onde interesses estratégicos e valores humanitários se entrelaçam. Embora a assistência internacional a civis em crises seja geralmente motivada por princípios humanitários, é crucial reconhecer que os países interventores buscam frequentemente ganhos políticos e econômicos próprios. O conceito de “*Soft Power*”, desenvolvido por Joseph Nye (2002), oferece uma perspectiva útil para entender como os Estados podem usar

a atração cultural e ideológica para alcançar seus objetivos, em vez de recorrer à coerção militar ou econômica.

O poder brando se manifesta na capacidade de influenciar outros países por meio da atração cultural, valores compartilhados e relações diplomáticas, em contraste com o poder bruto, que se baseia na força e na pressão econômica. Nye argumenta que, na era da globalização, a capacidade de moldar a opinião pública e de promover uma imagem positiva é tão crucial quanto a força militar e a influência econômica. Exemplos históricos, como o Plano Marshall e as políticas culturais dos EUA, demonstram como os países podem usar o poder brando para fortalecer suas posições internacionais e promover seus interesses.

Para países emergentes, como o Brasil, a Índia e a China, o poder brando oferece uma oportunidade de influenciar a agenda global e de projetar uma imagem positiva no cenário internacional. No caso do Brasil, a utilização do poder brando por meio de políticas de participação em fóruns internacionais e de promoção da cultura nacional exemplifica como os países podem combinar seus objetivos domésticos com estratégias externas para alcançar resultados favoráveis.

A teoria da escolha racional, quando integrada com o conceito de poder brando, proporciona uma compreensão mais abrangente das motivações e estratégias dos atores internacionais. As decisões políticas, tanto no âmbito doméstico quanto internacional, são influenciadas por uma combinação de interesses utilitários, pressões culturais e ideológicas. Assim, compreender a interação entre esses fatores é essencial para formular estratégias eficazes que promovam a estabilidade e a cooperação global.

Em conclusão, a análise da política externa através da lente da escolha racional e do poder brando revela a complexidade das dinâmicas internacionais e a importância de considerar tanto os interesses racionais quanto os fatores culturais na formulação de políticas. Essa abordagem permite uma visão mais completa das interações entre Estados e oferece caminhos para a promoção da paz e da cooperação global, alinhando interesses nacionais com objetivos internacionais de forma estratégica e eficaz.

A política externa fundamentada no interesse nacional deve necessariamente ter como referência a integridade da nação. Em um cenário internacional marcado pela competição entre nações soberanas, a sobrevivência e a proteção da identidade nacional tornam-se requisitos mínimos. Nesse contexto, o Brasil, ao assumir a

liderança da MINUSTAH, precisava alinhar sua atuação externa com a defesa de seus interesses internos, mesmo diante dos desafios domésticos que persistem, como violência, desigualdade social e desemprego.

Diante desse quadro, o presente trabalho se propôs a examinar, à luz da teoria da escolha racional, as motivações e utilidades que justificaram a participação brasileira na MINUSTAH. A análise identificou as áreas de interesse — econômica, militar, política e estratégica — que poderiam conferir ao Brasil ganhos significativos, justificando assim o investimento em uma operação de tal envergadura.

Para os interesses políticos, destacamos que, durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), o Brasil adotou uma política externa mais assertiva e diversificada, visando ampliar sua influência no cenário internacional e fortalecer seu papel como ator global. Esse período foi marcado pela busca de novas parcerias estratégicas com países em diferentes estágios de desenvolvimento, como os da América do Sul, África Austral, países árabes, e potências emergentes como China, Índia e Rússia. De acordo com Silva (2015), essa nova abordagem permitiu ao Brasil explorar espaços anteriormente negligenciados e formar blocos econômicos significativos, como o G-3, G-20 e BRICS, o que elevou o status do país como um “parceiro estratégico” nas negociações internacionais.

O governo Lula também priorizou a atuação diplomática e econômica em fóruns globais, com ênfase na América do Sul e na América Central e Caribe. Segundo Silva (2012), o Brasil intensificou suas relações comerciais e diplomáticas com esses países, destacando o investimento significativo na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Essa missão teve como prioridades o estímulo à cidadania, fortalecimento da governabilidade, modernização do Estado e melhoria dos serviços básicos, refletindo a tradição brasileira de solidariedade e multilateralismo (SÁ, 2015).

A gestão de Dilma Rousseff, embora mantendo a autonomia do Itamaraty, teve que lidar com as novas realidades econômicas e políticas, resultando em uma política externa mais reativa e um enfraquecimento da posição de liderança do Brasil no cenário global (Saraiva, 2014). Em resumo, a política externa do Brasil foi marcada por uma diplomacia ativa e solidária, com foco em ampliar sua influência internacional e redefinir seu papel em missões de paz multilaterais e em fóruns internacionais. A MINUSTAH simboliza esse novo paradigma e reflete tanto os desafios quanto os avanços na busca por uma presença mais significativa do Brasil no cenário global.

A MINUSTAH foi uma importante ferramenta para esses dois presidentes, em especial para o Lula, para o proporcionar como uma liderança internacional. A introdução do conceito de “não-indiferença” pelo governo Lula representou uma mudança significativa na política externa brasileira, substituindo o princípio tradicional de “não-intervenção” e alinhando-se mais estreitamente com as novas práticas internacionais de intervenção humanitária (Alles, 2011).

Como verificamos com Putnam (2010), o papel do governante nas tomadas de decisão é de balancear os interesses nacionais com a política externa, principalmente em um país com várias instâncias de tomadas de decisão como o Brasil e outras democracias. Visto que, para que se mantenha no poder ou perpetue o seguimento político competitivamente no sistema eleitoral do país, esse governante deverá arriscar constantemente em negociações com outros Estados ao preço de minar com a sua relevância política caso fracasse. Em contrapartida, Putnam (2010) elenca três motivos que estimula os governantes a atuação em política externa sendo eles: (1) o fortalecimento de sua posição no jogo do nível internacional; (2) mudar o equilíbrio de poder no nível internacional; por fim (3) perseguir sua própria concepção de interesse nacional no contexto internacional. Deste modo, podemos concluir que as atividades, especialmente de Lula, durante os seus primeiros mandatos, buscavam criar um ambiente para que tantos os interesses nacionais quanto próprios pudessem ser assegurados também no nível internacional.

A participação do Brasil na MINUSTAH e sua abordagem diferenciada de diplomacia solidária foram marcantes, especialmente por ser a primeira vez que o país assumiu a liderança em uma missão de paz sob o Capítulo VII da Carta da ONU, permitindo o uso de força. Apesar das críticas e desafios enfrentados durante a missão, a experiência contribuiu para redefinir o papel do Brasil em operações de paz e solidificou sua imagem como um líder internacional.

Como interesses estratégicos, vimos que a política externa do Brasil, ao longo de diferentes governos e contextos políticos, tem buscado fortalecer sua posição no cenário internacional através da criação e consolidação de parcerias estratégicas. Durante as décadas de 1970 e 1980, o Brasil focou em melhorar suas relações com a Europa Ocidental, consolidando o conceito de “parceria estratégica” para diversificar suas relações econômicas e garantir uma integração mais sólida no sistema internacional (SILVA, 2015).

Desde o início dos anos 2000, o governo brasileiro, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, traçou novos objetivos para sua política externa, incluindo a busca por um assento permanente no CSONU, o fortalecimento das relações econômicas tradicionais e a ampliação das parcerias com países e regiões até então negligenciados (SILVA, 2015). Esse período também marcou uma intensificação da diplomacia brasileira, evidenciada pela criação de novas embaixadas e uma maior presença em fóruns globais. A participação do Brasil na MINUSTAH, iniciada em 2004, é um exemplo de como o país utilizou missões de paz como uma ferramenta para projetar sua influência internacional e avançar em seus objetivos diplomáticos.

Em suma, a política externa durante os mandatos de Lula representou uma mudança significativa na atuação do Brasil no cenário internacional, consolidando o país como um ator de relevância global. A liderança brasileira na MINUSTAH e as iniciativas diplomáticas na América Latina e na África refletem a busca por maior protagonismo, inserção internacional e a redefinição das normas de conduta entre os Estados. Essas ações reforçaram a imagem de Lula não apenas como um líder influente no Brasil, mas também no cenário global, o que impactou diretamente o cenário político interno, consolidando o apoio a seu governo e permitindo a continuidade do projeto político que representava. Desse modo, a política externa tornou-se um instrumento de fortalecimento tanto das ambições internacionais quanto da política doméstica, revelando a interconexão entre os dois âmbitos no jogo de dois níveis descrito por Putnam. Com isso vemos as operações de paz se bem executadas podem beneficiar tanto os interesses nacionais quanto os do governante.

E em resposta a nossa hipótese, vimos também, como um assento permanente no CSONU é relevante para as estratégias brasileiras para a gestão de pautas dos interesses nacionais, como as questões ambientais e de segurança. Visto que o país é um dos principais alvos destas demandas internacionais, por conta da sua posição geográfica e econômica na América Latina, além de deter a maioria da floresta amazônica, recurso indispensável para a proteção ambiental e climática do mundo. Mesmo que, após o término da operação, autoridades brasileiras tenham afirmado que obter um assento permanente na organização não era o propósito da MINUSTAH, o assunto foi constantemente o foco dos debates políticos e acadêmicos.

Como vimos nos interesses políticos assim como nos estratégicos a participação permanente do Brasil com a CSONU assim como nos diversos fóruns internacionais no qual o Brasil integrou durante o governo Lula e Dilma pode ser

facilmente vinculada com o proposto por Morgenthau (2003) no que diz respeito a associação para que as demandas das alianças possam ser atendidas. Visto que, em uma sociedade anárquica, a disputa pelo poder entre os Estados é constante, para que as demandas dos mais emergentes e subdesenvolvidos possam ser atendidas, eles deverão se alinhar com países mais fortes ou entre si para que a soma dos poderes influencie no sistema internacional.

Para questões de interesses militares e de defesa, a participação do Brasil na Missão representou um marco significativo na política externa e na estratégia de defesa do país. Desde o início do seu envolvimento em missões de paz, o Brasil demonstra um compromisso sólido com a solidariedade internacional e a estabilidade regional. No entanto, a MINUSTAH oferece um exemplo particularmente ilustrativo de como as missões de paz podem servir não apenas aos objetivos humanitários e de segurança, mas também às aspirações políticas e estratégicas do país. A missão permitiu ao Brasil afirmar seu papel de liderança militar na América do Sul e reforçar sua posição no cenário internacional.

Ao analisar a participação brasileira na MINUSTAH, é essencial considerar não apenas os objetivos declarados de promoção da paz e da segurança, mas também os interesses mais amplos que moldaram essa decisão. A MINUSTAH proporcionou uma plataforma para o Brasil demonstrar sua capacidade militar e diplomática, enquanto também enfrentava desafios internos. Este estudo examinou como a MINUSTAH influenciou a política externa e a defesa do Brasil, explorando as motivações por trás da participação, os impactos internos e externos, e as lições aprendidas com a experiência.

Como interesses econômicos, destacamos que a decisão de envolver tropas brasileiras em uma missão de paz no Haiti refletiu uma combinação de interesses econômicos, de segurança e diplomáticos. A motivação econômica, em particular, é um ponto crucial nas justificativas apresentadas no Congresso Nacional e é de especial interesse para a opinião pública. Tendo isso em mente, compreenderemos quais serão os benefícios econômicos na participação brasileira na MINUSTAH. A vinculação desses interesses com a teoria da escolha racional é facilmente relacionada, visto que a própria teoria surge nas ciências econômicas, tendendo a maximizar os benefícios num ambiente de escarces.

A política externa do Brasil, como delineada pela Constituição de 1988, atribui ao poder executivo a responsabilidade de conduzir as relações internacionais do país,

incluindo a participação em operações de paz multilaterais. No entanto, a aprovação e fiscalização das iniciativas internacionais, como o envio de tropas para missões de paz, requerem a supervisão e autorização do poder legislativo. Este equilíbrio entre os poderes visa assegurar que as ações externas estejam alinhadas com os interesses nacionais e sejam acompanhadas de justificativas adequadas.

Analizamos as complexas justificativas e os impactos da participação do Brasil na MINUSTAH, destacando como os interesses econômicos e a segurança internacional moldaram a política externa brasileira. Analisando a situação econômica e política do Haiti durante a missão, assim como o contexto econômico favorável do Brasil, exploramos as interações entre os dois países e a eficácia da MINUSTAH na promoção da estabilidade no Haiti. Através dessa análise, compreenderemos melhor o papel das operações de paz na política internacional e suas implicações para as nações envolvidas.

Ao final da análise, concluímos que o Brasil não possuía nem um interesse econômico com o Haiti, visto que, as principais relações econômicas no qual os dois países mantiveram foi durante o período da missão e essa relação não representava uma parte significativa no planejamento econômico do Brasil. Como vimos com Sá (2015), até mesmo as autoridades brasileiras afirmavam que a operação não possuía interesses econômicos e era essencialmente solidária.

Entretanto, mesmo ações solidárias podem ser movidas por interesses racionais. Nye (2002) propõe, por meio da estratégia do poder brando, que os Estados podem interferir no cenário internacional persuadindo os outros Estados a fazerem o que se deseja por meio da atração. Esta atração vira por meio da promoção de valores, cultura, ações conjuntas e solidárias, assim como as operações de paz se propõem a ser. Deste modo, vemos que o setor militar brasileiro foi essencial para atrair as outras nações da região, com o intuito de contribuir para a paz mundial por meio da MINUSTAH. Desta forma, conclui-se que a missão de paz serviu como ferramenta de legitimação do Brasil com um líder regional.

A missão no Haiti revelou as complexidades inerentes à política internacional, onde decisões são frequentemente motivadas por uma combinação de fatores internos e externos. O envolvimento do Brasil na MINUSTAH exemplifica como uma política externa proativa pode ser instrumental na promoção dos interesses nacionais, ao mesmo tempo, em que contribui para a estabilidade global.

Concluimos que a participação brasileira na MINUSTAH reflete a evolução da diplomacia nacional, analisando a integração de novos paradigmas na política externa e a busca por uma influência mais significativa na arena global. A MINUSTAH proporcionou ao Brasil a oportunidade de demonstrar sua capacidade de liderança regional e global, ao mesmo tempo, em que ajudava a estabilizar um país em crise. A política externa brasileira, através dessa missão, combinou solidariedade com a projeção de poder, buscando um papel de destaque no sistema internacional, em fóruns e no CSONU.

No entanto, a experiência no Haiti também revisitou os desafios e as limitações de tais empreendimentos. As lições aprendidas com a MINUSTAH destacam a necessidade de uma abordagem equilibrada que considere tanto os benefícios quanto os custos de intervenções internacionais, garantindo que os interesses nacionais sejam sempre salvaguardados. Em última análise, a participação brasileira na MINUSTAH reforçou a imagem do país como um líder responsável na busca por paz e estabilidade, enquanto também sublinhou a importância de alinhar as ações externas com as necessidades e prioridades domésticas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS. **General rebate denúncias contra tropas no Haiti.** Brasília. 23 nov. 2005. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/76704-general-rebate-denuncias-contra-tropas-no-haiti/%C2%B4mailto:agencia@camara.gov.br%C2%B4>>. Acesso em: ago. 2024.

_____. **Parlamentares questionam permanência de tropas no Haiti.** Brasília. 16 jan. 2006. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/79086-PROJETO-EXIGE-QUE-TROPAS-BRASILEIRAS-RETORNEM-DO-HAITI>>. Acesso em: ago. 2024.

_____. **Congresso aprova envio de mais 1.300 militares brasileiros ao Haiti.** Brasília. 25 jan. 2010a. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/137614-congresso-aprova-envio-de-mais-1-300-militares-brasileiros-ao-haiti/>>. Acesso em: ago. 2024.

_____. **MP libera R\$ 1,37 bilhão para vítimas da chuva e ajuda ao Haiti.** Brasília. 28 jan. 2010b. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/137664-mp-libera-r-137-bilhao-para-vitimas-da-chuva-e-ajuda-ao-haiti/>>. Acesso em: ago. 2024.

_____. **Senador é contrário ao envio de mais tropas ao Haiti.** Brasília. 25 jan. 2010c. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/137606-congresso-inicia-discussao-sobre-o-envio-de-mais-tropas-ao-haiti>>. Acesso em: ago. 2024.

_____. **“Tropas estrangeiras no Haiti atentam contra nossa autodeterminação”, destaca senador haitiano.** Brasília. 21 mai. 2014. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/201ctropas-estrangeiras-no-haiti-atentam-contra-nossa-autodeterminacao201d-destaca-senador-haitiano>>. Acesso em: ago. 2024.

_____. **Após missão de paz no Haiti, Brasil torna-se referência mundial, avalia deputada.** Brasília. 5 out. 2017. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/526059-apos-missao-de-paz-no-haiti-brasil-torna-se-referencia-mundial-avalia-deputada/>>. Acesso em: ago. 2024.

ALLES, Leonardo Miguel. **A Não-Indiferença na política externa brasileira:** a maneira de intervir na diplomacia de Lula Silva. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/32815>> Acesso em: ago. 2024.

ANDERTON, Charles, BRAUER, Jurgen. **Economia de conflito e paz. Movimentos sociais econômicos na contemporaneidade:** teoria e experiências, n. 26. 2019.

ANDRADE, Oyama. **Teoria da escolha racional e teoria dos jogos:** uma abordagem para os métodos de resolução de conflitos. LTR. 03 jan. 2014. Disponível em: <<https://vlex.com.br/vid/escolha-racional-jogos-abordagem-conflitos-536427018>>. Acesso em: ago. 2024.

ARTIAGA, Rodolfo Raja Gabaglia. **A imposição da paz:** Brasil e Haiti. Curitiba: Appris Editora, 2022.

BARBOSA, Camila. **Natureza humana como primeira imagem das relações internacionais**: fundamentos filosóficos para a teoria realista estruturalista de Kenneth e Waltz. 2017. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7525>>. Acesso em: ago. 2024.

BARBOSA, Edgar Luiz Siqueira. **A perspectiva de o Brasil ingressar no Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente**. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1225>> Acesso em: ago. 2024.

BAMBO, Tomé Fernando. **Moçambique no CSNU**: perspectivas, desafios e benefícios. *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, e1298, 2023. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1298>> Acesso em: ago. 2024.

BEZERRA, Juliana Soares Araujo. **A relação custo-benefício da participação brasileira em Missões de Paz das Nações Unidas**: um estudo de caso da MINUSTAH. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília. 2019. <<https://bdm.unb.br/handle/10483/25874>> Acesso em: ago. 2024.

BITTENCOURT, Bianca Pereira. **O Brasil no Século XXI**: Princípio da Não Indiferença: Direitos Humanos e Poder na MINUSTAH. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 17 nov. 1956.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. 1988.

_____. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados, ano LIX, n. 078**, 13 maio 2004. Brasília, DF. 2004a.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Número 94, 1º semestre de 2004. Ano 31. Brasília, DF. 2004b.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Número 95, 2º semestre de 2004. Ano 31. Brasília, DF. 2004c.

_____. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados. Parecer n. 479**, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n. 567. 20 mai. 2004d, p. 15245.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Política exterior do Brasil**. *Revista de Política Exterior do Brasil*, n. 97, 2º semestre 2005.

_____. Câmara dos Deputados. **Parecer sobre a Medida Provisória nº 383**, de 16 de agosto de 2007. Brasília. 2007.

_____. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados, ANO LXIII - Nº, 29**. abr. 2008, p. 17816.

_____. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados, ANO LXVII - Nº 208**. 12 dez. 2012, p. 42984.

_____. **Manual de operações de paz**. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa. D.O.U. nº 134, de 15 jul. 2013, seção 2, p. 120. 2013. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md34a_ma_02a_manuala_opa_paza_3eda_2013.pdf> Acesso em: ago. 2024.

_____. Câmara dos Deputados. **Bruna Furlan representa Câmara dos Deputados na despedida dos brasileiros do Haiti**. Brasília. 01 set. 2017a.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha da política externa do Brasil. Número 121, 2º semestre**. 2017b.

_____. Ministério da Defesa. **Histórico da participação brasileira em missões da ONU**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onu> Acesso em: ago. 2024.

CAMPOS, Tales. **Do Haiti ao Planalto**: os militares e a relação com a ONU no primeiro ano do governo Bolsonaro. BRASILIANA: Journal for Brazilian Studies, v. 10, n. 2, 2021. ISSN 2245-4373. Disponível em: <<https://tidsskrift.dk/bras/article/view/127371>>. Acesso em: ago. 2024.

CARVALHO, Érica Rios de. **Direitos humanos e dominação**: a ONU no espelho. UCSAL. Dez-2019. Disponível em: <<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1732>>. Acesso em: jun. 2023.

CHIAPPIN, José R. N. **Os fundamentos teóricos do programa do realismo em política internacional**: a concepção de Morgenthau e epistemologia da política de poder. Carta Internacional, v. 5 n. 1. 2010.

CORBELLINI, Mariana Dalalana. **Haiti**: da crise à MINUSTAH. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17674>>. Acesso em: ago. 2024.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. **MINUSTAH e diplomacia solidária**: criação de um novo paradigma nas operações de paz? São Carlos 2009. Dissertação de Mestrado em Ciência Política da Universidade de São Carlos.

COSTA, Hugo Bras Martins da. **Política externa brasileira e resolução de conflitos**: um estudo da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.btdt.uerj.br/handle/1/12497>>. Acesso em: ago. 2024.

DOS SANTOS, Norma. **A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina**. História (São Paulo), v. 33, n. 2, p. 189-216, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/X3n9k3BMs4zBbcKc8CDS4d/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: ago. 2024.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações de manutenção da paz da ONU**: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da

paz. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2013. Disponível em: <<https://funag.gov.br/biblioteca/download/1078-operacoes-de-manutencao-de-paz.pdf>>. Acesso em: ago. 2024.

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. **A Teoria da Escolha Racional na Ciência Política**: conceitos de racionalidade em teoria política. Rev. bras. Ci. Soc. 16 (45).Fev. 2001.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2005.

GOMES, Gonçalo Santa Clara. **A política externa e a diplomacia numa estratégia nacional**. Instituto da Defesa Nacional. Nação e Defesa;56. Out-1990. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10400.26/42613> >. Acesso em: jun. 2023

GONÇALVES, Israel. **A repercussão pública da participação do Brasil na Minustah (2004-2011)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 2011. Disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1000>>. Acesso em: ago. 2024.

GONÇALVES, Williams da Silva. **Relações Internacionais. Site do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da UFRGS**, Porto Alegre, p. 01-38, 2003. Disponível em: < http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf >. Acesso em: jun. 2023.

GOOGLE TRENDS. **Economia, segurança internacional e diplomacia**. Disponível em: <<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=economia,seguran%C3%A7a%20internacional,diplomacia&hl=pt>> . Acesso em: ago. 2024.

GEHRE, T. **O significado da parceria Brasil-Venezuela**. Carta Internacional, 5(2), 26–36. 2016. Recuperado de < <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/547> > acesso em: set. 2024.

GUERALDI, Ronaldo Guimarães. **A Aplicação do Conceito de Poder Brando (Soft Power) na Política Externa Brasileira**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – FGV EBAPE, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/f8d9eadc-e4fc-4d3c-9bc4-4908703c8f2e>> . Acesso em: ago. 2024

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de Rosina D'Angina. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA (IPEA). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2010-2013**. Brasília: IPEA/ABC, 2016.

KENKEL, K. M. **Interesses e Identidade na Participação do Brasil em Operações de Paz**. Revista Tempo Do Mundo, 3(2), 9-35. 2011. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/97>> Acesso em: ago. 2024.

KNIGHT, J. **Social norms and economic institutions**. American Political Science Review, n.86, p.1063-64, 1992.

KRASNER, S. D. **Sovereignty: Organized Hypocrisy**. Princeton, University Press.1999.

LIMA, Raphael Camargo. **A articulação entre política externa e política de defesa no Brasil: uma grande estratégia inconclusa**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015. <<https://repositorio.unesp.br/items/8d83cfc4-5486-43ee-bca2-02b3fdc2bb3c>>. Acesso em: ago. 2024.

LUCENA, Laryssa Lyryanne Medeiros de. **O Brasil e a MINUSTAH: ou a busca de novos parâmetros para uma política externa brasileira “altiva” e “ativa” em operações de paz das Nações Unidas**. 2013. [35] f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.<<https://bdm.unb.br/handle/10483/8291>> Acesso em: ago. 2024.

MENDES, Pedro. **O nascimento das relações internacionais como Ciência Social: uma análise comparada do mundo anglo-americano e da Europa continental**. Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 8, n.16, Jul/Dez. 2019, p.21-53. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11067/6685>>. Acesso em: ago. 2024.

MIELNICZUK, Fabiano. **Do realismo à emancipação: o papel dos fatores econômicos nos estudos de segurança**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 55, n. 1, p. 9-30, 2012. <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/bDrdDQgPZvg7X7NwN56r7Hv/>> Acesso em: ago. 2024.

MILANI, Carlos. **Sul tenta construir conceitos próprios para a cooperação**. Entrevista. In: Crises Humanitárias, Cooperação e o Papel do Brasil. Rio de Janeiro: Médicos Sem Fronteiras, 2016.

MONROE, K. R. **The theory of rational action: what is it? How useful is it for political science?** In: CROTTY, W. (Org.) Political science: looking to the future. Evanston: Northwestern University Press, 1991.

MORGENTHAU, Hans J. **Política entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora da UnB/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/IPRI. 2003.

NASSER, Filipe. **Pax Brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em Operações de Paz da Organização das Nações Unidas**. In: KENKEL, Kai e DE MORAES, Rodrigo. O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação, Brasília: Ipea, 2012.

NEACK, Laura. **UN peacekeeping: in the interest of community or self?** Journal of Peace Research, v. 32, n. 2, p. 181-196, 1995. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022343395032002005>>. Acesso em: ago. 2024.

NYE, Joseph S. **O Paradoxo do Poder Americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio. **Interpretações da política externa do governo Lula: hegemonia negociada, unilateralismo ou escapismo**. Revista Política Hoje, v. 19, n. 1, p. 8-20, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica hoje/article/view/3832/3136>>. Acesso em: ago. 2024.

ONU. **Peacekeeping operations fact sheet**: 31 May 2019. Nova York. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>>. Acesso em: abr. 2022.

_____. **Carta da Organização das Nações Unidas de 1945**. Brasil, Decreto Legislativo nº 19.841, de 22 de setembro de 1945, Disponível em: <<https://www.un.org/en/sections/un-charter/un-charter-full-text/>>. Acesso em: out. 2024.

_____. **Peacekeeping Operations Fact Sheet**: 31 May 2019. Nova York. 2022. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>> . Acesso em: abr. 2022.

PIERRE, Frantz. **Repercussões de algumas ferramentas da política monetária no crescimento econômico do Haiti e do Brasil: uma análise empírica**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) – Universidade Federal de Alfenas, Campus Varginha, Varginha/MG. 2019. <<http://btdt.unifal-mg.edu.br:8080/handle/tede/1398>> Acesso em: abr. 2022.

PIERRE-LOUIS, Loudmia Amicia. **O Caribe insular e o Haiti como objeto de estudo histórico no Brasil (2010-2022)**. Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, n. 35, p. 199-228, jan./jun. 2023.. <[file:///C:/Users/Breno%20Rocha/Downloads/4122-Texto%20do%20artigo-4790-12762-10-20230630%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Breno%20Rocha/Downloads/4122-Texto%20do%20artigo-4790-12762-10-20230630%20(1).pdf)> Acesso em: ago. 2024.

PIMENTEL, Pedro; REIS, Rafael. **A inserção e a consolidação do Brasil no sistema internacional por meio da Minustah**. Conjuntura Global, v. 5, n. 3, p. 599-621, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/313492011_A_insercao_e_a_consolidacao_do_Brasil_no_sistema_internacional_por_meio_da_Minustah> Acesso em: abr. 2022.

PUTNAM. Robert D. **Diplomacy and domestic politics**: the logic of the two-level games. In: International Organization. Ev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Política externa e política de defesa no Brasil: Civis e militares, prioridades e a participação em missões de paz**. E-cadernos CES, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/eces.359>>. Acesso em: ago. 2024.

SÁ, Jessica Espíndola de. **A Decisão Brasileira de Participar da MINUSTAH**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba, 2015. Disponível em: <<https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/files/2022/03/Jessica-Espindola-de-Sa.pdf>> Acesso em: jun. 2024.

SARAIVA, Miriam. **Os limites da política externa de Dilma Rousseff para a América do Sul**. Relações Internacionais, p. 25-35, dez. 2014. Disponível em:

<chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.scielo.org.ar/pdf/relin/v25n50/v25n50a06.pdf>. Acesso em: ago. 2024.

SBERNI, Alessandro. **O Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU: uma análise crítica à luz da matriz SWOT**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Altos Estudos em Defesa) – Escola Superior de Guerra – Campus Brasília, Brasília. Disponível em:<<https://repositorio.esg.br/handle/123456789/728>> Acesso em: ago. 2024.

SEITENFUS, Ricardo; ZANELLA, Cristine Koehler; MARQUES. **Pâmela Marconatto. “O Direito Internacional repensado em tempos de ausências e emergências: a busca de uma tradução para o princípio da não-indiferença”**. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 50, nº 2, Julho / Dezembro de 2007, p. 7-24. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/WQpgwqdCjJkdtk3N4q3TVWn/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: ago. 2024.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: Dilemas e fracassos internacionais**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

SILVA, André Luiz Reis. **Segurança e desenvolvimento na projeção internacional do Brasil (2003-2013)**. In: Carlos Schmidt Arturi. (Org.). Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança. 1ed.Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014, v. 01, p. 66-83.

SILVA, André Luiz Reis. **Política Externa Brasileira: Qual é o lugar do Brasil no mundo?** São Paulo: Ed. de Cultura, 2023.

SILVA, André Luiz Reis. **Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010)**. Contexto Internacional,37(1), 143-184. 2015.

SILVA, André Luiz Reis da; ANDRIOTTI, L. S. **A cooperação Sul-Sul na política externa do governo Lula (2003-2010)**. Conjuntura Austral: Revista do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS, v. 3, p. 69-85, 2012.

SILVA, Daniele Dionisio da. **Operações de paz à brasileira - uma reflexão teórica, contextual e historiográfica: um estudo de caso da Minustah**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ENABRI), 3., 2011, São Paulo. Anais [...] São Paulo: ABRI, 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000100060&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: ago. 2024.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012.

TIETBÖHL, Emily König. **Manutenção da paz e segurança internacionais? Uma crítica descolonial da função do Conselho de Segurança das Nações Unidas**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/7629>>. Acesso em: ago. 2024.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**, 3ª Ed., tradução Mario da Gama Kury, Brasília: Editora da Unb, 1987.

TZU, S. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Record, 2006

UZIEL, E. **O Conselho de Segurança, as operações de manutenção da paz e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas**. Dissertação (Curso de Altos Estudos) – Fundação Alexandre Gusmão, Instituto Rio Branco, Ministério Brasileiro das Relações Exteriores, Brasília, 2009.

VALENÇA, Marcelo Mello, BIZZO Luiza. **O papel da cooperação humanitária na política externa brasileira como estratégia de soft power (2003-2016)**. AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. 2019.

VERENHITACH, Gabriela Daou. **MINUSTAH e a política externa brasileira: motivações e consequências. 2008**. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9701>>. Acesso em: ago. 2024.

WALTZ, Kenneth. **O homem, o Estado e a guerra**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Theory of International Politics**. University of California, Berkeley: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.